ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2022

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL DO ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2022

ANGRA DO HEROÍSMO
17 DE NOVEMBRO DE 2021

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 17 de novembro de 2021, na Delegação de Angra do Heroísmo da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e por meios telemáticos, com o objetivo de dar parecer final sobre a Proposta de Plano para 2022 e sobre o Orçamento para 2022, dando assim cumprimento ao disposto no n.º 4, do artigo 164.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Assim sendo, cumpre referir resumidamente as áreas sobre as quais as Comissões Especializadas da Assembleia emitiram parecer, bem como a votação em cada uma delas.

Compete à **Comissão Permanente de Política Geral** a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Anual Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022, nas seguintes matérias:

- Administração Pública, regional e local;
- Organização administrativa da Região;
- Ordem e segurança pública e proteção civil;
- Comunidades Açorianas;
- Construção europeia, sem prejuízo da competência, em razão da matéria, de outras comissões;
- Tratados e Acordos internacionais;
- Habitação e equipamentos;
- Arrendamento Urbano;
- Urbanismo;
- Prevenção e segurança rodoviária;
- Cooperação regional
- Trabalho e formação profissional;
- Concertação social e mecanismos de resolução alternativa de conflitos.

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Permanente de Política Geral deliberou:

1) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e BE, emitir parecer favorável, à Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – "Plano Regional Anual para o ano de 2022";

2) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e BE, emitir parecer favorável, à Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII – "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2022".

Compete à **Comissão de Assuntos Sociais**, a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Anual Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022, nas seguintes matérias:

- Apoio à família e às migrações;
- Educação;
- Juventude;
- Cultura;
- Ciência, investigação e inovação tecnológica;
- Solidariedade e segurança social;
- Igualdade de género e combate à discriminação;
- Pobreza e exclusão social;
- Promoção da infância;
- Apoio a idosos;
- Apoio a cidadãos com necessidades especiais;
- Serviço regional de saúde;
- Atividade privada de saúde no seu relacionamento com o Serviço Regional de Saúde;
- Saúde pública e comunitária;
- Saúde e desporto escolar;
- Prevenção e combate às dependências;
- Segurança alimentar;

- Promoção de estilos de vida saudáveis;
- Atividade desportiva profissional e não profissional.

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou:

1) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, CH e do IL emitir por maioria parecer favorável, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – "Plano Regional Anual para o ano de 2022";
2) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, CH e do IL emitir por maioria parecer favorável, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22 – "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022".

A Comissão Permanente de Economia emitiu parecer sobre os documentos em análise, tendo apreciado os seguintes programas e sua cobertura orçamental, nas seguintes matérias:

- Património próprio e autonomia patrimonial da Região;
- Planeamento e estatística;
- Finanças e sistema fiscal;
- Orçamento e contabilidade pública;
- Privatizações;
- Setor público empresarial regional;
- Competitividade e inovação empresarial;
- Transportes e comunicações;
- Agricultura e pecuária;
- Arrendamento rural;
- Florestas e produção florestal;
- Pescas e aquicultura;
- Turismo;
- Comércio e indústria;
- Artesanato;
- Defesa do consumidor e da concorrência;

- Desenvolvimento rural;
- Remuneração complementar dos trabalhadores da administração regional;
- Sistemas de incentivos;
- Parcerias público -privadas;
- Marketing e publicidade.

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Permanente de Economia deliberou:

1) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do Deputado Independente emitir, por maioria, parecer favorável, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – "Plano Regional Anual para o ano de 2022";

2) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do Deputado Independente emitir, por maioria, parecer favorável, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22 – "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022".

Compete à **Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**, a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Anual Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022, nas seguintes matérias:

- Comunicação Social;
- Ambiente;
- Alterações climáticas;
- Ordenamento do território;
- Recursos hídricos;
- Ordenamento do espaço marítimo;
- Orla costeira;
- Política de ocupação de solos;
- Reservas naturais e ecológicas;
- Energia;

- Bem-estar animal e recursos cinegéticos.

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou:

1) Com os votos a favor do PSD e PPM, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e BE, emitir por maioria, parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – "Plano Regional Anual para o ano de 2022";
2) Com os votos a favor do PSD e PPM, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e BE, emitir por maioria, parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII – "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2022".

Anexam-se a este documento os relatórios e pareceres das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, bem como os pareceres recebidos na Assembleia e emitidos pelas seguintes entidades:

- O Governo Regional dos Açores enviou os seguintes pareceres dos parceiros sociais:
  Conselho Económico e Social dos Açores e dos seus membros, a saber:
  CGTP-IN Açores
  UGT/Açores
  Federação Agrícola dos Açores
  AICOPA
  Federação das Pescas dos Açores
  AMRAA
  URMA
  URIPSSA
  Associações de Defesa do Consumidor
  Associações de Defesa do Ambiente
  LactAçores
  Unicol
  Associações da Área da Igualdade de Género

Associações de Pessoas com Deficiência
Universidade dos Açores
Representante da RAA no CES
Dr. António Maio
Professor Doutor Fernando Diogo
Professora Doutora Teresa Borges Tiago
Conselho de Ilha de S. Miguel
Conselho de Ilha do Pico
Conselho de Ilha do Faial
Conselho de Ilha das Flores

- Pareceres solicitados e recebidos pela Comissão Permanente de Economia:
  Conselho de Ilha de São Jorge
  Conselho de Ilha das Flores
  Conselho de Ilha do Corvo
  Conselho de Ilha da Graciosa
  Conselho de Ilha de Santa Maria
  Conselho de Ilha de São Miguel

Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigo 54.º, n.º 5, alínea d), e 56.º, n.º2, alínea a), da Constituição da República, no artigo 124.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro, conjugado com o disposto no artigo 16.º do Anexo da Lei n.º 35/20014, de 20 de junho, a Comissão Permanente de Economia, colocou em apreciação pública, a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII – "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022", no âmbito da participação das comissões de trabalhadores e associações sindicais no processo de elaboração da legislação de trabalho.

1º. CAPÍTULO – APRECIAÇÃO E PARECERES SOBRE O PLANO REGIONAL PARA 2022

1. ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As propostas em análise têm enquadramento jurídico na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa que confere à Região Autónoma dos Açores o poder de aprovar o Plano e Orçamento Regional.

Assim, de acordo com as alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova o Plano e Orçamento Regional e as Orientações de Médio Prazo no âmbito das competências definidas.

2. ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA DE PLANO REGIONAL PARA 2022 NO PROGRAMA DO XIII GOVERNO REGIONAL

A estratégia de desenvolvimento para a Região, definida a partir do Programa do XIII Governo Regional, consubstancia-se, no âmbito das Orientações de Médio Prazo para 2021-2024, na identificação de quatro Grandes Objetivos que enquadram a sua operacionalização através de 12 Programas de investimento, que por sua vez integram 125 projetos e 623 ações.

O Programa do XIII Governo Regional dos Açores, no Capítulo "Compromisso com os Açores" preconiza que, apesar da Região Autónoma dos Açores viver uma situação económica e social delicada, agravada pela pandemia por SARS-Cov-2, "a estabilidade política decorrente de uma maioria plural no plano parlamentar tem de traduzir-se numa governação que permita aos Açores terem ganhos substanciais em relação aos indicadores médios da União Europeia" e que "é, não apenas desejável, como possível governar melhor os Açores".

No Capítulo "Pessoas Primeiro para um Desenvolvimento Sustentável" é referido que, "para este Governo, as pessoas estão sempre em primeiro lugar", entendendo que as políticas devem ser dirigidas para a dignificação das pessoas, estando a Saúde e a Solidariedade Social na linha da frente.

O Governo pretende ter um princípio norteador para um desenvolvimento sustentável, nas finanças, nas políticas públicas, económicas, sociais e ambientais.

Assim, nas Orientações de Médio Prazo para 2021-2024, foram definidos quatro Opções Estratégicas, a saber:

OBJETIVO 1 – Políticas para a coesão social e para a igualdade de oportunidades

A esta opção associam-se as políticas de coesão social e igualdade de oportunidades, resposta estratégica e multidisciplinar aos fenómenos de pobreza e exclusão social, política de habitação, a educação como um dos pilares da igualdade de oportunidades e elevador social, sistema regional de saúde, políticas culturais, juventude, emprego e desporto;

OBJETIVO 2 – Um futuro mais digital e ecológico no seio da sociedade do conhecimento

Nesta opção agregam-se as políticas no âmbito do desenvolvimento económico, criação de emprego e fixação das populações através do investimento privado;

OBJETIVO 3 – Uma governação ao serviço das pessoas, próxima e transparente

Esta opção contempla a inauguração da Autonomia da Responsabilização nos contextos regional, nacional e europeu e no relacionamento com o Poder Local, envolvendo todos os açorianos no processo de decisão;

OBJETIVO 4 – Afirmar os Açores no mundo

As áreas de incidência deste objetivo são as relativas aos transportes aéreos e marítimos como fatores decisivos para o desenvolvimento dos Açores, nomeadamente através da melhoria das acessibilidades.

OBJETIVOS	Políticas para a coesão social e para a igualdade de oportunidades	Um futuro mais digital e ecológico no seio da sociedade do conhecimento	Uma governação ao serviço das pessoas, próxima e transparente	Afirmar os Açores no mundo

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	Solidariedade Social, Igualdade, Inclusão Social e Combate à Pobreza, Habitação, Educação, Saúde, Cultura, Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, Desporto e Proteção Civil	Competitividade Empresarial e Empreendedorismo, Comércio e Indústria, Artesanato, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Assuntos do Mar, Pescas e Mar, Ciência, Tecnologia, Inovação e Transição Digital, Ambiente e Alterações Climáticas, Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, Energia	Autonomia de Responsabilização, Modernização, Eficiência e Transparência da Administração Pública, Informação e Comunicação Social, Obras Públicas e Transportes Terrestres, Laboratório Regional de Engenharia Civil e Comunicações	Transportes Aéreos e Marítimos, Turismo, Assuntos Parlamentares, Europeus e Cooperação Externa, Comunidades, Emigração e Imigração

Para o objetivo "Políticas para a coesão social e para a igualdade de oportunidades" estão previstos 6 programas, cujo conteúdo é o seguinte: Solidariedade, Igualdade, Poder Local e Comunidades; Educação; Saúde, Desporto e Proteção Civil; Cultura, Ciência e Transição Digital; Juventude, Emprego, Comércio e Indústria.

Para estes Programas prevê-se para 2022 um investimento de 282,2 milhões de euros (274,0 milhões de euros em 2021), sendo 215,8 milhões de euros do Plano e 66,4 milhões de euros de Outros Fundos.

No objetivo "Um futuro mais digital e ecológico no seio da sociedade do conhecimento", foram definidos 8 Programas com o seguinte conteúdo: Competitividade Empresarial e

Empreendedorismo, Comércio e Indústria, Artesanato, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Assuntos do Mar, Pescas e Mar, Ciência, Tecnologia, Inovação e Transição Digital, Ambiente e Alterações Climáticas, Ordenamento do Território e Recursos Hídricos e Energia.

Estes programas têm uma dotação prevista para 2022 de 356,3 milhões de euros (267,1 milhões de euros em 2021), sendo 286,4 milhões de euros do Plano e 69,9 milhões de euros de Outros Fundos.

Relativamente ao objetivo "Uma governação ao serviço das pessoas, próxima e transparente" prevê-se 4 Programas que têm por base o seguinte conteúdo: Autonomia de Responsabilização, Modernização, Eficiência e Transparência da Administração Pública, Informação e Comunicação Social, Obras Públicas e Transportes Terrestres, Laboratório Regional de Engenharia Civil e Comunicações.

Para estes Programas está previsto para 2022 prevê 82,0 milhões de euros (73,9 milhões de euros em 2021) de investimento público total, sendo 81,6 milhões de euros do Plano e 0,4 milhões de euros de Outros Fundos.

No que toca ao objetivo "Afirmar os Açores no mundo" prevê-se a implementação de 5 Programas que têm por base o seguinte conteúdo: Transportes Aéreos e Marítimos, Turismo, Assuntos Parlamentares, Europeus e Cooperação Externa, Comunidades, Emigração e Imigração.

Para estes Programas estima-se para o ano de 2022 cerca de 253,1 milhões de euros (328,9 milhões de euros em 2021) de investimento público, sendo 215,6 do Plano e 37,5 com origem em Outros Fundos.

O valor do investimento público projetado para 2022 é de 973,6 milhões de euros, sendo 799,4 milhões de euros do Plano e 174,2 milhões de euros com origem em Outros Fundos.

3. ENQUADRAMENTO DO PLANO DE 2022 E PROGRAMAS DOS GRANDES OBJECTIVOS PARA 2021-2024 NOS PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS DISPONÍVEIS PARA A REGIÃO

O Portugal 2020 corresponde ao Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, no qual se estabelecem os princípios e as prioridades de programação para a política de desenvolvimento económico, social e territorial entre 2014 e 2020.

Estes princípios estão alinhados com as prioridades definidas na Estratégia Europeia 2020 (Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo), com as Recomendações do Conselho a Portugal no âmbito do Semestre Europeu e com as prioridades no Programa Nacional de Reformas.

No âmbito do processo de programação regional e de acesso aos fundos comunitários durante o período 2014-2020, o Governo, enunciou as seguintes grandes prioridades estratégicas para o novo ciclo 2014-2020 (RCG n.º 44/2013 de 13 de maio de 2013), em articulação com as prioridades estratégicas para a política de coesão europeia:

- Promoção de produção económica competitiva, preservando e consolidando as atividades baseadas nos recursos disponíveis e nas vantagens adquiridas, no progressivo robustecimento de uma fileira económica ligada ao mar, apostando-se complementarmente na inovação, na diversificação e em novos produtos e serviços de natureza transacionável, numa perspetiva de prosperidade e sustentabilidade das empresas e dos negócios geradores de empregabilidade efetiva e significativa do fator trabalho;

- Desenvolvimento de estratégias de alargamento efetivo dos níveis de escolaridade e de formação dos jovens, reduzindo substancialmente o abandono escolar precoce, tendo por horizonte as metas fixadas a nível da europa comunitária;

- Reforço das medidas de coesão social, conjugando a empregabilidade como uma estratégia sólida de inclusão social, promovendo em complemento a igualdade de oportunidades em termos gerais, a reabilitação e a reinserção social, a

reconversão profissional, a conciliação entre a vida social e profissional, e a valorização da saúde como fator de produtividade e de bem-estar;

- Promoção da sustentabilidade ambiental, observando as linhas de orientação e as metas comunitárias, em articulação estreita com o desenvolvimento de políticas orientadas para a competitividade dos territórios, modernização das redes e das infraestruturas estratégicas, numa articulação funcional entre os espaços urbanos e os de natureza rural, num quadro de efetiva coesão territorial;

A Região Autónoma dos Açores acede ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e ao Fundo Social Europeu (FSE) através do PO Açores 2020, ao Fundo de Coesão (FC), através dos PO Temáticos da Competitividade e Internacionalização (PO CI) e da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR).

Ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) através do PRORURAL + e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) através de um programa operacional de âmbito nacional designado MAR 2020.

Há ainda a assinalar a participação da Região no Programa INTERREG V A - MAC (Madeira – Açores -Canárias) 2014-2020.

3.1. PO AÇORES 2020

O PO Açores 2020 é um programa comparticipado pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE, para o período de programação 2014-2020, com execução na Região Autónoma dos Açores, tendo sido aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão C (2014) 10176, de 18 de dezembro.

O Programa foi preparado pelo Governo dos Açores, sintetizando um conjunto muito amplo de consultas e contribuições de uma grande diversidade de agentes regionais, expressando as principais propostas em matéria de política regional de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das principais linhas de orientação da Estratégia Europeia 2020 e do Acordo de Parceria nacional.

A visão estratégica associada a este Programa Operacional assenta na ambição dos Açores em afirmarem-se como uma região europeia relevante, sustentando-se em 4 grandes linhas de orientação estratégica:

- Uma Região aberta e inovadora na utilização dos recursos endógenos, materiais e imateriais, com um nível de produção económica que lhe permita ascender a um patamar superior no contexto regional europeu, em que a economia assente numa base económica de exportação, dinâmica, integrada e diversificada, ultrapassando os constrangimentos do limitado mercado interno;
- Um território relevante nos fluxos de bens e pessoas, no contexto do sistema logístico e de transporte marítimo entre a europa e o continente americano, complementada com uma utilização plena das redes e infraestruturas de transmissão de dados, minimizando a condição ultraperiférica e a dispersão do território regional;
- Uma sociedade inclusiva e equilibrada, geradora de oportunidades de participação, de aprendizagem ao longo da vida, de acesso ao emprego e de plena realização, das crianças e jovens, dos idosos e das famílias;
- Uma paisagem, um ambiente e uma vivência distintiva, suportadas em espaços urbanos qualificados, num património natural e cultural diferenciado e reconhecido internacionalmente, com respostas eficazes na proteção da biodiversidade e dos ecossistemas e na adaptação às alterações climáticas.

Concentrando o PO Açores 2020 a quase totalidade das intervenções com cofinanciamento pelos dois fundos estruturais – FEDER e FSE - no arquipélago, o leque de objetivos temáticos e das prioridades de investimento selecionadas é amplo e diversificado, contemplando as diversas vertentes das políticas públicas orientadas para o crescimento económico inteligente, do fomento do emprego, da inclusão social e da sustentabilidade ambiental, permitindo aos agentes locais acederem a recursos financeiros que viabilizarão os seus projetos de desenvolvimento nas diferentes áreas de intervenção e setores da economia e da sociedade.

Destaca-se ainda o apoio específico do Fundo Estrutural FEDER que a Região beneficia, mercê da sua condição de Região Ultraperiférica, conforme reconhecido no artigo 349.º

do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, para o financiamento de obrigações de serviço público de transporte de passageiros entre as ilhas dos Açores.

O programa operacional dispõe de um envelope financeiro de cerca de 1.137 milhões de euros, em que 794 milhões de euros estão afetos a intervenções financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e 344 milhões de euros para o Fundo Social Europeu.

Com esta repartição é sinalizada de forma muito clara que as políticas ativas de emprego, de formação e de qualificação têm uma prioridade nas políticas públicas, traduzindo-se, em termos financeiros e em comparação com o período de programação 2007-2013, num reforço de 154 milhões de euros da dotação que se atribui ao fundo que financiará estas políticas, o Fundo Social Europeu.

Está estruturado em 13 eixos prioritários e em 40 prioridades de investimento.

Em termos acumulados, até 30 de junho de 2021, registou-se a aprovação de 5 548 candidaturas, a que corresponde um custo total elegível de 1 588 milhões de euros e um financiamento de fundo estrutural de 1 145 milhões de euros, apresentando uma taxa de compromisso de 100,67%.
A execução financeira a 30 de junho de 2021 atingiu os 1 083 milhões de euros, o que corresponde a um apoio comunitário de 783 milhões de euros, representando uma taxa de execução de 68,82%.
Fazendo a desagregação por fundo, regista-se uma taxa de compromisso da componente FEDER de 105,02% e da componente FSE de 90,62% e uma taxa de execução da componente FEDER de 66,01% e da componente FSE de 75,28%.

3.2. COMPETE 2020

Para o período de programação 2014-2020, a Região beneficia de um financiamento do Fundo de Coesão, integrado no Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização (POCI), especificamente no Eixo IV - Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas, exclusivamente, para as intervenções no sistema portuário da Região Autónoma dos

Açores integradas nas prioridades de investimento 7.1 - Apoio ao espaço único europeu de transportes multimodais, mediante o investimento na RTE-T e 7.3 - Desenvolvimento e melhoria de sistemas de transportes ecológicos (incluindo de baixo ruído) e de baixo teor de carbono, incluindo vias navegáveis e transportes marítimos interiores, portos, ligações multimodais e infraestruturas aeroportuárias, a fim de promover a mobilidade regional e local sustentável.

As candidaturas aprovadas as intervenções no cais comercial das Velas de São Jorge, construção da rampa RO-RO no porto da Calheta-São Jorge, requalificação das infraestruturas no Grupo Ocidental para movimentação de carga e passageiros, requalificação do porto de Ponta Delgada, adaptação do porto das Pipas à operação de ferries, construção de uma infraestrutura com melhores condições de operacionalidade e de eficácia no embarque e desembarque de passageiros e veículos no porto de São Roque do Pico e requalificação dos sistemas de segurança e de acessibilidades do porto da Praia da Vitória.
A 30 de junho de 2021 existiam 7 propostas aprovadas, com um valor elegível de 125,4 milhões de euros e 66,7 milhões de euros já executados.

3.3. PO SEUR

Para o período de programação 2014-2020, a Região beneficia também de um financiamento do Fundo de Coesão, integrado no Programa Operacional Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), no Eixo Prioritário 3 – Proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos, objetivo específico 1 - Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem.

No sentido de colmatar as atuais carências do sistema de gestão de resíduos do grupo oriental de ilhas do arquipélago e em especial da Ilha de São Miguel e de encontrar uma solução de futuro para longo prazo, será desenvolvido um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos suportado por uma visão de sustentabilidade económica, social e ambiental denominado por "Ecoparque da Ilha de São Miguel".

Atendendo a que o custo total elegível deste projeto é superior a 50 milhões de euros, o

mesmo constitui um Grande Projeto, nos termos do artigo 100.º do Regulamento (CE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, sendo que a Decisão de aprovação será proferida pela Comissão Europeia, nos termos do artigo 102.º do citado Regulamento comunitário.

A 30 de junho de 2021 registava-se a 1 projeto aprovado com um investimento elegível de 77,6 milhões de euros, correspondendo a pagamentos no valor de 8,4 milhões de euros.

3.4. PRORURAL +

O Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL+), enquadra-se no Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro, que estabelece as regras do apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

O PRORURAL+ reflete a estratégia da Região para a agricultura e para o desenvolvimento rural, pretendendo ser um instrumento financeiro que contribui para o aumento da autossuficiência do setor agroalimentar em 2020, e para a estruturação de canais comerciais que permitam a exportação de produtos especializados para o mercado externo. Este Programa está alinhado com as Prioridades da União em matéria de desenvolvimento rural, nomeadamente:

- Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais;
- Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura em todas as regiões e incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas;
- Promover a organização das cadeias alimentares, nomeadamente no que diz respeito à transformação e à comercialização de produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura;
- Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas ligados à agricultura e à silvicultura;

- Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal;
- Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais.

O PRORURAL+ tem como foco o apoio à competitividade do complexo agroflorestal, sustentabilidade ambiental e dinâmica dos territórios rurais.

O PRORURAL+ foi aprovado a 13 de fevereiro de 2015, pela Decisão de Execução C (2015) 850 da Comissão, com uma dotação de 340,4 milhões de euros de despesa pública, a que corresponde uma contribuição FEADER de cerca de 295,3 milhões de euros.

A 30 de junho de 2021 existiam 15.234 projetos aprovados, representando um investimento elegível aprovado na ordem dos 375,9 milhões de euros e pagamentos no valor de 245,6 milhões de euros.

3.5. MAR 2020

Os apoios do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), são operacionalizados na Região através de um programa operacional de âmbito nacional designado MAR 2020, que tem por objetivo a implementação das medidas de apoio enquadradas no FEAMP no âmbito das seguintes Prioridades da União Europeia:

- Prioridade 1- Promover uma pesca ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento;
- Prioridade 2- Promover uma aquicultura ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento;
- Prioridade 3- Fomentar a execução da PCP;
- Prioridade 4- Aumentar o emprego e a coesão territorial;
- Prioridade 5- Promover a comercialização e a transformação dos produtos da pesca e da aquicultura;
- Prioridade 6 - Fomentar a execução da Política Marítima Integrada.

A dotação indicativa do FEAMP alocada aos Açores para o período de programação 2014-2020 totaliza 73,8 milhões de euros, correspondendo a cerca de 19% da verba alocada a Portugal. Daquela verba, 34,1 milhões já têm alocação pré-definida e referem-se a medidas específicas que, até 2014, tinham linhas de financiamento autónomas.

Aquela verba destina-se, maioritariamente, ao financiamento do regime de compensação dos custos suplementares suportados pelos operadores dos Açores nas atividades de pesca, cultura, transformação e comercialização de certos produtos da pesca e da aquicultura (regime vulgarmente designado por POSEI-PESCAS), com uma dotação de 30,7 milhões de euros, que corresponde a um aumento de 51% face ao período de programação 2007-2013.

Deste modo, destinar-se-ão ao financiamento das medidas comparáveis com o período de programação 2007-2013 (PROPESCAS) cerca de 39,7 milhões de euros para apoio ao desenvolvimento sustentável das pescas, ao desenvolvimento sustentável da aquicultura, ao desenvolvimento sustentável das zonas de pesca, a medidas de comercialização e transformação de produtos da pesca e aquicultura e à assistência técnica ao programa.

Os Açores poderão ainda beneficiar do apoio para medidas relativas à Política Marítima Integrada e ao controlo e execução da Política Comum de Pescas, cuja gestão será centralizada a nível nacional (não existindo, assim, verbas pré-alocadas por região), tendo, designadamente, em atenção, as competências exercidas regionalmente naqueles âmbitos e as operações que estão a ser planeadas a nível nacional e regional. Também neste caso, e até 2014, estas medidas tinham linhas de financiamento autónomas.

A operacionalização do MAR 2020 foi consideravelmente atrasada pela aprovação tardia da regulamentação comunitária e do Programa Operacional. No primeiro semestre de 2016 procedeu-se, a nível nacional e regional, à definição dos critérios de seleção das operações (passo essencial para a regulamentação dos regimes de apoio) e respetiva aprovação pelo Comité de Acompanhamento do MAR 2020, e à publicação de regulamentação definidora de diversos procedimentos de gestão.

A 30 de junho de 2021 existiam 3.507 projetos aprovados, representando um investimento elegível no valor de 69,3 milhões de euros dos quais 41,6 milhões de euros já pagos.

3.6. MAC 2014-2020

O Programa de Cooperação INTERREG V A Espanha-Portugal MAC, para o período de programação 2014-2020 foi aprovado, pela Comissão Europeia, a 3 de junho de 2015 e conta com um orçamento de 130 milhões de euros (85% financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER), dos quais 11,6M€ destinam-se a beneficiários localizados na Região Autónoma dos Açores.

Em 2017 a CE aprovou um aumento do financiamento do Programa que passa a contar com um total de cerca de 149 milhões de euros.

Neste Programa, participam também os países terceiros de Cabo Verde, Senegal e Mauritânia, com o objetivo de aumentar o espaço natural de influência socioeconómica e cultural e as possibilidades de cooperação entre as Regiões.

O Programa prevê o desenvolvimento de operações nas seguintes temáticas: valorização do conhecimento e da inovação, bem como a sua capacidade de integração em redes de conhecimento, melhoria da competitividade das PME, adaptação às alterações climáticas e a prevenção de riscos, proteção do meio ambiente e a eficiência de recursos e a capacidade institucional e eficiência da administração pública.

No ano de 2016, foi lançada a 1.ª convocatória para apresentação de projetos que decorreu de 1 de fevereiro a 31 de março, tendo sido posto a concurso metade da dotação FEDER disponível no Programa.

A 8 de novembro de 2016 foi realizado o 1.º Comité de Gestão do Programa com o intuito de analisar e aprovar os projetos apresentados pelas entidades sedeadas no espaço de cooperação, resultando para os Açores a participação em 34 projetos nos 5 eixos prioritários com uma dotação FEDER associadas de 5,8 milhões de euros.

Em 2018 foi lançada a 2ª convocatória para a apresentação de projetos.

Em 30 de junho de 2021 existiam 77 projetos aprovados, com um investimento de 13,9 milhões de euros e com 3,5 milhões de euros já pagos.

3.7. FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA – FURACÃO LORENZO

O Fundo de Solidariedade da União Europeia foi criado na sequência das cheias que assolaram a Europa em 2002.

Na sequência da passagem do Furação Lorenzo pela Região, em outubro de 2019, o Estado solicitou à União Europeia uma contribuição destinada a financiar as operações de emergência e de recuperação de infraestruturas.
A candidatura apresentada pelo beneficiário do FSUE - Portos dos Açores S.A. (Intervenção para proteção de emergência ao terrapleno portuário e cais -5m (zm) do porto das Lajes das Flores, no âmbito dos prejuízos decorrentes do furacão Lorenzo), no valor de 18.626.874€, foi aprovada pela DRPFE, em dezembro de 2020.

3.8. PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA 2021-2026

Este Plano será financiado pelo Mecanismo Europeu de Recuperação e Resiliência e tem o propósito de concretizar investimentos e reformas, preparando as economias para o futuro.

O Plano de Recuperação e Resiliência estrutura-se em 3 grandes linhas:

. Resiliência (vulnerabilidades sociais, potencial produtivo, emprego, competitividade e coesão territorial);

. Transição climática (mobilidade sustentável, descarbonização, bioeconomia, eficiência energética e renováveis);

. Transição digital (escola digital, empresas 4.0 e administração pública digital).

O PRR-Açores está distribuído em 10 das componentes, com iniciativas que conduzem à implementação de 11 investimentos, num total de 580 milhões de euros de subvenções:

369 milhões de euros na dimensão da Resiliência, 148 milhões de euros para a Transição climática e 63 milhões para a Transição Digital.

Além destes 580 milhões destinados à Região Autónoma dos Açores e materializados nos 11 investimentos no âmbito do PRR, os Açores irão receber mais 117 milhões que ficarão "consignados" em diversas componentes nacionais previstas no PRR, às quais diversas entidades regionais poderão aceder.

3.9. PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2021-2027

O novo quadro da política de coesão propõe 5 objetivos principais:

1. Uma Europa mais inteligente;
2. Uma Europa mais verde, hipocarbónica e resiliente;
3. Uma Europa mais conectada;
4. Uma Europa mais social;
5. Uma Europa mais próxima dos cidadãos.

2º. CAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER FINAL SOBRE O PLANO PARA 2022

O investimento global previsto para o 2022 na Região Autónoma dos Açores considera, para além das despesas do plano financiadas pelo Orçamento da Região, os financiamentos que advêm de outros fundos regionais, nacionais e comunitários.

O Plano 2022 compreende um total de 4 Objetivos, 12 Programas de investimento, que por sua vez integram 127 Projetos e 680 Ações.

O Plano de 2022 prevê um total de investimento público de 943,9 milhões de euros, sendo 722,5 milhões do Plano e 221,4 milhões de Outros Fundos.

O Plano de 2022 prevê um investimento afeto ao objetivo "Políticas para a Coesão Social e para a Igualdade de Oportunidades" que inclui a programação para o domínio da solidariedade, igualdade, habitação, poder local, comunidades, educação, saúde, cultura, ciência, transição digital, juventude, emprego, comércio, indústria, obras

públicas, transportes terrestres e comunicações, ascende a 282,2 milhões de euros e representa 29,0% do valor global.

Os sectores da competitividade empresarial, administração pública, agricultura, florestas, desenvolvimento rural, pescas, aquicultura, assuntos do mar, cultura, ciência, transição digital, ambiente, alterações climática, território, transportes, turismo energia, juventude, emprego, comércio, industria, obras públicas, transportes terrestres, e comunicações, integram o Objetivo "Um Futuro Mais Digital e Ecológico no Seio da Sociedade do Conhecimento", representam 36,6% do total do investimento, a que corresponde um investimento previsto de 356,3 milhões de euros, sendo 286,4 milhões de euros com origem no Plano.

O Objetivo "Uma Governação ao Serviço das Pessoas, próxima e Transparente" dirigida aos sectores do informação, comunicação, cooperação externa, solidariedade, igualdade, habitação, poder local, comunidades, competitividade empresarial, administração pública, obras públicas, transportes terrestres e comunicações, estão dotados com 82,0 milhões de euros que representam 8,4% do valor global do investimento.

Aos domínios da informação, comunicação, cooperação externa, solidariedade, igualdade, habitação, poder local, comunidades, transportes, turismo, energia, obras públicas, transportes terrestres e comunicações que promovem o objetivo "Afirmar os Açores no Mundo", será afeta uma verba de cerca de 253,1 milhões de euros, a que corresponde 26,0% do valor do Plano.

O Plano para 2022 e as Orientações de Médio Prazo 2021-2024 integra os investimentos a realizar pelo Governo Regional definidos no Programa do XIII Governo Regional.

Após a análise da proposta do Plano Regional Anual para 2022, tendo em conta as audições do Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, do Secretário Regional do Mar e das Pescas, do Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia, do Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, da Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações e do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública e os relatórios e pareceres

das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão Permanente de Economia deliberou aprovar, por maioria, com os votos a favor do PSD e CDS e a abstenção com reserva de posição para o Plenário do PS e do Deputado Independente, a presente proposta.

3º. CAPÍTULO – APRECIAÇÃO E PARECER SOBRE O ORÇAMENTO REGIONAL PARA 2022

A previsão orçamental consolidada para 2022 tem um valor de 2.089,6 milhões de euros.

A Receita Total prevista para 2022 atinge o valor de 2.089,6 milhões de euros.

A Receita Efetiva prevista é de 1.519,6 milhões de euros, sendo que as Receitas Correntes podem atingir 1.033,2 milhões de euros e as Receitas de Capital poderão atingir 976,1 milhões de euros, das quais 1,9 milhões de euros de Ativos Financeiros e 491,4 milhões de euros de Passivos Financeiros.

Estão previstas, ainda, Outras Receitas, no valor de 80,3 milhões de euros, das quais 76,7 milhões de euros provêm do Saldo de Gerência anterior.

As Transferências do Orçamento do Estado estão previstas em 326,3 milhões de euros, representando assim 23,1% da receita global.

As Transferências da União Europeia, que em 2022 ascendem a um valor previsto global de 335,7 milhões de euros, no âmbito de cofinanciamentos de projetos de investimento diretamente executados pelo Governo dos Açores.

As necessidades de Financiamento Líquido atingem os 170,0 milhões de euros.

Quanto ao valor consolidado da Despesa Total prevista para o ano de 2022, atinge os 2.089,6 milhões de euros.

As Despesas Correntes poderão atingir 1.198,5 milhões de euros, das quais 42,3 milhões de euros refere-se a Juros e Outros Encargos.

Nas Despesas de Capital o valor previsto é de 891,1 milhões de euros, dos quais 80,1 milhões de euros reportam-se a Ativos Financeiros e 324,3 milhões de euros a Passivos Financeiros.

O Governo dos Açores, com esta proposta de Orçamento, dá cobertura aos Grandes Objetivos de Desenvolvimento definidos para o segundo ano de execução das Orientações de Médio Prazo 2021-2024 para fazer face a este período difícil decorrente da conjuntura económica adversa que abalou o Mundo, a Europa e o nosso país devido à pandemia.

Pelo exposto, após a análise dos documentos a Comissão Permanente de Economia deliberou por maioria, dar parecer favorável à Proposta de Orçamento para 2022, com os votos a favor do PSD e CDS e abstenção com reserva para plenário do PS e do Deputado Independente.

4º. CAPÍTULO – PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL DO ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2022

1. PRINCÍPIOS GERAIS

As regras referentes ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores, os procedimentos para a sua elaboração, discussão, aprovação, alteração e fiscalização e a responsabilidade orçamental obedecem ao disposto na Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, alterada pela Lei n.º 62/2008, de 31 de outubro - Lei do Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

O conteúdo do articulado da proposta de decreto legislativo regional deve, conforme dispõe o art.º 11.º do diploma acima referido, conter:

a) As condições de aprovação dos mapas orçamentais e as normas necessárias para orientar a execução orçamental;
b) A indicação do montante das transferências provenientes do Estado ou de fundos comunitários, com a exceção de eventuais vinculações a que estejam sujeitos;
c) O montante e as condições gerais de recursos ao crédito público;
d) A indicação do limite dos avales a conceder pelo Governo Regional durante o exercício orçamental;
e) O montante de empréstimos a conceder e de outras operações ativas a realizar pela Região, incluindo os fundos e serviços autónomos;
f) Todas as outras medidas que se revelem indispensáveis à correta gestão orçamental da Região para o ano económico a que o orçamento se destina.

2. ANÁLISE DA PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

O articulado da proposta de orçamento para o ano 2022 cumpre o disposto no art.º 11.º ("Conteúdo do articulado da proposta de decreto legislativo regional") da Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, alterada pela Lei n.º 62/2008, de 31 de outubro.

A Proposta de Orçamento para 2022 não cumpre o princípio do equilíbrio orçamental, tal como se encontra definido no artigo 4.º da Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, alterada pela Lei n.º 62/2008, de 31 de outubro (Lei do Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores), e no artigo 16.º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, ou seja, as receitas efetivas não cobrem a totalidade das despesas efetivas.

A presente proposta apresenta um saldo efetivo de – 165,6 milhões de euros e um saldo primário de – 123,3 milhões de euros. Refira-se ainda que a despesa efetiva é no valor de 1.685.142.009 euros, enquanto a receita efetiva é de 1.519.584.213 euros, conforme o Quadro 15 (Síntese do ORAA 2022), havendo ainda uma necessidade de financiamento de 170 milhões de euros.

Por último, refere-se que Proposta de Orçamento foi elaborada no âmbito do disposto no Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores e Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

A Comissão de Economia deliberou dar parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2022, com os votos favoráveis do PSD e CDS e abstenção com reserva para plenário do PS e do Deputado Independente.

Angra do Heroísmo, 17 de novembro de 2021.

O Relator

José Ávila

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

Sérgio Ávila

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 21/XII – "PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2022" E N.º 22/XII – "ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2022"

4 DE NOVEMBRO DE 2021

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 4 de novembro de 2021, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – "Plano Regional Anual para o ano de 2022" e n.º 22/XII – "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022".

As supramencionadas Propostas foram remetidas à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no dia 2 de novembro de 2021, com data limite para emissão de parecer sectorial e envio deste à Comissão de Economia até ao dia 9 de novembro de 2021.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, as matérias abaixo elencadas são da competência da Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ambas para o ano de 2022, nas seguintes matérias:

- Comunicação Social;
- Ambiente;
- Alterações climáticas;
- Ordenamento do território;
- Recursos hídricos;
- Ordenamento do espaço marítimo;
- Orla costeira;
- Política de ocupação de solos;
- Reservas naturais e ecológicas;
- Energia
- Bem-estar animal e recursos cinegéticos.

O parecer sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ ações que foram acompanhadas da devida audição aos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.

APRECIAÇÃO DAS PROPOSTAS

A programação anual contida nos documentos em análise insere-se na estratégia definida para o médio prazo e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o ano de 2022.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2022, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Quadro

Plano Anual para 2022

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 - INFORMAÇÃO COMUNICAÇÃO E COOPERAÇÃO EXTERNA	**1.858.849**	**1.858.849**	
1.1 – Apoio aos Media	**797.500**	**797.500**	
1.1.1 Programa de apoio à Comunicação Social	650.000	650.000	
1.1.2 Plataforma eletrónica de Comunicação com o Cidadão	50.000	50.000	
1.1.3 Financiamento de obrigações se serviço público de notícias e de televisão	97.500	97.500	

1.2 – Jornal Oficial	**50.000**	**50.000**	
1.2.1 Acesso a base de dados jurídicos	50.000	50.000	
6 – AGRICULTURA FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	**112.812.476**	**60.829.945**	**51.982.531**
6.2 – Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade e Alterações Climáticas	**40.240.741**	**12.163.872**	**28.076.869**
6.2.2 Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica	10.600.000	1.590.000	9.010.000
6.2.4 Melhoramento Genético e Bem-estar animal	518.000	518.000	
6.2.5 Bem-estar de animais de companhia e errantes	259.000	259.000	
6.2.16 Life IP Climaz	684.593	684.593	
6.2.20. Apoio à construção de um centro de treino animal para a AFAMA - Associação Faialense dos Amigos dos Animais	3.700	3.700	
6.2.26. Produção de espécies cinegéticas para repovoamento	10.500	10.500	

6.2.27. Programa de investigação de espécies cinegéticas nos Açores	25.000	25.000	
7 – PESCAS, AQUICULTURA E ASSUNTOS DO MAR **7.6 – Gestão e Requalificação da Orla Costeira** **7.7 – Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha**	**38.442.883** **483.674** **3.088.159**	**22.308.883** **483.674** **3.088.159**	**16.134.000**
9 – AMBIENTE, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E TERRITÓRIO **9.1 – Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental** **9.2 – Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas** **9.3 – Conservação da Natureza e Biodiversidade** **9.4 – Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica** **9.5 – Ordenamento e Gestão do Território**	**20.103.249** **6.135.036** **5.463.721** **2.499.588** **1.828.880** **4.176.024**	**20.103.249** **6.135.036** **5.463.721** **2.499.588** **1.828.880** **4.176.024**	
10 – TRANSPORTE, TURISMO E ENERGIA	**288.178.581**	**250.690.701**	**37.487.880**

10.1 – Eficiência Energética e Energias Renováveis	**39.729.425**	**39.729.425**	
10.2 – Serviços Energéticos	**4.550.297**	**4.550.297**	
10.3 – Mobilidade Elétrica	**576.000**	**576.000**	
10.4 – Política Energética	**1.053.689**	**1.053.689**	

De referir que não foram incluídas no quadro aquelas que são as ações que estão na tutela das obras públicas (Programa 12), mas que dizem respeito a obras afetas às áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

a) Projeto 12.22 – SRMP – Gestão e requalificação da orla costeira – 6 067 270 €
b) Projeto 12.25 – SRAAC – Planeamento, inspeção e promoção ambiental – 1 499 126 €
c) Projeto 12.26 – SRAAC – Conservação da natureza e biodiversidade – 1 474 247 €
d) Projeto 12.27 – SRAAC – Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica – 2 854 490 €
e) Projeto 12.28 – SRAAC – Centros de processamento de resíduos – 618 921 €

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL:

O Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural iniciou a sua intervenção fazendo um enquadramento geral das propostas da Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural para o ano de 2022, começando por dizer que dentro das competências da Comissão, nomeadamente energia, ambiente, desenvolvimento sustentável e bem-estar animal, que no âmbito do programa 6 importava esclarecer e informar o que se previa para o ano de 2022. Assim, considerou que para a Secretaria Regional os objetivos traçados no início dessa legislatura são uma agricultura inovadora, competitiva, inclusiva, sustentável e virada para a produção local diminuindo as importações. Uma agricultura resiliente, uma agricultura de preços justos e uma agricultura que também deriva de um mercado justo e, acima de tudo, uma agricultura que caminha para a soberania alimentar, quer a animal, quer humana.

Salientou ainda que dentro das competências da sua Secretaria há uma ação no programa, nomeadamente o projeto 6.2, onde o desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alterações climáticas, terá um aumento de 1,9 por cento relativamente ao ano transato. Ou

seja, em 2021 há a previsão de uma despesa pública 39 milhões 489 mil euros e, para o ano de 2022, há aumento da despesa pública para 40 milhões.

E explica que o aumento dessa despesa pública em 7,36 % é um esforço regional para estar compaginado com os fundos comunitários. Esse aumento do orçamento regional, em mais 7,36 %, corresponde a 516 565,00 Euros, de forma a viabilizar as necessidades atuais no âmbito da agricultura biológica, da manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas, das medidas agroambientais, da extensificação pecuária diminuindo a carga animal por hectare. Portanto, um conjunto de medidas que vem de encontro àquilo que são as preocupações e as necessidades da humanidade relativamente à retenção do carbono e ao combate às alterações climáticas, à conservação do solo, à diminuição dos fitofármacos e ao bem-estar animal, que é essencial e estando-se a proceder à sua certificação.

E continuou referindo que a ação 6.1.2 do POSEI, no seu entendimento, está muito visada este ano para aquilo que são as necessidades em termos de produções locais. Como consequência leva à diminuição das importações e qualificações já que o programa POSEI este ano está muito relacionado com o ambiente a diminuição da pegada ecológica assim como a diminuição da energia que está associada ao transporte de alimentos.

O programa POSEI tem uma dotação de 13 milhões de euros. Esses 13 milhões de euros evitam que existam cortes aos produtores. Ou seja, os apoios e os prémios anunciados são aqueles que são efetivamente pagos. Esses 13 milhões de euros correspondem a um esforço regional de todo o programa 6. Ou seja, os 59 331 505 euros, que estão no orçamento regional, correspondem a um esforço de 22%. Em relação ao Projeto 6.1 no valor de 38 761 167 euros do orçamento regional e que corresponde a um esforço regional de 34%.

Continuou afirmando que o programa POSEI está vocacionado para as áreas ambientais e de bem-estar animal e de qualificação. Deste modo, há uma majoração de 23 euros por tonelada de leite produzido em modo de produção biológico. Ou seja, há uma majoração a quem produz leite biológico em 23 euros por tonelada. Também há um suplemento a quem está no regime de produção biológica de 20% relativamente ao prémio da vaca leiteira.

Na área da floricultura, horticultura e fruticultura, há uma majoração de 10 % para quem está em modo de produção biológico e, também, uma majoração de 40 euros de prémio ao abate para a carne IGP, para a carne do Ramo Grande e pecuária biológica. Isto é, para quem abater nos matadouros da rede regional de abate.

Informou ainda que para o próximo mês, os Açores vão ter mais uma qualificação DOP que é a carne Ramo Grande.

Referiu ainda que foi publicada, a nível mundial, legislação para saber se alguém se opõe a que seja dado o nome de carne Ramo Grande DOP à carne produzida desta raça autóctone dos Açores e a pecuária biológica.

O senhor Secretário salientou que existe uma majoração nas culturas arvenses de mais de 20 % em agricultura de modo de Produção Biológica, e em relação à vinha, um apoio de 1.250 euros por hectare para os vinhos DOP. Há ainda um apoio de 950 euros por hectare para a produção de vinhos IG. Deste modo, referiu haver um esforço regional dedicado às produções locais, havendo uma vertente muito dirigida para a naturalidade de produtos naturais com majorações e incentivos a esta mesma produção.

Na ação 6.1.6 salientou a capacitação dos agricultores para a produção e consumo sustentável, com uma dotação de 436 mil euros, uma ação direcionada a ações de sensibilização e formação, não só à produção, mas, também, aos consumidores para um modo mais sustentável de produzir. Ou seja, um modo que seja viável e durável de acordo com aquelas que são as normas para as várias inquietudes quer climáticas quer do uso endógeno dos meios para a produção.

Na ação 6.1.8, que respeita a inovação e digitalização da agricultura, corresponde com uma ação de 188 mil e 800 euros e que se traduz numa nova visão sobre análises de solo. Este ano já foi elaborado um protocolo com Universidade dos Açores para as análises dos solos e da sua devida formação relativamente a essas mesmas análises. Ou seja, o aconselhamento técnico. Há também uma necessidade em trazer a público aquilo que é a conservação do solo e as análises que se estão a fazer resultam numa necessidade de ajustar quer as adubações, quer as mobilizações do solo, de forma a que, tudo esteja de acordo também com as práticas sustentáveis

Em relação à ação 6.1.23, relativo aos regimes de apoio à reestruturação das empresas, há uma dotação de 650 mil euros direcionada à reestruturação, com uma prioridade ambiental e prioridade energética no âmbito da inovação e para uma transição mais verde assim como para uma digitalização e inovação.

Na ação 6.2.16, no âmbito dos recursos florestais, existem duas ações do programa LIFE CLIMAZ que, juntamente com o ambiente, pretende-se mapear a cobertura terrestre em São Miguel e

na Terceira, relativamente à área florestal, de forma a se saber qual é a quantidade de carbono que está a ser retido pelas florestas.

Em 2022 vai-se dar início à criação dos corredores ecológicos, com cerca de 300 hectares, também em São Miguel e na Terceira, na utilização dos baldios que são desaproveitados. Nestes corredores serão plantadas plantas endémicas, no âmbito daquilo que é a necessidade de preservar e incentivar a plantação da Laurissilva.

Relativamente à ação 6.2.28, que são as jornadas florestais e ações de sensibilização, no valor de 40 mil euros, pretende-se criar uma ligação muito forte à rede de ensino de forma a alertar e sensibilizar os alunos para a necessidade da floresta nos Açores, da sua conservação, da sua produção e o papel da sua multifuncionalidade na atualidade para a humanidade.

Já na ação 6.2.23, que é referente ao programa de melhoramento, pretende-se levar à prática um programa de investigação e um programa de conservação das nossas espécies autóctones.

A ação prevista no 6.2.22 refere-se à manutenção do sistema de certificação do perímetro florestal e matas regionais no valor de 217 mil 930 euros.

Ou seja, a certificação da Laurissilva e das espécies endémicas, que é uma certificação internacional e que exige um conjunto de acompanhamento e requisitos, quer na sua manutenção, quer no desbaste, quer na conservação que será realizada também em 2022.

E finalmente, há um conjunto de ações de inovação neste ano em que a ação 6.1 .21 do agro emprego, também muito direcionada para as escolas, será um programa, em partilha com a Secretaria da Qualificação Profissional e com a Secretaria da Educação, para se levar às escolas a necessidade de criar atratividade para o emprego na agricultura. Não sendo necessário ter grandes áreas, nem muitos animais. Há uma diversificação muito grande na agricultura que está na oportunidade dos jovens. A intenção é direcionar para os meios de comunicação social, dizendo aos jovens que há aqui uma atratividade no âmbito da diversificação com uma pequena e média área, de matriz familiar, com produtos endógenos, uns visando a exportação outros visando o consumo interno.

Na ação 6.2.9 que trata da economia circular, bio economia e investigação científica na agricultura, onde se pretende incentivar projetos no âmbito da economia circular, no âmbito do reutilizar tendo como objetivo que o desperdício não é um desperdício finito, já que na agricultura pode haver vários tipos de aproveitamentos no âmbito da produção pecuária e na produção agrícola.

Sobre a ação 6.2.21 referiu que se trata da Geo Bio Graciosa, que é um processo de transição da pecuária essencialmente da pecuária da bovinocultura do leite para uma bovinocultura do modo mais natural. Pode ser leite de pastagem ou leite biológico. Sabe-se que a Graciosa se debate com problemas hídricos de consumo de água, havendo uma competição entre o consumo humano e o consumo animal e, o que interessa, é valorizar o produto, até utilizando a denominação de reserva da biosfera. Se à Reserva da Biosfera forem adicionados os produtos mais naturais, obviamente, consegue-se valorizar, com menos inputs para a produção, produzindo menos leite, mas valorizando aquilo que se produz.

Sendo uma ação muito direcionada para a reconversão de leite de uma produção convencional em produção mais natural.

Em relação à Geo Bio Ocidental, que trata a ação 6.2.8, esta teve o seu início o ano passado, em que já existiam várias ações de sensibilização e de formação, quer nas Flores quer no Corvo. Existem produtores interessados e há ações também que tiveram a participação dos consumidores e das empresas. Estas ações estão a dar frutos e já existem interessados. Deste modo, nos próximos fundos comunitários no PO 23-27 vai-se enquadrar de uma forma mais substancial estas mesmas agriculturas.

Quanto à ação 6.2.7, Sustentagro - agricultura sustentável, este ano já produziu efeitos e que tem a ver com a legislação das leguminosas. Há um apoio aos agricultores que compram leguminosas, sementes leguminosas, para o repovoamento nas pastagens. Isso significa uma maior fixação do azoto atmosférico e um maior sequestro de carbono, significa ainda mais energia por metro quadrado nas pastagens, mais biodiversidade das pastagens, e significa, ainda, que outros animais, como sejam as abelhas, possam ter flores para recolher o mel. Assim, neste momento está em vigor a portaria, até finais de dezembro, que permite o apoio em 50% aos agricultores que comprarem leguminosas para as suas pastagens.

Em relação a outras áreas, o Senhor Secretário referiu que se vai continuar a apoiar o transporte marítimo de resíduos, provenientes de explorações agrícolas e pecuárias das outras ilhas para a ilha Terceira, para a produção de energia, referente à Portaria 81/2019, da qual a Secretaria do Ambiente faz a candidatura, analisa as candidaturas, e depois envia para pagamento.

Em relação à portaria 33/2001, sobre o bem-estar animal, já foram atribuídos um conjunto de apoios, com uma nova filosofia, uma filosofia mais simples, mas sem deixar de exigir responsabilidade no âmbito da esterilização e no âmbito da identificação animal.

Por fim, o senhor Secretário referiu a situação relacionada com uma reivindicação do PAN, que respeita à recolha de animais de grande porte, em que foi publicada a Portaria 67/2021, de 12 de julho, e que permite às associações recolher equinos que estão abandonados. A portaria está em vigor e é dirigida aos centros que se candidataram para a recolha.

O senhor deputado José Contente do PS, referiu que quem ouviu o senhor Secretário ficou com a ideia de que os documentos eram só sobre leite e mel. Prosseguiu a sua explanação com um comentário prévio, considerando que era importante clarificar nesta fase. Referiu que os documentos enfermam à partida, tal como referiu ter acontecido no ano anterior, pela violação dos prazos da audição dos parceiros sociais.

Este ano considerou que os documentos foram entregues atrasadamente, e em cima da hora, na Assembleia Regional, com prejuízo para os partidos que têm que os analisar, e com uma má justificação, que supostamente tinha a ver com o chumbo do Orçamento de Estado. Na opinião do deputado José Contente, esse atraso tem a ver com a ameaça de alguns partidos que sustentam o Governo Regional.

E prosseguiu a explanação dizendo que, em segundo lugar, a credibilidade dos documentos está fortemente ferida devido às baixas taxas de execução que o Governo apresenta, apesar de mais uma vez, não ter tido acesso ainda ao relatório de execução do terceiro trimestre, considerando que é uma falha grave para quem anuncia tanta transparência para este governo.

Em terceiro lugar, refere que isto não é uma questão associada só à Agricultura e Pescas, mas entende, por via do Orçamento e do financiamento do plano, que não se vai ter receitas para financiar o plano, senão até 40, no máximo 40% no próximo ano.

Assim, o senhor deputado José Contente, questionou o senhor Secretário pretendendo saber qual seria a explicação do senhor Secretário, depois deste ter elencado um certo número de ações, para que tenha dito o ano passado que “os Açores têm de passar a ser conhecidos também porque a elaboração dos seus produtos provem do sustentável e do bem-estar animal respeitável”. Questiona ainda se, foi por causa disso, que diminuiu a verba, quer no melhoramento genético do bem-estar animal de 710 981 mil euros para 518 mil euros e, ainda, se diminuiu a verba do bem-estar animal de companhia e errantes de 269 177 euros para 259 mil euros, ou “foi porque as baixas taxas de execução de 2021 o aconselharam a esta diminuição?”

O senhor Secretário começou por responder que, relativamente às considerações do deputado José Contente, não se ia pronunciar, atendendo a que são de outro âmbito, de outro fórum e de outra responsabilidade, inclusive da Assembleia Regional.

Relativamente aos animais de companhia, o senhor Secretário respondeu que foram atribuídos 239 mil euros e que neste momento estão utilizados 162.694,5 euros e que a previsão é que o total atribuído não iria ser totalmente utilizado pelos candidatos, pelo que se reduziu em 10 mil euros. No entanto, sublinha que se for necessário, ao longo do ano, pode-se transferir verbas de uma ação para a outra, considerando que o plano é um plano realista e verdadeiro de acordo com a experiência.

Quanto ao melhoramento genético, o senhor Secretário reafirmou que o melhoramento genético diminuiu porque a verba passa uma parte do melhoramento genético para outras medidas, que estão por exemplo na 6.1.6 e 6.1.8, que são medidas de inovação da digitalização da agricultura. Assim, esse melhoramento genético, que era o tradicional melhoramento genético, mantém-se na ação, e todas as novas ações de melhoramento genético, dedicadas a uma nova produção, mais natural e que é preciso influenciar o animal geneticamente, estão nas novas ações. Deste modo, justifica, até haja mais verba para o melhoramento genético do que existia. Está, porém, dividido em duas ações.

Relativamente ao SustentAgro, o senhor Secretário referiu que relativamente àquilo que é o Fórum Bio 21 já se realizaram 23 ações de formação e sensibilização nas nove ilhas dos Açores envolvendo mais de 600 participantes com mais de 10 mil visualizações, já que os participantes que estamos a falar não são só presenciais. Foram realizadas ações sobre horticultura, pecuária, vinhos e floresta biológica. Ações sobre a agricultura de precisão, ações sobre pastagens, ações sobre a produção de leite biológico e, portanto, já se está a percorrer novamente as ilhas.

Esta é uma ação no âmbito da sustentabilidade da agricultura que se espera resultados, não só nas Flores, mas em todas as ilhas. As pessoas perceberam que depois da pandemia é preciso oferecer outro tipo de alimentos, de agroalimentos com outro conteúdo nutricional. As pessoas estão mais sensíveis a ler os rótulos e percebem que um alimento com a qualidade intrínseca, no âmbito das suas várias componentes nutricionais, pode prevenir a doença e pode combater a doença.

Considerou ainda que os Açores, situados geoestrategicamente no Atlântico, e tendo em conta as suas condições climáticas, terão de conseguir converter uma grande parte da sua produção para conseguir ter uma oferta de agroalimentos e que posicione os Açores para nichos de

mercado de exportação, quer comunitária, quer exterior e, até mesmo, utilizando os acordos bilaterais que a União Europeia negoceia ao longo do ano.

Referencia, ainda, que este ano existem e estão em negócio quarenta e três acordos bilaterais e multilaterais. O acordo comercial com o Canadá é um acordo fundamental para se tentar uma ação diplomática para aumentar as quotas de exportação de queijo de São Jorge.

Assim, o deputado José Contente do PS, começou por afirmar que o atual Governo tem tido uma enorme dificuldade que resulta do irrealismo da proposta de 2021 face à execução material. Tem uma execução material baixíssima, como se vai provar no final do ano. Afirma ainda que em relação às execuções financeiras, como é o caso do bem-estar animal, de animais de companhia e errantes, também a previsão não foi a melhor face ao montante de 269 mil euros que, de facto foi mais baixo.

Em nova intervenção do senhor Secretário da Agricultura, e em resposta ao senhor deputado José Contente, este afirma que a execução do plano para a agricultura em setembro de 2021 tem um nível de execução de 56,8 % e relativamente ao período homólogo era de 55,7%, não havendo grandes diferenças. A previsão é que se irá executar até ao final de dezembro.

De seguida foi dada a palavra ao senhor deputado Pedro Neves que começou por questionar uma medida, que estava já aprovada no Orçamento de 2021, e perguntou se vai passar para orçamento de 2022, que tem a ver com certificação Biológica, já que o deputado tem informação de empresas que fizeram denúncias dizendo que estão a pagar do seu próprio bolso, visto que tem que ser executado, e era algo que foi aprovado em plenário.

De seguida perguntou sobre este orçamento, nomeadamente o ponto 6.1.2, que refere as medidas de apoio às produções locais, com a dotação de 13 milhões. Questionou sobre quais são as produções locais? Quem é que escolhe? Quais são as produções que necessitam ou não dessas medidas de apoio? E quais são as áreas da agricultura (e dentro da agricultura, se é da parte pecuária) e se em relação à horticultura, fruticultura e floricultura constam algumas dessas empresas ou se, durante o ano de 2022, se irá ter mais necessidade comparativamente com as outras empresas.

Quanto ao 6.11.5, incentivo ao associativismo, questiona sobre o tipo de associativismo a que é dado nesse incentivo. Questiona se são cooperativas? Se se vai obrigar as empresas familiares a estar dentro das cooperativas? E com isso obrigar a ser só desta forma que podem ter apoios? E, questiona ainda, se não se estará a desvirtuar aquilo que é o empreendedorismo de cada

empresa familiar, micro, pequena e média empresa? Relativamente à proteção animal o senhor deputado Pedro Neves entende que se gasta pouco.

Relativamente a estas questões, foi dada a palavra ao senhor Secretário Regional, que começou pela questão inicial, ou seja, pela proposta de 100 mil euros, em que 60 mil euros, foi para o fórum biológico e 40 mil euros para a certificação dos produtos agropecuários que existem neste momento de âmbito biológico. Foi incluído na ação 6.2.2.

Está, ainda, em elaboração a portaria, que deve sair dentro em breve, que prevê a comparticipação no pagamento de todas as certificações, relativamente às qualificações biológicas. Ainda este ano vai abrir o período de candidaturas e vai ser pago. Porque já não se procedeu a essa ação? Porque teve que se esperar que todos os produtores fizessem a certificação.

O acompanhamento e a fiscalização são realizados praticamente no final do ano, sendo a altura em que os produtores pagam esta fatura às empresas que fazem a certificação e, portanto, neste momento estão em condições, os produtores, de entregar esta mesma despesa.

Referiu ainda que a proposta, apresentada pelo deputado foi aprovada e, portanto, terá de ser cumprida. Salientou ainda que a Secretaria está a cumprir e que sairá este mês a legislação relativamente ao enquadramento do apoio a estas certificações. Refere ainda que o deputado Pedro Neves também fez uma outra proposta, que foi incluída na ação 2.5 de 60 mil euros, relativamente ao resgate médico veterinário dos animais de grande porte, que deu origem à portaria. As duas grandes propostas de alteração ao Orçamento para 2021 estão aceites. Uma concretizada outra está em vias de concretização.

Sobre a questão do associativismo o senhor Secretário considerou importante e com papel fundamental nos Açores. Segundo disse, sem associativismo não há concentração dos produtos, não há aumento do capital de reivindicação junto aos grandes operadores e não há conquista de novos mercados. Porém, é preciso que toda a fileira comece a ter rendimento, ela própria. Por isso em relação ao associativismo houve um corte de 50%, passando de 5 milhões para 2,2 milhões, sendo que este corte, segundo o senhor Secretário, é uma necessidade de criar alguma independência e autonomia do associativismo.

Salientou ainda que os montantes atribuídos ao associativismo não são dados de qualquer forma, havendo candidaturas de projetos no âmbito da inovação. Porém, admite que falta acompanhamento técnico por parte da administração regional, e que se está a trabalhar para resolver esta lacuna. Ainda em relação a este acompanhamento técnico, referiu que muitas

vezes é através do associativismo que ele é realizado, nomeadamente pelas associações agrícolas, desde a contabilidade agrícola, contraste leiteiro e inseminação artificial. Focou ainda que as associações estão despertas para as várias situações de vulgarização sobre a alimentação animal de acordo com o que é a estratégia de metano, onde é necessário encontrar novas formas, no âmbito do conteúdo da alimentação animal, que levem à produção de menos metano, nomeadamente através da Estratégia Metano 2030, que aliás, é uma estratégia bastante difícil de cumprir.

Em relação ao POSEI, é um programa que apoia as produções locais de âmbito animal e de âmbito vegetal. Admite que são produções muito viradas para a quantidade em vez da qualidade. Há aqui um erro que há que alterar. Assim, vai-se proceder à alteração, de uma nova filosofia do POSEI, que não foi possível no ano transato devido a prazos da Comissão Europeia. Nesta alteração pretende-se alterar o sentido da quantidade para a qualidade. Ou seja, em vez do apoio estar direcionado a mais um animal, tem que estar direcionado à qualidade da carcaça e à qualidade do leite. Por exemplo, em vez do apoio estar destinado a mais um hectare, terá de estar direcionado à qualidade energética que uma pastagem pode dar e, naturalmente se poder diminuir a importação energética, já que quase 50 por cento na alimentação energética de uma vaca leiteira é importada.

Se houver pastagens associadas com leguminosas e gramíneas podemos ter energia endógena juntamente com a produção de milho. Essa conjugação da pastagem com milho pode dar uma energia que diminua essas mesmas importações. E isto significa melhoramento genético. Entretanto, salienta que o POSEI está a majorar quem produz leite, quem tem animais biológicos, está a majorar a horticultura, a fruticultura em 10%, desde que seja biológica, está a majorar o prémio ao abate, desde que seja carne IGP, Ramo Grande e pecuária biológica, está a majorar culturas arvenses no âmbito biológico em 20%, assim como está a majorar os vinhos, o DOP e IG, por hectare.

O senhor deputado António Lima do BE, começou por referir a medida 6.2.5, relativamente ao bem-estar animal, que tendo em conta essa execução que não é total e, também tendo conta a perspetiva, para o ano seguinte, não seria mais eficaz utilizar esse investimento para reforçar o apoio que é atribuído, por exemplo, às associações no sentido de investirem mais e fazer mais ações de esterilização, de campanhas de sensibilização, de divulgação entre outras. A esterilização, segundo o deputado António Lima, parece fundamental, assim como alterar as regras e valores atribuídos a cada candidatura.

Perguntou igualmente, porque razão, uma ação está discriminada de forma diferente do que estava nos anteriores orçamentos. Não era individualizada. As ações de 6.2.26 e 6.2.27, questionou, relativamente à produção de espécies cinegéticas para repovoamento. O senhor deputado pretendeu saber se há alguma nova experiência de povoamento, de alguma nova espécie, já que se trata de algo muito delicado e com problemas potenciais também sérios.

Ainda relativamente ao programa de investigação de espécies cinegéticas o deputado solicitou esclarecimento da situação.

O Senhor Secretário começa por referir que, em relação ao bem-estar animal e o montante que está atribuído, 339 mil euros e utilizado 162 .624,50€, que se pode sempre alterar as regras, mas é preciso que primeiro este montante seja utilizado, e que este ano foram alteradas as regras. Foram atribuídos mil euros a cada junta de freguesia onde não há CROS, sendo uma nova forma de apoiar a esterilização e identificação animal. Também foi alterada a regra de apoio, em que, até 3 mil euros, todas as associações ecológicas não têm necessidade de apresentar justificativo de gasto. A partir de 3 mil euros e até aos 11 mil euros terão de apresentar justificativo dos gastos.

Referiu que existem ainda um conjunto de ações, que tem a ver com a investigação e produção das espécies autóctones dos Açores, e que a vontade e ambição do governo é que os Açores aumentem a sua área florestal e tenham, igualmente, mais espécies autóctones.

Relativamente à questão cinegética, foi referido pelo senhor Secretário que já é um assunto antigo, nomeadamente da introdução de espécies cinegéticas e que é um estudo que se encontra parado, embora exista a vontade para estudar espécies cinegéticas, já que é uma área e um nicho de mercado turístico importante para os Açores.

O senhor deputado Marco Costa começou por referir que o programa que o senhor Secretário apresentou, sendo da área da agricultura, enquadra-se naquilo que são as áreas envolvidas nesta comissão, nomeadamente na preocupação de interligação da parte económica com a parte ambiental, vital para o desenvolvimento que se pretende para os Açores.

Salientou ainda que o senhor Secretário efetuou uma leitura e análise das necessidades e realidades de cada uma das ilhas dos Açores, assim como as potencialidades existentes enquadrando-as sempre com o equilíbrio ambiental, sabendo que são 9 ilhas com 9 realidades e estatutos diferentes na área económica e agrícola, tendo por objetivo enquadrar num objetivo comum.

O deputado Marco Costa colocou de seguida algumas questões relacionadas com a qualificação dos produtos regionais e na crescente tendência de produzir produtos com maior valorização nos mercados, ao invés da simples produção em quantidade. Assim, sabendo que existem produtos DOP´s e IGP´s na Região e havendo uma aposta, nomeadamente através do IAMA, no controle de certificação de produtos regionais, questionou quais são os produtos que estão em vias de certificação nas várias modalidades perante a União Europeia e algumas entidades internacionais e, também, quais são os cadernos de encargos que podem, ou não, ser revistos dos produtos que já temos certificados há algum tempo.

O senhor Secretário da Agricultura começou por responder dizendo que para manter os Açores unidos e convergentes à identidade de arquipélago terá de se pugnar pela diferenciação. Deste modo reafirmou que o governo está a trabalhar nesta área está-se a preparar legislação, no âmbito fiscal, para que haja mais incentivos já que os produtos qualificados em Portugal são os únicos que têm resistido às crises, sendo os únicos igualmente, que têm apresentado credibilidade e confiança por parte dos consumidores.

Salientou ainda que os produtos únicos, pela sua identidade, terão grandes possibilidades de entrar nos acordos bilaterais e multilaterais da União Europeia para exportação pela sua origem, sendo chamados de produtos sensíveis.

No caso dos Açores está a decorrer a certificação do “alho da Graciosa” e da carne do “Ramo Grande”, estando a primeira a terminar em novembro e a segunda em dezembro. Está igualmente em fase final a certificação da manteiga.

Assim, esta é a estratégia e planeamento para os produtos qualificados, havendo aqui um benefício fiscal quer para as cooperativas, quer para os produtores e no que são os apoios no âmbito do programa operacional 23-27.

Esses produtos são de facto produtos do futuro, havendo muito emprego que pode ser criado através desses produtos e o grande desafio à agricultura nos próximos tempos é produzir com menos área, menos recursos e menos animais.

A Deputada Joana Pombo Tavares questionou o senhor Secretário relativamente à majoração do abate da carne nos matadouros dos Açores, nomeadamente, sobre qual o investimento que está previsto para esses matadouros, já que existem ilhas que não possuem sala de desmancha certificada ou não possuem condição de frio prejudicando assim a venda para clientes que exigem esta certificação.

A senhora deputada questionou ainda que, tendo em conta que na ação 6.3.3, existe uma dotação e 3 milhões 631 mil euros, se haveria mais algum valor para esse investimento e o que está previsto para esses matadouros.

Em resposta, o senhor Secretário referiu que de facto há outra ação, a 6.3.4, que tem 6 milhões e 609 mil euros referente ao início da construção do matadouro de São Jorge, para o melhoramento das infraestruturas do matadouro de São Miguel, melhoramentos do matadouro do Pico e quanto às salas de desmancha, estão todas concessionadas, excetuando do matadouro da Graciosa, onde já foram lançados dois concursos (pelo anterior Governo), e por duas vezes ficou deserto.

Continuou referindo que paralelamente às salas de desmancha, há que investir em salas de maturação, como novo objetivo.

Há que continuar a fazer investimentos na linha de abate, tendo em conta que há interessados em comprar carcaças dos Açores. Porém são clientes rigorosos no bem-estar animal e como tal, há que fazer investimentos nesta área do abate.

O senhor Secretário deixou ainda como nota que, dos vários investimentos, há que ter em consideração a atual situação que tem deixado concursos desertos e que vai desde a falta de mão-de-obra, ao preço dos materiais em constante alteração no mercado, tendo já sido alterados alguns concursos tendo em conta que os anteriores ficaram desertos devido a estas mesmas situações.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS:

O Secretário Regional do Mar e das Pescas iniciou a sua intervenção referindo que, o Plano de Investimentos do Governo dos Açores para 2022 contempla uma dotação global de 48,4 milhões de euros, dos quais 32,2 são afetos ao plano e 16,2 provenientes de outros fundos, por curiosidade referiu que em relação a 2021 houve um acréscimo de apenas cerca de 75000 euros.

Ao nível de execução das propostas de investimento repartem-se pela Secretaria Regional do Mar e das Pescas 38,4 milhões e 9,9 milhões de euros da Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações.

Referiu ainda que em relação ao ano transato no Mar e Pescas verifica-se uma redução de 3,8

milhões de euros, portanto, baixam as verbas do Quadro, mas sobem os fundos comunitários em 2022.

Salientou ainda o senhor Secretário que, atendendo a que 2021 foi um ano de transição, por força da nova orgânica governamental, a SRMP ainda contou com algumas empreitadas, mas que já transitaram e esta alteração reflete-se nos números.

Em relação às empreitadas, relacionadas com a recuperação de infraestruturas de proteção marítima com a gestão e requalificação da orla costeira, referiu que estas estão inseridas nos programas 12.21 e 12.22 da Secretaria Regional de Obras Públicas e Comunicações, incluindo uma série de intervenções a realizar praticamente transversal a todas as ilhas num montante de 9,9 milhões de euros.

No que concerne à gestão de zonas balneares e a pequenas intervenções nas zonas costeiras, referiu que na Secretaria Regional do Mar e das Pescas (SRMP) existe uma dotação de 483 mil euros, que pretende estabelecer protocolos de colaboração com as autarquias locais e associações para gestão das zonas balneares. Disse ainda que a maior fatia do programa será para monotorização, promoção, fiscalização e ação ambiental marinha, dotada com cerca de 3 milhões de euros será canalizada para colmatação de lacunas sobre a caracterização do espaço marítimo uma vez que, e referiu, neste âmbito existe um vasto trabalho que foi executado pelos anteriores governos e que importa dar continuidade.

Em relação ao Plano de Situação do Espaço Marítimo dos Açores (PSOEMA), referiu que este deve ser submetido à Comissão Consultiva, acompanhado pelo respetivo parecer final, no próximo dia 2 de dezembro, sendo que alguns atrasos ocorreram tendo em conta que vários grupos de trabalho enviaram os seus contributos tardiamente, nalguns casos com meses de atraso, o que implicou a análise e ponderação de pareceres extemporâneos.

Disse ainda que, com base nesses contributos recebidos, de extrema importância para a Região, foram identificados um grande volume de alterações que resultaram em revisões profundas.

Em relação à Escola do Mar, destacou que está a funcionar normalmente e que pretende arrancar em 2022 com o início da recuperação dos blocos habitacionais do antigo complexo da Estação Rádio Naval da Horta. O reordenamento do espaço envolvente será efetuado de forma progressiva, tornando uma mais valia para a Escola poder fornecer alojamento para os estudantes que estejam deslocados das suas ilhas, destacando a urgência em recuperar o campo de futebol para fins letivos e a conversão de uma das caves de um dos edifícios num miniginásio.

O Deputado José Contente referiu, que o documento em causa não lhe merecia credibilidade. Posto isto, solicitou explicações ao senhor Secretário Regional do Mar e das Pescas, relativamente ao seu comprometimento, em sede de Assembleia Regional, que o Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores (PSOEMA) ficaria pronto em julho ou, quanto muito, no final do verão e que isto não aconteceu. E questionou como é que num documento tão importante para a Região tenha havido uma grande "derrapagem" de prazos? Solicitou ainda que o senhor Secretario esclarecesse como é que, independentemente de o Governo Regional ter anunciado a compra do tecnopolo MARTEC, não se conheça ainda nenhuma diligência junto dos investigadores para o desenvolvimento desse projeto na parte dos recursos humanos e, portanto, se será apenas uma questão de compra do edifício já que não se conhece nenhuma outra diligência do Governo Regional para que depois esse tecnopolo venha a ter desenvolvimento.

O senhor Secretário Regional das Pescas e do Mar confirmou que, em sede da Assembleia, tinha dado esses prazos, porém, tendo em conta os atrasos de algumas entidades (como foram o caso relativamente às ligações dos cabos submarinos, cujas entidades não tinham sido consultadas) houve a necessidade de efetuar essas consultas. Salienta ainda que um documento com esta importância merece ser feito com grande ponderação. Foi, assim, apontada a data de 2 de dezembro, como a data para se submeter o documento à comissão consultiva.

Relativamente à questão dos recursos humanos, frisou que os técnicos que continuam a acompanhar o projeto são os mesmos que se encontravam a acompanhar o projeto anteriormente.

Relativamente ao tecnopolo, referiu que foi um de dois investimentos que a Secretaria submeteu ao PRR e que para o navio, será lançado um concurso público no início do próximo ano. Relativamente ao tecnopolo, salientou que está em fase de aquisição, já submetida ao Tribunal de Contas.

O Deputado José Contente, após ter a palavra, novamente, reiterou que, na sua opinião, houve algum irrealismo nas datas que o governo anunciou e espera que a data de dois de dezembro não tenha "o mesmo caminho que as outras". Salientou ainda que lhe preocupa que, havendo pouco tempo, não se conheça nada do programa científico, das valências que vai ter e do desenvolvimento do projeto e que, por isso, considera um atraso preocupante do ponto de vista daquilo que foi anunciado e que é importante para o desenvolvimento dos Açores.

O deputado do PSD, Rui Espínola, referiu que os orçamentos regionais devem ser o mais realistas e o mais verdadeiros possíveis. Assim, questionou o senhor Secretário, no âmbito da poluição marinha, sobre a existência de resíduos marinhos provocados pela ação do Homem. Pretendeu saber o que está a ser feito ou o que é que está programado para o ano de 2022 para evitar, combater e prevenir a existência de resíduos marinhos normalmente causados pela arte da pesca e que convém que o Governo Regional tenha em atenção.

Tendo a palavra, o senhor Secretário Regional do Mar e das Pescas (SRMP), referiu que já existem projetos com vários anos e geralmente apoiados com fundos comunitários. Parte deles até totalmente financiados por fundos comunitários. A SRMP tem projetos que são de identificação, monitorização do lixo, limpeza e também um projeto relativo às algas invasoras que têm constituído um problema grave. Exemplificou que se fizeram algumas experiências no Porto Pim, na Madalena do Pico, onde também houve a necessidade de intervir, com uma máquina de sucção. Porém, esta ao sugar tudo, destrói ainda mais do que aquilo que se pretendia corrigir. O problema das algas, refere o senhor Secretário, foi em todas as ilhas, considerado um problema grave e que a Secretaria enquanto não souber como vai controlar este problema, este vai continuar a ser realmente um problema complicado. Assim sendo, referiu que o governo vai continuar com os programas dedicados à poluição marinha e estarão atentos e têm financiamento no âmbito da Macaronésia.

De seguida interveio o Deputado António Lima, que referiu estar a analisar a proposta de Plano, sem conhecer em pormenor aquela que é a execução deste ano, e disse entender que os sinais não são bons, o que lhe causa alguma preocupação.

Relativamente a investimentos executados, o deputado António Lima, colocou algumas questões, nomeadamente sobre o que está previsto para esta área, nomeadamente do parque de avarias, para o ano de 2022, já que entende não estar incluído na rubrica Escola do Mar, nem em outras que estão inscritas na Secretaria Regional das Obras Publicas e Comunicações. Relativamente a questões futuras, e em relação aos projetos financiados pelo PRR, nomeadamente o Tecnopolo MARTEC e o novo navio de investigação, está previsto o investimento de 1 milhão de euros, sendo que em 2021 estava previsto um investimento de 1,3 milhões de euros, que supõe, o deputado António Lima, ter sido para a aquisição do Tecnopolo. Assim, perguntou em que rubricas se incluí essa despesa de 1 milhão de euros no plano para 2022?

Perguntou ainda, em relação ao tecnopolo, sobre qual o objetivo e natureza do investimento.

Se será uma nova instituição? Se serão instalações para transferir instituições existentes na Região, nomeadamente na ilha do Faial? Ainda em relação ao Tecnopolo, o deputado questionou sobre quem é o proprietário do imóvel e quais os critérios tidos para a escolha do imóvel.

Posteriormente, e relativamente ao navio de investigação, o deputado questionou se nesta fase já se sabe a dimensão do navio, quais as necessidades de tripulação, qual a sua autonomia e quais os custos de operação anuais.

O senhor Secretário começou por responder que no ano passado, orçamento de 2021, foi dotada uma verba de 1 milhão de euros, quanto à aquisição dos imóveis importará uma verba de 1 milhão 230 mil euros. Esclareceu ainda que o proprietário do imóvel é a COFACO e que o atual Governo prosseguiu com a escolha e decisão do XII Governo Regional relativamente a esta matéria. Na sua opinião, é do entendimento que a localização, a área envolvente e edifício reuniam os requisitos necessários à instalação de um polo daquela natureza. Referiu ainda não ter dúvidas de que foi uma decisão acertada.

Esclareceu ainda que 1 milhão de euros, que consta para 2022, é referente a concursos públicos para o navio de investigação e para execução e obras do tecnopolo. Quanto ao projeto para o navio importa referir que esses montantes foram atribuídos pelo PRR, verbas essas (para a construção do navio) que não podem ser complementadas com o Orçamento Regional e, como tal, terá de se construir o navio cingindo-se ao dinheiro existente.

Relativamente à exploração do navio, esclareceu que durante 5 anos o navio não poderá (por ser investimento PRR) gerar receitas, a não ser para a sua manutenção. Salientando que navios do mesmo género, cruzeiros de investigação científica, cobram valores na ordem dos 60 mil euros dia ou mais. A ideia, referiu, é o navio gerar receitas que permitam a sua manutenção e gestão.

Sobre o PLA e a sua construção referiu que houve atrasos no arranque da obra causados pela pandemia assim como atrasos no transporte de contentores de material. No entanto, está praticamente concluída a instalação do PLA, sendo que o senhor comandante dos bombeiros e mais dois colaboradores na Escola do Mar estão já a receber formação para poderem trabalhar no mesmo.

Registou ainda que, até ao momento, não houve pedidos de pagamentos por parte da empresa, mas estando ajustado que haverá até ao final do ano faturação dos tais 780 mil euros,

informando ainda que a haver alguma revisão de preços esta será acertada para ser paga em 2022.

Referiu ainda que são quatro blocos de apartamentos, que foram cedidos à Região pela Marinha, e que não haverá capacidade para a recuperação total durante o ano de 2022, mas que se pretende executar as obras à medida do financiamento que existir e das necessidades mais urgentes ao funcionamento da própria Escola, como sendo o caso do ginásio assim como a resolução de situações de infiltrações no caso de chuva.

Em relação ao tecnopolo, o senhor Secretario referiu que o objetivo é que esse seja um centro de investigação de excelência na área do mar, nas áreas tradicionais e nas áreas emergentes. Sendo certo que não pretende criar estruturas que criem mais despesa de forma a não onerar o erário regional. Em resumo, referiu que se pretende criar um modelo com a colaboração de cientistas e com contributo de outras universidades e centros de investigação portuguesas e europeias.

Posteriormente, o deputado António Lima, em réplica, referiu que ficou com a ideia, que se está a construir o telhado e depois a casa, já que se tem gasto milhões em aquisição de imóveis, recuperação dos mesmos, não se sabendo nesta fase que tipo de instituição se quer criar. O que ela fará? Qual a sua forma jurídica? Quem a financiará? Foram questões colocadas pelo deputado. Sendo que toda a situação, de acordo com o deputado António Lima, já deveria ter sido pensada anteriormente quando se decidiu gastar vários milhões numa obra desse tipo. E concluiu dizendo que espera que não se crie um "elefante branco", não obstante ser necessário efetivamente investigação, de haver essa capacidade, seja com instituições que existam, seja com novas instituições, mas, salienta, primeiro deve-se ter o projeto e só depois se devia partir para as instalações, que sendo importantes, não são o principal fator.

Continua o senhor deputado António Lima, relativamente ao navio, questionando ser necessário saber que tipo de atividade este deve ter, assim como saber que recursos ele pode obter de receitas para se ajustar aquilo que se quer construir às necessidades que a Região tem, de forma a aproveitar fundos importantes nas áreas ligadas ao mar, mas que esses fundos sejam bem projetados e utilizados.

Em resposta, o Senhor Secretário esclareceu que houve necessidade de se fazer um cronograma de modo a se poder candidatar ao PRR. Em relação ao Tecnopolo, existem linhas mestras sobre o que se pretende, nomeadamente integrar a área de investigação científica com a criação de laboratórios para investigação, laboratórios articulados com o navio de investigação, optando-

se por uma opção de "contentorização" dos laboratórios que permita que os contentores/laboratórios possam ir no navio quando necessários e regressar ao tecnopolo posteriormente para permitir ao navio continuar noutras investigações. Assim, o navio teria tecnologia mínima de forma a não ficar rapidamente desatualizada.

Relativamente a começar a casa pelo telhado, referida pelo deputado António Lima, o Senhor Secretário não concordou. Referiu que se sabe o que se pretende em termos de investigação no âmbito das pescas, da aquacultura, assim como a criação de um centro de aquacultura regional, considerando que os Açores estão muito atrasados relativamente à aquacultura.

Pretende-se, igualmente, fazer com que haja investigação de empresas ligadas ao mar, pescas e atividades emergentes ligadas ao mar.

Quanto às figuras jurídicas, refere que terá de estudar melhor forma jurídica de desenvolver o tecnopolo.

De seguida, foi dada a palavra ao senhor deputado Pedro Pinto, que pretendeu centrar a sua intervenção às infraestruturas de apoio às pescas, considerando que ambiente marinho é um ambiente corrosivo para equipamentos, ligações elétricas e, neste sentido, referiu que no Plano existem duas ações para aquisição de duas novas gruas. Sobre esta situação, questionou (relativamente ao "Parque de gruas" da Região que dão apoio às pescas) qual o estado atual conservação e funcionamento das mesmas, assim como pretendeu saber a situação relativamente à criação do entreposto frigorifico em Ponta Delgada, dadas as reclamações dos operadores locais, assim como saber a razão de não haver nenhuma referência em relação ao Porto de São Mateus na Ilha Terceira. Quais os investimentos ou possíveis investimentos a serem realizados?

Foi dada a Palavra ao senhor Secretário que começou por responder que, relativamente às duas gruas (uma no Porto das Poças e a outra no Calhau da Ponta, no Pico) que transitaram do plano do ano passado para este ano, os concursos públicos abertos ficaram desertos, tendo em conta a subida do custo de materiais, como por exemplo o aço, o que origina o atraso de fornecimentos e que leva as empresas, relativamente aos montantes que se abrem os concursos, deixem esses mesmos concursos desertos.

Assim, referiu que o governo vai avançar com ajustes diretos nessa área de modo a conseguir colocar as duas gruas, sendo certo que é preocupante a grua do Porto das Poças já que esta muitas vezes tem avariado e não oferece condições de segurança.

Prosseguiu o senhor Secretário analisando a situação das gruas na Região. A começar pela propriedade das próprias gruas, que pertencem à Lotaçor e esta empresa tem por obrigação assegurar (através de protocolo, contrato programa que existe com a Secretaria) a manutenção e funcionamento das mesmas. Depois, informou que há meia centena de gruas que pertencem à Direção Regional das Pescas e outras, menos, que pertencem a autarquias. Existem ainda protocolos com as associações de pescadores, que contemplam verbas para a manutenção das gruas. Porém, salientou, em muitas ilhas não é cumprida esta parte do protocolo. Ou seja, as associações de pescadores de algumas ilhas não têm a atenção devida à manutenção das gruas ou fazem uma manutenção que se vem a apurar não ser a mais adequada. Neste sentido, refere que se pretende que todas as gruas que estão ao serviço das pescas passem para a administração da LOTAÇOR, já que facilita em termos técnicos, assim como a criação de uma equipa móvel para quando ocorram avarias se faça deslocar essa equipa técnica para resolução da situação.

Foi referida também a questão da utilização de gruas para meios lúdicos. Há que encontrar uma solução que "nos deixe confortáveis" quanto à utilização dos equipamentos, já que são equipamentos caros, com manutenção dispendiosa, que necessitam uma manutenção adequada. Já foi pensada a criação de uma aplicação (APP) onde se pudesse monitorizar quem utiliza e quando, já que também se coloca a questão de Responsabilidade Civil, em caso de algum desastre, para que seja possível uma melhor responsabilização. Para haver esse seguro, terá de haver formação (à volta de 8 horas), que já foi tratada com a Mútua de Pescadores, para que se possa fazer um seguro de grupo e salvaguardar caso haja algum acidente.

Em relação a São Mateus, o senhor Secretário justificou haver uma verba para infraestruturas relacionadas com instalações para fazer aparelho num terreno que foi adquirido recentemente e está em construção de forma a dar outro ar aquela zona, à volta do Porto de São Mateus.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS:

O Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas iniciou a sua intervenção apresentando as principais linhas de ação no domínio do ambiente para este Plano Regional Anual de 2022, referindo que este Plano, na área do ambiente irá continuar a refletir aquelas que são as opções vertidas no programa do XIII Governo Regional dos Açores e, nesse sentido, as prioridades ao nível do investimento continuarão, naturalmente, a incidir em eixos estratégicos como o combate às alterações climáticas, a conservação da natureza e a preservação da biodiversidade, a promoção da qualidade ambiental com um especial destaque

para a melhoria da gestão e para a circularidade dos resíduos, também a gestão dos recursos hídricos e um adequado ordenamento do território. Para a implementação desses eixos estratégicos o Plano da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas para 2022 dispõe de cerca de 27,5 milhões de euros, este valor representa um aumento de investimento de cerca de 8,5 milhões de euros em relação ao ano anterior, isto é, um crescimento de, sensivelmente, 45%, e este aumento está fortemente alavancado pelas candidaturas apresentadas e pré-aprovadas no âmbito do programa REACT-EU, cujos investimentos, são comparticipados em 100%.

Para 2022, os 6 projetos a executar no âmbito do programa REACT-EU, representam um investimento global de cerca de 7,5 milhões de euros, de um total de 13 milhões de euros aprovados e a executar até 2023.

Outra componente muito significativa neste plano de investimentos, prende-se com a execução dos projetos LIFE, aliás os 5 projetos em curso na região, o IP AZORES Natura, o IP CLIMAZ, o VIDALIA e o BEETLES e também, o novo projeto que terá início este ano que é o LIFE SNAILS, representam um investimento total na região para 2022, de cerca de 7,7 milhões de euros, dos quais, 4,4 milhões de euros correspondem a um investimento direto da SRAAC.

No campo do combate às alterações climáticas, para além da continuidade de projetos como o PLANCLIMAC, serão também concluídas as revisões do plano de gestão de risco de inundações da região e do plano de gestão de secas e de escassez de água, bem como, será promovida a avaliação intercalar do programa Regional para as alterações climáticas.

No âmbito do programa REACT-EU, daremos início à elaboração do roteiro para a neutralidade carbónica dos Açores, com um investimento de 400.000€ (quatrocentos mil euros), em 2022 no total, e até 2023 serão 800.000€ (oitocentos mil euros). Também no âmbito do REACT-EU, lançaremos um projeto de melhoria do conhecimento da localização e do estado de conservação de solos orgânicos e turfeiras e também de monotorização do stock de carbono, que terá um valor total até 2023, de 2,2 milhões de euros, dos quais, 1,350.000 (um milhão trezentos e cinquenta mil) serão executados já em 2022, e isto permitirá dar execução a mais uma das medidas constantes no Plano Regional para as alterações climáticas.

Ainda ao nível do REACT-EU, terão início outros dois projetos de enorme relevância para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, o primeiro é o projeto de elaboração de cartografia de risco para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, que prevê uma verba de 1,950.000 (um milhão novecentos e cinquenta mil euros) já para 2022, de um total de 4,8

milhões de euros e que visa a atualização de fotografias aéreas para a região através da realização de voos aerofotogramétricos, e com base nesta informação, prevê a produção de cartografia vetorial para os Açores, algo que nunca foi feito, e que permitirá também gerar modelos digitais de terreno e de superfície com nível de detalhe, aos quais, a Região nunca teve acesso.

Essa informação de base, permitirá também desenvolver uma segunda componente do projeto que passa pela elaboração de cartografia de risco, dando assim também outra orientação do PRAC (Programa Regional para as Alterações Climáticas).

O outro projeto, visa a implementação de sistemas de alerta de cheias em bacias hidrográficas de risco na Região, para minimização dos riscos naturais e permitirá também, dar cumprimento a medidas previstas no plano de gestão da Região Hidrográfica dos Açores e no plano de Gestão de riscos e inundações da RAA, das quais a região nunca tinha tido oportunidade de colocar em prática.

No que se refere às alterações climáticas, naturalmente assume também uma especial relevância o projeto LIFE IP CLIMAZ atendendo que é um instrumento fundamental para a implementação do PRAC.

Para este segundo ano de funcionamento do projeto, que marca, no fundo, a conclusão da primeira fase do projeto, e que se refere ainda a uma fase de planeamento e capacitação, estão previstos cerca de 3,5 milhões de euros, dos quais, cerca de 1,7 milhões de euros, estão contemplados neste Plano de Investimentos da SRAAC.

A nível da conservação da natureza e da preservação da biodiversidade, os projetos LIFE são também fundamentais para este eixo estratégico de atuação, que é a conservação da natureza e a preservação da biodiversidade e, neste sentido, em 2022, será dada continuidade aos projetos LIFE IP AZORES NATURA, projeto LIFE VIDALIA e LIFE BEETLES, sendo que terá inicio, o projeto LIFE SNAILS que irá disponibilizar cerca de 2,000.000 (dois milhões de euros) na preservação de espécies endémicas de caracóis na ilha de Santa Maria.

Estes 4 projetos, representam um investimento para 2022 de 4,1 milhões de euros, dos quais 2,7 milhões fazem parte do plano da SRAAC e, isso obviamente, representa um investimento muito significativo e tendo em conta a aposta da Região na proteção do nosso património natural.

Neste capítulo destaca-se ainda, e também pelo montante avultado, um investimento que é feito nos incentivos à manutenção da paisagem tradicional da cultura da vinha e também de

pomares de espécies tradicionais, que representará um investimento de cerca de 1,8 milhões de euros em 2022.

Ao nível da qualidade ambiental, será feito um investimento na rede de monitorização e na plataforma de informação na qualidade do ar, no valor de cerca de 829.000€ (oitocentos e vinte e nove mil euros) para manutenção dos equipamentos da estações de monitorização da qualidade do ar, para fazer upgrade das estações automáticas e também para o desenvolvimento de uma plataforma de informação que permita disponibilização online e em tempo real dos respetivos dados e permitirá ainda a instalação de uma nova estação na ilha Terceira.

Ao nível da gestão de resíduos e da circularidade, no âmbito das candidaturas que foram apresentadas ao REACT-EU, a SRAAC dará início ao processo de reestruturação dos centros de processamento de resíduos, para a realização de um processo de compostagem da recolha seletiva de orgânicos, este projeto será um investimento de cerca de 4,4 milhões de euros, dos quais 2,85 milhões serão executados já em 2022. O projeto inclui a reestruturação do CPR para a realização do processo de compostagem e aquisição de equipamentos para os mesmos (CPR).

Ainda no âmbito do programa REACT-EU, a SRAAC dará início à elaboração do roteiro da economia circular regional, no valor de meio milhão de euros, dos quais 250.000€ (duzentos e cinquenta mil euros) serão para executar já em 2022.

Com vista a dar início também à implementação dos sistemas PAY-AS-YOU-THROW, os sistemas PAYT na região, será criado um guia técnico para implementação desses sistemas nos Açores, onde serão lançados pequenos projetos piloto.

Por fim, o Senhor Secretário referiu que para o programa Eco Freguesias, terá uma dotação de cerca de 450.000€ (quatrocentos e cinquenta mil euros), uma vez que é também um instrumento importante de cooperação da Secretaria e entre o Governo Regional no fundo, e as freguesias da Região naquilo que diz respeito à limpeza ambiental e na sensibilização e conservação dos nossos Recursos Naturais.

Ao nível do ordenamento do território, para 2022 prevê-se o início da avaliação e revisão de dois elementos que são estruturantes para a definição da estratégia territorial dos Açores, mais concretamente o PROTA (Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores) e também o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial dos Açores, no qual se pretende efetuar a adaptação à Região do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

Será dada continuidade à elaboração dos processos de alteração dos POOC's (Planos de Ordenamento da Orla Costeira) da Terceira e de São Miguel, bem como, terá início o processo de avaliação e consequente alteração do POOC das Flores, de modo também a que se conforme com a legislação que, entretanto, foi publicada.

No que concerne à proteção e prevenção de riscos, será alargada a implementação do projeto AZMONIRISK a outros locais da Região o que permitirá monitorizar situações potenciais de risco e munir o Governo Regional de ferramentas que são cruciais para gestão destes espaços, numa lógica naturalmente salvaguarda de proteção de pessoas e bens.

Também ao nível da prevenção de risco e de sistemas de alerta, será atualizado o sistema de monitorização, alerta e alarme na furna do enxofre na Graciosa, contribuindo para a segurança dos visitantes.

Na gestão dos Recursos Hídricos, em 2022, será concluída a elaboração de um conjunto de planos com incidência no domínio dos Recursos Hídricos, tais como, a alteração do programa Regional da Água, e também a elaboração do 3º ciclo do PGRH (Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores), Plano de Gestão de Riscos de Inundações dos Açores e também do Plano de Gestão de Secas e Escassez de Água da Região.

No contexto de prevenção de Riscos Hidrológicos, a SRAAC irá dar continuidade à monitorização, manutenção e requalificação da rede hidrográfica, através da execução de trabalhos de limpeza, desobstrução, reparação e melhoramento desta, dispondo para este efeito cerca de 1,7 milhões de euros. Serão também, realizadas intervenções profundas na rede hidrográfica, com base nos resultados que foram obtidos da avaliação do estado desta rede que é publicado anualmente no relatório do estado das Ribeiras nos Açores.

Em relação a Obras a realizar no domínio do ambiente, que serão centralizadas na Secretaria Regional das Obras Publicas e Comunicação, para concluir, a SRAAC, tem um investimento para 2022 que ronda os 7,3 milhões de euros, de onde se destacam as seguintes intervenções:

-Intervenção no Complexo de Infraestruturas do Porto Pim;

-O Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão;

-A requalificação do Miradouro da Lagoa do Fogo;

-A conclusão da requalificação dos percursos pedestres da caldeira de Santa Barbara na Ilha Terceira;

-O circuito interpretativo da Ponta da Ferraria;

-A intervenção no ordenamento paisagístico da zona da mata da Lagoa do Congro;

-A requalificação do Polo Pedo Miguel do jardim Botânico da ilha do Faial;

-A requalificação do circuito pedonal e interpretativo, incluindo o Miradouro do Monte da Guia do Faial;

-A empreitada de reestruturação da Zona de Lazer das Sete Cidades em São Miguel;

-A estabilização da Grota da Lagoinha e ribeiras da zona sudoeste da ilha Terceira;

-Construção de vala para desvio de caudais, troço entre a ribeira do diluvio e Ribeira da Prainha na ilha do Pico;

-Intervenção e requalificação dos caudais das ribeiras da Terceira e também algumas outras intervenções de requalificação de rede hidrográfica da RAA.

De um modo genérico, são estas as principais linhas de ação presentes para 2022 no plano da SRAAC.

Na primeira ronda de intervenção, pediu a palavra a Deputada Joana Tavares, a qual colocou a questão ao Senhor Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, do seguinte modo: "Sendo uma preocupação do ano passado e deste ano, da conservação da natureza e biodiversidade e também dos recursos hídricos, em termos de execução por parte do ponto 9, há um decréscimo muito acentuado na conservação da natureza e da biodiversidade em quase cerca de 2 milhões. Se conseguisse justificar a razão desta descida e que, também há uma descida considerável dos recursos hídricos, que depois se vai traduzir em ausência total de valores de investimento em determinadas ilhas, quando fazemos uma análise em relação à desagregação espacial em que existem ilhas com zero investimento nestas duas áreas."

O Secretário Regional, Alonso Miguel esclareceu que: "em relação à questão da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade, estão em curso todos estes projetos LIFE, que incidem na grande maioria sobre a capacidade de fazer a gestão da conservação da natureza e também da preservação da biodiversidade seja através da irradicação de espécies invasoras, ou seja, através da plantação de espécies endémicas, de renaturalização de áreas, de reconversão de áreas para domínios mais sustentáveis, há aqui um grande investimento a nível dos projetos LIFE. Dando nota disto, o investimento dos projetos LIFE para 2022, rondam 7 milhões de euros, portanto é um investimento de facto muito significativo que a Região está a fazer, obviamente, recorrendo a estes instrumentos que são fundamentais destes projetos, mas que são comparticipados, o que há aqui um instrumento financeiro muito avultado nestes projetos e

terão também início, como disse à pouco, o Projeto LIFE SNAILS que irá dar mais um contributo. Portanto, não me parece que haja aqui nenhum desincentivo ou desinvestimento, em contrário, há cada vez mais, marcadamente uma aposta do Governo Regional, naquela que é a sua ação de conservação da natureza e de preservação da biodiversidade."

Ao nível do investimento dos Recursos Hídricos, o Secretário Regional referiu que esta é, seguramente, uma das maiores apostas do Governo, sendo uma das maiores preocupações, até porque com as alterações climáticas teremos cada vez mais, frequentemente, cenários como aqueles que temos vivido nos últimos dias, como aconteceram à pouco tempo nos Mosteiros em São Miguel e nas Sete Cidades e, portanto, na realidade temos muita preocupação com isso porque o investimento para fazer na manutenção da rede hidrográfica que é enorme, se não estou em erro são cerca de 700km de extensão de rede hidrográfica, é muito complicado dispor de todos os recursos financeiros que gostaríamos de ter. Na verdade, há que priorizar e é exatamente isso que é feito com base nos relatórios do estado de conservação das ribeiras dos Açores e se define os investimentos mais urgentes a realizar. O que tentamos é mostrar exatamente isso, que é escolher e tomar opções e priorizar com base na informação que temos do estado de conservação das nossas Ribeiras, priorizamos o investimento e é isto que está no plano para 2022.

Acrescentou ainda o Senhor Secretário Alonso Miguel que, quanto à desagregação por ilha que, no fundo, trata-se de uma avaliação de um ano para o outro, naturalmente que pode ser feito, mas não é uma métrica muito aceitável porque depois alguns dos investimentos que são feitos num ano terminam e não há necessidade de voltar a fazê-los naquela ilha, portanto, daí dizer à pouco que é uma forma de priorizar o investimento de acordo com aquela que é a avaliação que é feita no âmbito do estado de conservação da nossa rede hidrográfica.

A Deputada Joana Tavares afirmou compreender o que disse o Sr. Secretário Regional em relação ao investimento de um ano para o outro, no que diz respeito à conservação, mas no que se refere aos recursos hídricos, referiu que, o caso de Santa Maria, é o segundo ano sem investimento.

Dada a palavra ao Deputado Antonio Lima do BE, o mesmo colocou 3 perguntas, sendo a primeira em relação às propostas do plano e, também aos objetivos a médio prazo. Perguntou ainda qual a espectativa do Governo relativamente à entrega da proposta do novo PEPGRA e se o objetivo é que integre as novas metas relativamente à gestão de resíduos das metas Europeias?

A segunda questão colocada pelo Senhor Deputado, foi a seguinte:

Em relação à recolha seletiva de orgânicos, pensando a médio prazo, qual é a expectativa desta ser implementada em toda a região, uma vez que há alguns locais que já se iniciou esta recolha, mas sendo um processo longo e de adaptação, não só da parte das autarquias e das entidades gestoras de resíduos, mas também das próprias pessoas que será uma realidade para se adaptarem à separação de resíduos.

Continuando ainda, o Senhor Deputado Antonio Lima, referiu-se às alterações climáticas, colocando a pergunta do seguinte modo:

Não está descrita nas verbas do plano, mas tendo em conta que é um objetivo Nacional de se atingir a naturalidade carbónica em 2050 e até eventualmente se antecipa, o que esperemos que sim, qual é, em termos de objetivo do Governo a meta para se atingir a naturalidade carbónica na RAA. Essa estimativa já foi feita, eu não tenho presente se isso já foi referido pelo Governo alguma vez, julgo que não, mas, pode em algum momento me ter falhado essa informação.

O Senhor Deputado António Lima referiu ter mais uma questão a colocar, a qual é mais específica, e que normalmente, diz ele, que o Senhor Secretário poderá não ter conhecimento, e não estando com isso a dizer que não tenha, mas é para deixar uma reflexão sobre a forma como nós gerimos os nossos recursos, da forma como implementamos os nossos projetos de conservação da natureza e da necessária coerência que tem que existir em toda a governação dessa matéria, porque o ambiente não é apenas uma questão da SRAAC, é uma questão transversal a todas as secretarias, ou quase todas, têm influencia nas questões ambientais.

Dando um exemplo concreto, o projeto LIFE NATURA, que é um projeto que tem um financiamento bastante avultado e é um projeto muito importante para a conservação da natureza, tem prevista uma intervenção na área da Fajã dos Cubres, na ilha de São Jorge, e refere-se que um dos objetivos de preservação desta Fajã, tem a ver com a preservação das espécies e, uma das espécies mais importantes que habita nesse local é a Narceja-comum, que é uma espécie cinegética na região em que o calendário de 2021 e 2022, permite a sua atividade cinegética sobre esta espécie. Ou seja, enquanto estamos a investir milhões na recuperação de zonas ambientais importantes na região para a conservação de espécies, ao mesmo tempo estamos a permitir a atividade cinegética sobre elas, ou seja, há aqui uma grande incoerência que deve ser corrigida, na nossa opinião, porque há um desperdício de recursos. Porque ou é

necessário conservar ou então, não vale a pena fazer o que na nossa opinião (BE) é necessário conservar.

O Senhor Secretário Regional, Alonso Miguel, começou por responder às questões colocadas, pelo Deputado Antonio Lima (BE), acerca das alterações climáticas:

"O que nós estamos a fazer é exatamente pôr em prática um conjunto muito grande de instrumentos que nos permitem de facto fazer uma mitigação e adaptação às condições climáticas e também dar sequência àquilo que é o plano Regional para as alterações climáticas. Com isso temos, como referi o LIFE CLIMAZ, temos estes projetos de conhecimento da localização das turfeiras e exatamente neste, permite perceber qual é que é a capacidade de descarbonização que as turfeiras têm, portanto, como disse e bem, o combate às alterações climáticas faz-se de uma forma transversal a todos os departamentos do Governo, não é feito apenas por esta Secretaria. Agora o que há a fazer, e por isso também temos o projeto de criação do roteiro para a neutralidade carbónica, exatamente para desenhar várias coisas, desde logo quais são os nossos níveis de emissão de gases com efeito estufa, para depois também tentarmos perceber que medidas compensatórias e de redução de emissões é que temos de colocar em prática para atingir a neutralidade. Ou seja, todas estas estratégias não podem ser empíricas, nós não podemos assumir que o valor é determinado, nós temos é que conseguir calculá-lo. E é exatamente nisso que nós estamos a trabalhar. Criar métricas que nos permitam dizer quais são as nossas emissões nos diversos sectores, na totalidade de toda esta produção já referida, para depois, com base nesta informação e sim de forma organizada e metódica, podermos estabelecer um conjunto de medidas que possam compensar essas emissões e que possam permitir alcançar a neutralidade carbónica. Respondida à primeira questão com base em todos os programas que referi à pouco que temos em andamento".

Em relação à compostagem, referiu que este projeto é importantíssimo porque os CPRs da Região não estavam preparados para a compostagem, como sabe para fazer parte dos cálculos para a reciclagem, portanto, dos bio resíduos e nós tivemos que preparar a região ao nível dos CPRs para este processo de compostagem. Naturalmente que este processo é integrado, cabe a várias entidades. Como já tinha referido antes, o Secretário voltou a referir que a recolha não será obviamente feita pelo Governo Regional, mas sim pelos Municípios, entretanto disse que no passado houve também um investimento disponibilizando um conjunto de contentores para a recolha de bio resíduos, estando o Governo, portanto, a criar condições para que se possam de facto começar a instalar um sistema de recolha de bio resíduos e de compostagem. Adiantou ainda que os centros de processamento de resíduos da Região enfermam de vários problemas

e que existe também a necessidade de preparar no futuro uma renovação/melhoria desses centros de processamento, mas que neste momento será necessário adaptar os CPRs a este processo de compostagem e é exatamente por isso que existiram candidaturas a este projeto que é fundamental e estratégico para a Região.

Em relação ao PEPGRA (Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores), informou que este estará concluído, nesta fase estão a realizar a revisão com base nos resultados obtidos na primeira consulta pública e com recurso a assessorias externas que foram necessárias e a consulta às entidades irá decorrer entre 10 de janeiro e 12 de fevereiro e pretendem ter esta alteração concluída até ao final do mês de fevereiro de 2022.

Naturalmente, não pode ainda dizer o que sairá no relatório do PEPGRA, agora, o compromisso da Região é sempre fazer a sua parte e dar o seu contributo para que se atinjam as metas comunitárias, e o próprio já o tinha dito em plenário e é exatamente nisso que o Governo está a trabalhar. O PEPGRA está a ser revisto e em final de fevereiro terá o processo concluído para depois ser apresentado aos Deputados.

Em relação à preservação da natureza e à coerência entre a conservação da natureza e também à atividade cinegética, o Secretário referiu que não podemos por um lado estar a proteger, e por outro lado estar a permitir a caça de uma determinada espécie. Sim, são coisas separadas, e o que lhe apraz dizer é que estes são projetos que visam muito mais da proteção de uma simples espécie, visam o restauro ecológico dos ecossistemas, visam criar condições para um conjunto de espécies e um conjunto de habitats possam ser regenerados. Portanto, não se pode extrair uma espécie, de um modo geral, do objetivo desses projetos da natureza que é muito superior à conservação de uma simples espécie, ou apenas de uma espécie, sendo certo que há preocupação e normalmente quando uma espécie é cinegética é também com base na densidade populacional que têm.

Há aqui 2 aspetos que são diferentes, um tem a ver com a implementação de vários projetos de conservação que têm uma amplitude muito superior à conservação de uma espécie e o outro tem a ver com uma espécie que é cinegética e que é alvo de caça. Segundo o Secretário não lhe parece que faça muito sentido isolar uma espécie de um conjunto muito vasto de espécies que são o alvo da conservação destes projetos.

O Deputado António Lima do BE, achou que a resposta do Secretário Alonso Miguel a esta última questão fosse diferente, mas pelos vistos estava enganado porque acha que não se pode isolar

espécies, mas também não se pode excluir e não se pode fazer as duas coisas ao mesmo tempo, mas é a visão do Governo.

Foi dada a palavra ao Deputado Marco Costa que iniciou a sua intervenção deixando uma nota de realce que considera ser uma grande aposta na conservação da Natureza e continuou dizendo que na verdade é que existiam vários projetos do passado já aprovados, como foi o do Plano e Orçamento anterior e o que sentimos é que estamos numa fase de execução e, portanto, são atos e ações palpáveis que vimos por todas as ilhas que deixam que se cumpram os objetivos que a Região se candidatou, e que deixam até meios ao serviço da Região que certamente estão a ser bem utilizados e acrescentou ainda: também quero deixar uma nota daquilo que depreendemos das afirmações do Senhor Secretário, sobre a preocupação desta questão muito atual, das alterações climáticas e tudo o que são os impacto que provocam e os cuidados que devem levar a todo o momento, principalmente na governação sobre as ribeiras, galgamentos na orla costeira, etc, tudo aquilo que se está a fazer e daquilo que se admite que é óbvio que ainda tem que se fazer porque são investimentos avultados e tem que se ir estudando certamente os enquadramentos de financiamento, uma leitura que não pode ser só do que ainda falta, mas da urgência ou da prioridade que tem que ser dada.

Continuando o Senhor Deputado Marco Costa disse:

"Gostaria de ver esclarecido, tem a ver com o processamento de resíduos e aquilo que é o diagnóstico que existia, ou se existe esse diagnóstico, das necessidades de investimento. Relembro que os centros de processamento de resíduos foram investimentos do Governo Regional que levaram a uma bandeira dos resíduos ou dos recursos, uns mais bem sucedidos do que outros pelas diversas ilhas, uns mais eficientes do que outros, mas que nesse momento, se calhar, por aquilo que percebi, obrigam a um investimento por parte do Governo Regional e, a questão que deixo é em relação aos fundos atuais ou fundos que já vinham do quadro anterior, e a segunda questão é se este cabimento dos 7.5 milhões de euros, desta orçamentação, se vem do trabalho que já foi feito de diagnóstico da situação atual."

O Senhor Secretário assumiu que não tinha esclarecido as questões colocadas pelo Deputado Marco Costa: "de facto todos estes projetos do REACT-EU já são programação feita por este Governo, nada destes projetos transitaram do anterior Governo, naturalmente, alguns destes projetos visam cumprir as medidas que estão dispostas no PRAC ,mas todos eles foram feitos já no decorrer desta legislatura e as candidaturas foram todas feitas por este executivo e, obviamente com base naquelas que eram as prioridade e as urgências que tínhamos que resolver.

No caso dos CPR, os 6 projetos têm um financiamento total comparticipado a 100% de 13.000.000€ (treze milhões de euros), dos quais 7,5 milhões serão executados agora em 2022 e os restantes serão executados em 2023.

Ao nível dos CPRs, havia um levantamento já feito anteriormente que indicava para valores muito elevados que variavam entre os 15 e 20 milhões de euros, neste momento o Governo está a fazer um novo levantamento e em 2023 terão um projeto de recuperação e de modernização de todos os CPRs e, a partir do momento em que tivermos todos os projetos feitos é que teremos noção do investimento necessário para conseguir modernizar e recuperar todos os CPRs.

Neste momento o REACT-EU para a compostagem, porque não é possível aguardar mais, é mesmo necessário dotar a Região de capacidade de gerir os bio resíduos e de proceder à compostagem atendendo a que será um dos elementos a ter em conta no calculo das taxas de reciclagem, no cumprimento das metas que são definidas. Sabemos que é um investimento elevadíssimo, que vai implicar um esforço muito significativo por parte do Governo Regional, mas também sabemos que é uma componente fundamental da qualidade ambiental e da promoção da imagem da Região e, iremos naturalmente, investir daquelas que são as possibilidades que são da Região, mas de força a colmatar todas as lacunas que existem atualmente, sendo certo que numa primeira fase, na modernização ao nível do processo de compostagem e numa segunda fase e concluído o projeto de 2013, avançaremos para a modernização e beneficiação dos CPRs em termos de maquinaria de estruturas e de tudo mais."

Foi dada a palavra ao Deputado Pedro Pinto que agradeceu os esclarecimentos dados pelo Senhor Secretário, e que solicitou esclarecimentos acerca do ação 9.2.9 – Proteção Radiológica: "Em que ponto está o Plano Regional do radão e a monitorização ambiental da radioatividade, uma vez que esta ação é descrita como sendo um protocolo e contrato para apoio técnico e tem um montante orçamentado de 5 mil euros e gostaria de saber o que é que na Região tem sido feito ao longo dos anos relativamente a monotorização radiológica e em que ponto está o plano Regional do Radão?"

O Senhor Secretário Alonso Miguel respondeu: "na região a adaptação do novo plano de Radão à Região está numa fase muito incipiente, neste caso, esta verba é exatamente apenas para estabelecer um protocolo de apoio técnico à Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas no âmbito do regime jurídico de proteção radiológica, portanto, com base nesse protocolo iremos depois desenvolver um projeto para implementação propriamente dita do plano de Radão à RAA, neste caso esta verba é simbólica, porque é apenas para um protocolo

de colaboração e apoio técnico aos técnicos da DRAAC que dará no fundo o lançamento de implementação do plano à Região."

Numa segunda ronda de intervenções, pediu a palavra o Deputado José Contente que referiu: "não é um problema do Senhor Secretário Regional, mas eu devo lhe dizer que de facto a credibilidade global destes documentos está afetada pelas baixas taxas de execução de 2021.

Em primeiro lugar, queria fazer umas observações, pareceu-me ouvir que o GRA iria agora tratar da monitorização e alargamento da rede da qualidade do ar, mas isso como sabe, é um projeto que já começou e, que foi inicialmente inaugurado em julho de 2020 com 150.000€ (cento e cinquenta mil euros). Depois queria também fazer uma pequena correção porque penso que foi lapso seu, a rede hidrográfica não são 700Km, são 7.000.000Km (sete mil Km). O Secretário respondeu que de facto foi lapso."

Continuou o Deputado José Contente: "Também gostaria de dizer que a minha preocupação com as taxas de execução tem a ver com alguns programas, por exemplo, o programa 12 a taxa de execução está a zero, não é da sua responsabilidade por estar noutra secretaria, em matéria de 2021 é assim. O programa 9 no projeto 2, embora tenha uma taxa de execução de 14%, há aqui alguns zeros preocupantes como o Deputado Pedro Pinto falou, na questão da proteção radiológica, este programa tinha 87.000€ (oitenta e sete mil euros) e tem zero executado em 2021. Mas há mais, o PEPGRA também tinha 30.000€ (trinta mil euros) e tem zero, e a execução do regime de prevenção resíduos também tinha 40.000€ (quarenta mil euros) e tem zero. E há mais alguns outros. Só queria dizer que aquilo que afirmei na última reunião são factos concretos."

Perguntou ainda ao Secretário: "se nesta fase não o preocupa algumas baixa taxas de execução, nomeadamente no projeto 2 do programa 9 e também em algumas ações do projeto 5, pelo menos uma que tem uma taxa de execução de zero, nomeadamente na avaliação de instrumentos de gestão ambiental."

O Secretário respondeu que nunca disse que agora é que se estava a fazer um investimento inicial na promoção da qualidade ambiental e na monitorização da plataforma de informação da qualidade do ar, o que disse foi que irão fazer um investimento e este está plasmado no valor de 230.000€ (duzentos e trinta mil euros). "Naturalmente deverá ter percebido mal."

O Secretário Regional, deixou aos Senhores Deputados uma palavra de conforto: "Não esteja preocupado com a execução da Secretaria do Ambiente, bem sei que é a sua responsabilidade, mas queria deixar que de momento a execução da nossa secretaria e num ano atípico em que

estamos, o funcionamento está a muito bom nível, temos neste momento taxas de execução semelhante e até superiores à antiga Secretaria na mesma altura do ano passado, não vale a pena seguir as metodologias de procurar as rubricas a zeros, sei que é importante mas, o que lhe queria dizer é que a execução da SRAAC, será no final do ano, e com o fecho do ano, muito satisfatória, como seguramente irá ver. Já temos cabimentado no total da Secretaria com as Direções Regionais 85% das verbas e já estão comprometidas 72%, portanto já estão pagas cerca de 48% e iremos ter taxas de execução muito satisfatórias, pelo que deixo esse descanso ao Senhor Deputado José Contente. Em relação ao PEPGRA, e à revisão deste, estará concluído em fevereiro de 2022, a execução será muito satisfatória. Já podia estar concluído no final de 2021, mas na verdade o processo levou muito tempo a ser iniciado, devia ter sido iniciado em 2019, mas não foi. E até ao final do primeiro semestre a revisão dos instrumentos que lhe estão associados, instrumentos jurídicos, também estará concluída apesar desta não ter data limite de conclusão, mas a revisão destes instrumentos deste regime geral de gestão de resíduos estará concluída também até ao final do primeiro semestre de 2022. "

O Deputado José Contente, referiu que invocou os zeros das ações porque eles existem e a fiscalização faz parte disso.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA:

O Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia iniciou a sua intervenção referindo, que os investimentos em matéria de energia a realizar em 2022 refletem uma política integrada energética dos Açores. Assentam na promoção do aproveitamento dos recursos naturais, que a Região dispõe e da eficiência energética, da mobilidade elétrica e do aprofundamento da troca do conhecimento com o além-fronteiras.

Esta transição é importante para cada cidadão, pelo que será reforçada a atribuição de incentivos e a instalação de equipamentos com vista à produção e armazenamento de energia a partir de fontes renováveis para o autoconsumo.

Consideremos a especial atenção a obtenção de águas quentes para usos domésticos com o objetivo de assegurar a possível eletrificação dos consumos e promovendo o uso de equipamentos mais eficientes.

Esta eficiência energética que pressupõe o uso de menos energia para se obter o mesmo serviço é fundamental nesta transição energética não só por diminuir a energia que é utilizada na Região, mas pelo impacto que vai produzir na economia dos cidadãos e das entidades açorianas.

A educação e sensibilização dos cidadãos são os aspetos chave no objetivo do Governo dos Açores e assim desenvolverão diversas ações na Região para incutir melhores práticas no uso da energia.

Qualificar e preparar os profissionais que desenvolvem esta atividade preparando-os para atuarem de melhor forma e contribuírem para a transição energética melhorando a sua competitividade no mercado.

Alcançar uma maior eficiência de transição energética nos transportes terrestres é a aposta do Governo Regional, que continuará a impulsionar a mobilidade elétrica contribuindo com incentivos financeiros, no caso de aquisição de veículos elétricos e mostrando as vantagens da sua aquisição, numa Região que reúne as caraterísticas ideais para a sua implementação.

Será aprofundada a participação dos Açores em projetos e parcerias Nacionais e Internacionais assentes nos pilares que sustentam a transição energética, fomentando trocas de conhecimento bem como a experimentação de novas soluções em matéria de energia in loco fundamental em área que é a constante evolução tecnológica.

O Deputado do BE, António Lima colocou a questão sobre a transição energética, nomeadamente no que diz respeito à medida 10.1.2, porque ela de facto tem um aumento muito elevado de 2021 para 2022, estamos a falar num investimento de praticamente 40.000.000€ (quarenta milhões de euros) estamos a falar de energias renováveis para famílias, empresas entidades de caracter privado. Como é que será a sua implementação como é que essas famílias, empresas e mais instituições terão acesso, uma vez que estamos a falar de verba considerável e com grau de alcance muito grande, estamos a falar de quarenta milhões de euros para serem atribuídos, tendo em conta o número de candidaturas a gerar. Se há verbas alocadas tanto para famílias e para instituições de natureza coletivo, se há previsão quanto a essas verbas ou se o bolo é geral e qualquer pessoa pode candidatar-se e aceder nas mesmas condições. Gostaria também de perceber qual a parte que vem do PRR para a transição energética e qual a parte que será financiada por outros fundos.

O Secretário Regional agradeceu a pergunta e respondeu que de facto, o ponto indicado por 10.2.1 é composto, de alguma forma, pela antiga pró-energia mais uma componente que é aquela que é determinante aqui na formação do Valor Global do PRR. Do pro-energia há ligeiras modificações, transitou aqui o que era o financiamento aos painéis fotovoltaicos para outra medida e, no que toca ao PRR, que é o que é de facto o mais importante, está dividido em 4 tipologias de investimento, sendo que uma delas, a 4ª, que envolve à volta dos 5.000.000€

(cinco milhões de euros), é aquela que vai ser administrada pela Direção Regional de Energia, para aqueles fins que estão aqui definidos para as instituições e para as famílias. Relativamente à distribuição, ou repartição pelo PRR, para além dessa tipologia 4, que depois é suportada por estes fundos, na tipologia 1 temos o aumento da potência instalada geotérmica para produção de eletricidade, portando isso é EDA a renováveis que corresponde a investimentos que também já, de alguma forma, estão em curso com os furos em São Miguel e na Terceira.

Relativamente à tipologia 2, esta será, e é, a Corvo Renovável, com detrimento de potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo, sem comprometer a estabilidade e segurança dos saneamentos, portanto isto é conduzido também através da EDA renováveis. Portanto, isso corresponde a um parque eólico, um parque fotovoltaico e estamos a falar aqui, aproximadamente, 850 kW.

A tipologia 3, corresponde a instalação de sistema de armazenamento de energia elétrica, nas restantes 6 ilhas, excluindo São Miguel, Terceira e Graciosa que já têm estruturas e instalações desta natureza, portanto esta energia renovável depois vai ter que conviver com a energia produzida por fontes térmicas o que há necessidade de sistemas que permitam esta convivência sem criar perturbações inaceitáveis na rede. Conforme já tinha dito, relativamente a esta tipologia 3, São Miguel Terceira e Graciosa estão excluídos pela simples razão de já terem feito este caminho, portanto têm já as suas estruturas que se não estão concluídas, estão em vias de conclusão.

O Senhor Deputado Antonio Lima do BE, solicitou esclarecimentos:

“Vendo aqui a descrição da medida, não se fala em financiamento para o armazenamento de energia que parte do produtor ou do distribuidor, a ideia com que se fica claramente, pode ser erro meu, é que se trata de entidades que não têm como objeto social a produção de energia que poderão produzir para seu autoconsumo, porque e isso que é referido exatamente na descrição da medida “aquisição de equipamentos de produção de energia elétrica, oleífera, essencialmente destinadas a autoconsumo….”, ou seja a descrição desta medida devia ser corrigida, devia ser diferente. O facto que, aquilo que me está a dizer é outra coisa completamente diferente e, aí eu já depreendo muito mais facilmente os valores que estão aqui em causa.

Gostaria apenas de um esclarecimento adicional, ou seja, referiu que 5.000.000€ (cinco milhões de euros) serão para a pro-energia, instituições e famílias, o que não percebi é, qual é a parte que vem do PRR, porque o cronograma financeiro do PRR para 2022 apenas prevê 10,5 milhões

de euros, isto são dados da Direção Regional do planeamento de fundos comunitários que têm a sua página e este cronograma financeiro reflete o valor que já referi. Gostaria de perceber se este cronograma já não está atualizado, ou se é o plano PRR que tem outras verbas."

O Secretário Regional afirmou o seguinte: "se calhar não me fiz expressar claramente aquela que é a distribuição dos investimentos com base nos fundos PRR. Os 5.000.000€ (cinco milhões de euros) que referi não são pro-energia, são a tipologia 4 do PRR. Das 4 que existem, 3 são para fundamentalmente serem realizadas pela EDA renováveis e a Tipologia 4 que tem 5.000.000€ (cinco milhões de euros), aproximadamente, será administrada pela Direção Regional de Energia.

Relativamente ao pro-energia, esse sai do plano, são 600.000.000 (seiscentos mil euros) que estão alocados a investimentos e portanto, e para transmitir de uma forma mais clara, nós tivemos uma ligeira alteração na pro-energia, neste momento temos aqui uma afetação aquilo que já tinha e, para relembrar, são bombas de calor, painéis térmicos, baterias, etc, portanto, apenas removemos daqui os fotovoltaicos que passaram para outro capítulo que não este. Portanto, os 5.000.000€ (cinco milhões de euros) são PRR e são administrados pela DRE e são alocados aos fins que já tinha referido".

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José Contente do PS, que colocou a seguinte questão: "Em relação à eletrificação da caldeira do Santo Cristo, saber se a obra está concluída e qual é a taxa de execução desta obra em 2021."

O Secretário Regional transmitiu que a obra está concluída.

O Senhor Deputado José Contente do PS, usou o seu direito de réplica e questionou o Secretario Regional porque é que há dotação para esta obra para 2022, sendo que esta já está concluída?

O Secretário Regional respondeu: a obra está concluída, mas não está paga, portanto, temos uma dotação para terminar o pagamento dos trabalhos que foram executados.

O Deputado Antonio Lima do BE, insistiu na questão por ele já colocada ao Secretário Regional, na primeira ronda, em relação à verba que advém do PRR:

"Eu julgo que talvez não tenha colocado a questão de uma forma adequada. O que eu quero saber em concreto é qual é a verba, destes 40.000.000€ (quarenta milhões de euros) que estão previstos neste programa, qual é a verba que advém do PRR, é tao simples quanto isso."

O Secretário Regional respondeu ao Senhor Deputado Antonio Lima do BE que o valor é de 39.000.000€ (trinta e nove milhões de euros).

Foi dada novamente a palavra ao Deputado Antonio Lima do BE que referiu:

"Estou a tentar esclarecer as informações que o Governo nos dá, eu trabalho, em regra geral, com os dados do Governo. Ou seja, o Governo tem que rever o seu cronograma financeiro com o PRR. O que me está a dizer é que o cronograma financeiro do PRR não conta, não serve de nada porque já está desatualizado, e este prevê em 2022 apenas 10,5 milhões de euros para a transição energética, investimento TC-C14-i03, eu não estou a inventar, ou seja, terá de ver, e isso das duas uma, alterar o programa financeiro e explicar porque é que o altera, ou então, alguma coisa não está bem no plano. É essa a minha constatação de um facto que falamos aqui."

O Secretário Regional transmitiu o seguinte:

"De facto relativamente às realizações previstas para 2022 são esses 10 milhões, simplesmente esses investimentos já estão em curso desde 2020, portanto esse montante corresponde ao necessário para solver aquilo que são já as realizações feitas desde 2020, por exemplo, os furos em São Miguel da Açorgeo já estão concluídos, os da Terceira estão em vias de conclusão e portanto todos eles correspondem a valores extremamente elevados, como são as empreitadas típicas de perfuração e esses 79.000.000 (setenta e nove milhões) são esses 10 mais os outros que já estão realizados e que foram alocados todos a este montante. "

DA AUDIÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA:

O Subsecretário Regional da Presidência iniciou a sua intervenção referindo ter muito gosto em apresentar as matérias relativas à parte da Presidência do Governo, nas áreas de intervenção da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e continuou dizendo que ia transmitir aquela que é a proposta do Governo para o plano e orçamento de 2022, e que estão divididos em 3 projetos que dizem respeito ao apoio aos média, ao Jornal Oficial, e à coordenação da atividade Governativa.

Quanto ao apoio aos média, o Subsecretário Regional referiu existirem três ações no valor total de 797.500€ (setecentos e noventa e sete mil e quinhentos euros), o que significa uma redução de cerca de 26% em relação ao orçamentado para 2021, e explicou que esta diminuição se prende nomeadamente com o programa de apoio à Comunicação Social, que contou em 2021 com uma verba de 850.000 (oitocentos e cinquenta mil Euros), que foi uma evolução bastante grande em comparação aos anos anteriores, que se deveu aos apoios excecionais que o XII Governo e o XIII Governo decidiram atribuir aos órgãos de Comunicação Social em virtude do

efeito da Pandemia e explicou que agora que estamos numa fase de normalização da atividade económica e consequentemente também, abrangendo esta normalização dos órgãos de Comunicação Social, o Governo decidiu voltar aos valores que inicialmente tinham sido aprovados para 2020 que são os 650.000€ (seiscentos e cinquenta mil euros).

Continuou a explanação referindo-se à segunda ação tem a ver com a plataforma eletrónica da comunicação com os cidadãos, que contará este ano com uma verba de 50.000€ (cinquenta mil Euros) e depois o financiamento de obrigações dos serviços públicos de notícias e de televisão que tinha uma verba de 127.500€ (cento e vinte e sete mil e quinhentos euros) em 2021 e agora tem uma verba de 97.500€ (noventa e sete mil e quinhentos Euros).

O Subsecretário deu conta que existe uma variação de menos 26% em relação a 2021. No que diz respeito à ação referente ao Jornal Oficial de acesso à base de dados jurídicos, mantem-se a mesma verba de 50.000€ (cinquenta mil Euros) igual a 2021.

Finalmente, referiu que na coordenação da atividade Governativa, existe uma alteração maior que tem a ação das relações com as entidades Governamentais externas e com outras entidades, em que tinha sido previsto em 2021 uma verba de 72.500€ (setenta e dois mil e quinhentos euros) e agora tem um aumento de 500.000 (Quinhentos mil Euros), aumento este de cerca de 600% em relação a 2021. E explicou que esta diferença decorre de uma nova perspetiva que o Governo quer dar às ações que entram neste capítulo, na perspetiva de concentrar na presidência do Governo uma série de apoios que eram dados a entidades externas que estavam dispersas por vários departamentos do Governo. Disse ainda que é entendimento do Governo que em termos de racionalização destas ações, exista a sua concentração numa entidade só e para este efeito, a presidência do Governo assumirá essa tarefa, daí o aumento significativo dessa verba para 500.000 (quinhentos mil Euros).

O Deputado José Contente no uso da palavra, disse ter verificado que na descrição do programa 1.1, e nas suas subdivisões; 1.1.1; 1.1.2 e 1.1.3, estas mais não são do que “copy paste” do ano passado, e adiantou que isso não tem mal, mas entende que existe uma explicação que será necessária, uma vez que , no ano passado, a plataforma eletrónica de comunicação ao cidadão, em relação a esta ação, dizia que estava em curso e este ano está exatamente igual, pelo que interrogou o Senhor Subsecretário se de facto isso não foi tudo executado, se continua em execução e porque é que, de facto neste espaço de 1 ano, essa execução que estava prevista para 2021 não foi feita?

Depois, fez mais uma observação, referindo que independentemente da pandemia parecer ter abrandado, não lhe parece que os órgãos de Comunicação Social estejam na mesma forma que estavam antes da pandemia começar, portanto, entende que esta baixa de 850.000€ (oitocentos e cinquenta mil Euros) para 650.000€ (seiscentos e cinquenta mil Euros vai penalizar alguns órgãos de Comunicação Social que ainda estão numa caminhada e que eventualmente não irão conseguir, por si só, atingir os patamares que tinham antes dos efeitos da pandemia.

Sobre a primeira questão, o Subsecretário referiu que sobre as ações 1.1.1 e 1.1.2, que tem a ver com a plataforma eletrónica da Comunicação do Cidadão, de facto já houve execução este ano, está a ser executada, adiantando que neste momento houve até uma revisão da dotação para 2021, um aumento de 14.000 (catorze mil euros), e que já houve despesa no valor de 40.000€ (quarenta mil euros), portanto a ação está, efetivamente, a decorrer e está a ser trabalhada. Aquilo que é entendido é que continuará em trabalho para 2022 e para isso é preciso essa inscrição de 50.000€ (cinquenta mil euros), portanto trata-se de uma continuação do trabalho que está a ser desenvolvido e que efetivamente tem já, em relação a 2021, e falando num período relativamente curto, uma taxa de execução de cerca de 62% em relação aos 50.000 (cinquenta mil) no segmento orçamentado.

Sobre os valores da comunicação social, o Subsecretário referiu que é entendimento de facto do Governo que este aumento de 200.000€ (duzentos mil euros) de 2020 para 2021 decorreu, efetivamente, da vigência das resoluções. Uma primeira que tinha sido uma resolução do XII Governo em 2020 e depois de uma resolução da Assembleia Legislativa Regional que assumiu esta resolução de apoio idêntico para 2021, e a verdade é que esse apoio foi executado tendo em conta as necessidades que tinham sido previstas em 2020, que acabaram por ter uma execução de cerca de 740.000€ (setecentos e quarenta mil euros). Em relação a 2021 o Subsecretário afirmou que este programa foi também ele reforçado, e houve uma dotação revista para 865.000€ (oitocentos e sessentas e cinco mil euros), portanto, houve um reforço de 15.000€ (quinze mil euros), em relação aquilo que tinha sido aprovado em orçamento e em plano para 2021, e que já foi paga uma despesa de 861.000 (oitocentos e sessenta e um mil), o que significa uma execução quase plena, de 99%.

E continuou dizendo que com o diálogo que o Governo tem mantido com os Órgãos de Comunicação Social, tem dado para perceber que esses apoios excecionais em virtude da pandemia já não serão necessários em 2022, daí o regresso a valores de apoios previstos no programa *Pro-média* anteriores ao período anterior à pandemia, aos valores de 650.000€ (seiscentos e cinquenta mil euros).

Acrescentou ainda que, sobre esse programa, é preciso ter em conta que ele teve uma estabilidade muito grande ao longo da última década em termos de valores, tendo mesmo em 2018/2019 baixado. E clarificou que em 2020, efetivamente, houve uma subida para 650.000€ (seiscentos e cinquenta mil euros) e então, devido à pandemia, passaram para 850.000€ (oitocentos e cinquenta mil euros) continuando esse valor em 2021, mas que atualmente o Governo entende que os 650.000€ (seiscentos e cinquenta mil euros) se justificam para o plano de 2022.

O Senhor Deputado José Contente do PS, usou o seu direito de réplica apenas para aclarar uma informação dada pelo Senhor Subsecretário, questionando sobre a ação - plataforma eletrónica de comunicação ao cidadão, que em 2021 estava orçamentada com o valor de 100.000€ (cem mil euros) e que o que o Subsecretário se teria referido a 50.000€ (cinquenta mil euros) para este mesmo ano de 2021, o que não traduz a realidade uma vez que no ano de 2021, foram efetivamente são 100.000€ (cem mil euros).

O Senhor Subsecretário em resposta, considerou pertinente a questão do Senhor Deputado José Contente do PS, dando-lhe toda a razão e ainda acrescentou que em 2021 seriam os 100.000€ (cem mil euros) e que houve, inclusive, uma dotação revista para 106.000€ (centos mil euros). Referiu que a taxa de execução ainda é muito baixa, sendo uma taxa de execução de apenas 8%, mas que o programa está a decorrer e prevê-se que ainda este ano haja mais execução, e que para a dotação para 2022 seja só necessário 50.000 (cinquenta mil).

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de **abstenção com reserva de posição para plenário**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer **favorável**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do BE emitiu parecer **abstenção com reserva de posição para plenário**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PPM emitiu parecer **favorável,** quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do PAN não emitiu parecer quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou:

1) Com os votos a favor do PSD e PPM, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e BE, emitir por maioria, parecer **favorável** à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – "Plano Regional Anual para o ano de 2022";
2) Com os votos a favor do PSD e PPM, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e BE, emitir por maioria, parecer **favorável** à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII – "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2022".

O presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia para seguimento da devida tramitação processual, dando assim cumprimento ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Horta, 4 de novembro de 2021

A Relatora,

Valdemira Gouveia

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente,

José Eduardo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 21/XII – "PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2022" E N.º 22/XII – "ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2022"

09 DE NOVEMBRO DE 2021

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu no dia 5 de novembro de 2021, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional **n.º 21/XII – "Plano Regional Anual para o ano de 2022" e n.º 22/XII – "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2022".**

As supramencionadas Propostas foram remetidas à Comissão Permanente de Política Geral, no dia 2 de novembro de 2021, com data limite para emissão de parecer sectorial e envio deste à Comissão de Economia até ao dia 9 de novembro de 2021.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, as matérias inframencionadas são competência da Comissão Permanente de Política Geral.

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão Permanente de Política Geral a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ambos para o ano de 2022, nas seguintes matérias:

- Administração Pública, regional e local;
- Organização administrativa da Região;
- Ordem e segurança pública e proteção civil;
- Comunidades açorianas;
- Construção europeia, sem prejuízo da competência, em razão da matéria, de outras comissões;
- Tratados e Acordos internacionais;
- Habitação e equipamentos;
- Arrendamento urbano;
- Urbanismo;
- Prevenção e segurança rodoviária;
- Cooperação Regional
- Trabalho e formação profissional;
- Concertação social e mecanismos de resolução alternativa de conflitos.

O parecer sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ ações que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.

APRECIAÇÃO DAS PROPOSTAS

A programação anual vertida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o ano de 2022.

A análise da presente proposta do Plano Regional Anual, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre a análise dos Projetos, Ações e correspondentes Programas e na audição dos Membros do Governo Regional que os tutelam.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2022.

Quadro

Plano Regional Anual para 2022

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão Permanente de Política Geral)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 – Informação, Comunicação e Cooperação Externa	**1.858.849**	**1.858.849**	
1.4 Relações com o atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores	340.669	340.669	
1.5 Os Açores no Espaço Europeu	170.680	170.680	
2 – Solidariedade, Igualdade, Habitação,			

Poder Local e Comunidades	**59.610.581**	**59.610.581**	
2.6 Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional	9.228.113	9.228.113	
2.7 Arrendamento Acessivel e Cooperação	15.261.983	15.261.983	
2.8 Equipamentos Públicos e Adequação Técnológica	389.272	389.272	
2.9 Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo	1.035.587	1.035.587	
2.10 Cooperação com os Municípios	1.176.400	1.176.400	
2.11 Cooperação com as Freguesias	753.000	753.000	
2.12 Emigrado e Regressado	57.760	57.760	
2.13 Identidade Cultural e Açorianidade	282.278	282.278	
2.16 Cooperação Institucional	100.000	100.000	
3 – Competitividade Empresarial e Administração Pública	**117.872.937**	**117.435.187**	**437.750**

3.2 Emprego e Qualificação Profissional	170.000	170.000	
3.3 Modernização e Resstruturação da Administração Pública Regional	3.498.362	3.498.362	
3.4 Eficiência no Serviço Público ao Cidadão	1.537.750	1.100.000	437.750
5 – Saúde, Desporto e Proteção Civil	**56.268.585**	**56.268.585**	
5.14 Equipamentos e Comunicações	2.118.000	2.118.000	
5.15 Infraestruturas do SRPCBA	922.863	922.863	
5.17 Formação	162.000	162.000	
11 – Juventude, Emprego, Comércio e Energia	**106.630.765**	**40.582.959**	**66.047.806**
11.2 Qualificação Profissional e Emprego	97.108.835	31.133.279	65.975.556
12 – Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	**126.218.813**	**126.218.813**	

DA AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, ARTUR LIMA:

O Senhor Vice-Presidente iniciou a sua intervenção fazendo um resumo das áreas que estão na alçada da Vice-Presidência e que se enquadram na Comissão de Política Geral. Nesse sentido referiu que:

O plano de investimentos global da Vice-Presidência do Governo, para 2022, é de 59.610.581,00€. Na área social, o investimento será de 28.342.905€ e na habitação de 25.945.542€. Quanto às outras áreas de intervenção da Vice-Presidência, salienta-se o investimento de 2.934.400€ no poder local; nas comunidades, 385.821€; e na Aerogare Civil das Lajes, um investimento na ordem dos 2.937.500€. Numa análise por setor, para o ano de 2022, constata-se o seguinte:

- No que diz respeito ao Poder Local, a Vice-Presidência do Governo pretende continuar a valorizar o poder local. Um poder que, por estar mais próximo dos cidadãos, conhece melhor o território e a comunidade, sendo que exercerão melhor as suas competências, desde que tenham acompanhamento técnico contínuo e apoio financeiro reforçado. 2022 será um ano em que o Governo continuará a priorizar os apoios, financeiros, técnicos e logísticos, às freguesias. A cooperação técnica e financeira com as freguesias, em 2022, conhece um aumento na ordem dos 10% em relação a 2021, o que envolverá a verba de cerca de 753 mil euros. Respeitando sempre os princípios da transparência e da igualdade institucional, estas verbas que servem para fazer face a um conjunto de despesas de funcionamento das juntas de freguesia, serão alocados com sentido de justiça e equidade. Recorrendo a verbas dos fundos comunitários, e cumprindo os desígnios da transição digital, iremos criar um Portal da Cooperação com o Poder Local. Este Portal irá, por exemplo, desmaterializar procedimentos de candidatura a realizar pelas autarquias locais. Em 2022, o Governo inseriu um valor de apoio à ANAFRE em cerca de 25 mil euros para terem maior previsibilidade e autonomia no desempenho da sua importante missão. É intenção da Vice-Presidência do Governo reforçar a cooperação técnica e financeira com os municípios. É por esta via que os poderes regional e local estarão mais capacitados para ultrapassar questões prementes, como é o caso das carências habitacionais ou o despovoamento populacional. Nesse sentido, e honrando o compromisso assinado com a AMRAA a 10 de setembro de 2021, o Governo continuará a pagar aos municípios os valores que lhes são devidos do IRS. Em 2022, pagaremos mais 1 milhão de euros. Até 2024, concluiremos este processo. A expetativa é de que em 2022, irão começar a efetuar as transferências relativas ao IVA para os municípios, que ficou pendente em 2020. Em 2023, contam transferir os valores relativos ao ano de 2021.

- Relativamente às comunidades, o plano para 2022, assume e reforça o que vem detrás e permite seguir em frente com inovação e estratégia. Em 2022, o Governo prevê aumentar as transferências financeiras para as Casas dos Açores em 5% relativamente ao valor de 2021 e, também aumentar em 10% os apoios direcionados à Associação dos Imigrantes nos Açores e à Associação de Emigrantes dos Açores. A Vice-Presidência do Governo apoiará financeiramente,

com cerca de 25 mil euros, a reunião da Assembleia Geral do Conselho Mundial das Casas dos Açores, que comemora 25 anos em 2022, e que decorrerá no Canadá. O Conselho da Diáspora Açoriana, que instalado em 2021, realizará a sua primeira reunião presencial, durante o primeiro semestre, nos Açores, e terá também o devido apoio público regional em cerca de 25 mil euros. Pretende-se promover um encontro de jovens líderes comunitários, que lhes permita conhecerem a realidade contemporânea da terra natal dos seus antepassados e, desta forma, ganharem referências identitárias para levarem por diante a preservação da açorianidade no mundo.

- No que diz respeito à Habitação, em 2022, a Vice-Presidência do Governo continuará a impulsionar políticas que sejam facilitadoras do acesso condigno à habitação, contando sempre com a cooperação do poder local e do setor social.

Um dos maiores desafios à Autonomia política é garantir que cada família açoriana tenha um lar. Este é um desafio que subsiste, passados que estão quase cinco décadas da Autonomia, e o Governo Regional fará o que estiver ao seu alcance para enfrentar esse desafio. No próximo ano, não será descurada a habitação social que é fulcral no contexto das comunidades mais frágeis. Todavia, ficou claro, com o Plano de investimentos para 2021, e agora para 2022, que se pretende ampliar a nossa capacidade de resposta dirigida às famílias de classe média e aos casais jovens, por via da recuperação de habitação degradada. Para 2022, a Vice-Presidência do Governo prevê a atribuição de apoios a 787 famílias ao abrigo do programa "Casa Renovada-Casa Habitada". No que respeita aos programas de apoio ao "Combate à Infestação por Térmitas", prevê-se investir cerca de 800 mil euros. Prevê-se ainda a atribuição de apoios para a recuperação e adaptação das habitações de 400 famílias através Contratos ARAAL. O Governo estima apoiar 1800 famílias em regime de "Arrendamento Apoiado", em arrendamento direto (RAA) e subarrendamento (IHRU) contabilizando cerca de 3 milhões de euros (a chamada habitação social) e 496 famílias em regime de "Opção de Compra" no valor de 400 mil euros. O aumento da oferta do "arrendamento com opção de compra", objetivo principal da política de habitação deste governo, só será possível com o aumento do parque habitacional da RAA, sobretudo pela via da compra e reabilitação de casas nas freguesias.

- Finalmente, e no que diz respeito à Aerogare Civil das Lajes, a Vice-Presdidência espera concretizar a reparação e substituição do revestimento da cobertura da Aerogare, o que envolve um investimento na ordem dos 267 mil euros; pretende-se remodelar a área do check-in no 3º piso com cerca de 300 mil euros; e prevê-se ainda adquirir equipamento de rastreio de segurança aeroportuária com cerca de 120 mil euros. Estes investimentos permitirão à Aerogare

reganhar alguma dignidade, desde logo por ser uma das portas de entrada de residentes, turistas e emigrantes na Região.

A Deputada Sabrina Furtado (PSD) iniciou a sua intervenção enaltecendo a atuação do Senhor Vice-Presidente Artur Lima, fazendo referência ao facto de haver uma crescente proximidade entre o Governo e os autarcas. É de valorizar o esforço feito no sentido de devolver às autarquias o valor do IRS, situação inconcebível em que os anteriores Governos deviam às autarquias fundos, tendo saudado, também, a intenção de se devolver o IVA. No plano para 2022, na área do poder local, no ponto 2.7.3 – Cooperação com autarquias, acordos de colaboração entre o IHRU, a Região Autónoma dos Açores e os Municípios, dotado com dois milhões de euros, pelo que, questionou se esta verba será dada aos municípios para que possam entrar com o seu capital de 10% ou de 15% para poderem aceder aos acordos com o IHRU, isto é, como se irá efetivar esta verba, e se os 19 municípios estão ou não interessados. De acordo com um Município, as transferências do IHRU são a 100% para cada Câmara Municipal, tendo pedido ao Vice-Presidente que confirmasse esta afirmação.

O Vice-Presidente esclareceu que esta ação é exatamente para os compromissos que existem com o IHRU, alguns já contratualizados e, de facto, serve para pagar os compromissos financeiros já contratualizados, sendo que, em 2021, o Governo pagou as dívidas de 2019 e 2020. Este programa é da responsabilidade exclusiva dos Municípios, sendo que o Governo pretende adquirir, alguns fogos de habitação que são do IHRU para passarem para o Património da Região e, posteriormente, serem integrados no Programa de arrendamento com a opção de compra. O Senhor Vice-Presidente referiu, ainda, que têm escritura marcada para adquirir os Foros de Solmar, em Vila Franca do Campo, são cerca de 30 fogos para adquirir e que vão ser posteriormente integrados no programa de arrendamento.

O Deputado Manuel Ramos (PS) referiu que é bom perceber que será dada continuidade às políticas de habitação que têm vindo a ser implementadas na região já há alguns anos. No entanto, referiu que existe um certo atraso na execução, nomeadamente no que diz respeito à Ilha Graciosa, de modo que se possa contribuir, também, de certa forma para a fixação de jovens casais que não tem possibilidades de recorrer à banca e para dinamizar a economia. Pelo que questionou qual a razão do atraso da implementação dos programas habitacionais de 2021.

O Vice-Presidente esclareceu que o Governo já esteve na Graciosa em visita oficial e foram detetados esses problemas de atraso, sendo que, há alguma dificuldade em resolver estes assuntos dada a dificuldades de algumas das empresas em dar resposta à procura, às vezes alguns atrasos das próprias juntas que demoram a responder e, também, os licenciamentos dos

municípios, sendo que depois de forma uma cadeia de atrasos. O Governo está a tentar minimizar esses atrasos insistindo junto das juntas de freguesia e da habitação.

O Deputado Paulo Silveira (PSD) referiu que os atrasos não serão certamente em todas as ilhas, uma vez que, ainda no dia 03 de novembro foram criados cinquenta e dois processos de habitação para São Jorge. Sendo assim, questionou se este tipo de programas vão continuar e se a Vice-Presidência pretende manter este nível de resposta.

O Vice-Presidente Artur Lima referiu que os contratos são para continuar com toda a certeza e que em São Jorge está praticamente tudo em dia, faltando a contratualização com as famílias. O Governo tem cerca de um milhão de euros para toda a região para apoiar juntas de freguesia, câmaras e IPSS para a habitação degradada. São Jorge e Graciosa foram processos particularmente difíceis de verificar, perceber se estavam contratualizados ou não, processos morosos que, no que diz respeito a 2020 estão praticamente todos em dia. São programas eficientes que dão resposta às pessoas pelo que o Governo Regional continuará a apostar forte no apoio social e na habitação.

O Deputado Vílson Gomes (PS)referiu que tem sido feito um bom trabalho no que diz respeito à habitação para as novas gerações, tendo questionado, relativamente ao programa de incentivo ao arrendamento, onde se inclui o programa Famílias com Futuro, quantos jovens terão acesso a este programa em 2022 face a 2021 tendo em conta o aumento do orçamento previstos neste plano, e também quantos jovens ficaram de fora do último período de candidatura terminado a 15 de setembro, tendo questionado por último quais as principais razões que têm afastado os jovens da candidatura a este programa.

O Vice-Presidente referiu que o Governo tem tentado responder da melhor maneira possível ao incentivo ao arrendamento jovem. No próximo ano existirá uma nova fase de candidatura com o intuito de dar uma maior resposta aos jovens, não sendo possível esclarecer os motivos que levam alguns jovens a não se candidatar a estes programas. O aumento de 2021 para 2022 prevê que mais de 200 famílias possam neste programa.

O Deputado Vílson Gomes questionou qual a taxa de execução isolada do arrendamento acessível em relação ao programa Famílias com Futuro, ação 2.7 do plano, que no primeiro semestre se situa nos 31,5%, numa rúbrica conjunta com a cooperação.

O Vice-Presidente Artur Lima respondeu que a taxa de execução atualmente será superior em relação aos dados do primeiro semestre, sendo que fará chegar à Comissão os dados isolados relativos à execução financeira do Programa Famílias com Futuro.

O Deputado Vílson Gomes referiu que o Programa Porta 65 não teve grande expressão na região, mas tem tido um crescimento a nível nacional, pelo que questionou se deverá haver nos

próximos tempos uma articulação do Programa Porta 65 a nível nacional, de modo a criar algum impacto na região em conjunto com o arrendamento acessível, trazendo benefícios para os jovens.

O Vice-Presidente esclareceu que o Governo Regional tinha uma reunião agendada com a Ministra da Solidariedade para debater vários assuntos, incluindo este, contudo e face à situação política atual o Governo toma boa nota deste assunto, sendo que irão continuar a rever o programa Porta 65, por forma a adaptá-lo à região.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, JOAQUIM BASTOS E SILVA:

O Secretário Regional Joaquim Bastos e Silva iniciou a sua intervenção referindo que a mesma recairá sobre o Centro de Formação da Administração Pública dos Açores – CEFAPA, Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional, RIAC, serviços de apoio aos funcionários públicos, SREA, Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores, Orçamento Participativo da Administração Pública Regional, mobilidade intercarreiras ou intercategorias e remuneração complementar regional. Em termos do Plano Regional Anual, a SRFPAP possui os seguintes projetos e ações:

Projeto 3.2 Emprego e Qualificação Profissional – 170 000,00 €

Ação 3.2.1 Formação profissional (CEFAPA) – 170 000,00 €

Disponibilizar a todos os serviços das Administrações Regional e Local uma oferta formativa direcionada, eficaz e eficiente por forma a responder às necessidades dos trabalhadores, prevendo ações proactivas alinhadas com as políticas estratégicas de desenvolvimento dos seus recursos humanos.

Projeto 3.3 Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional – 3 498 362,00 €

Ação 3.3.1 Modernização e reforma da Administração Pública Regional – 172 820,00 €

Aquisição de trabalhos especializados, serviços e software informático no âmbito da execução de projetos na área da inovação, modernização e simplificação administrativa, a executar pela Estrutura de Missão de Modernização e Reforma da Administração Pública dos Açores (EMRAP). Operacionalização da 5.ª Edição do Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores (OP Açores).

Ação 3.3.2 Sistema Integrado de Gestão da Administração Regional dos Açores e promoção da qualidade – 150 000,00 €

Implementação e melhoria do Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores (SIGRHARA), bem como da qualidade nos serviços. Auditorias de acompanhamento e de renovação da certificação segundo a NP EN ISSO 9001:2008 (2017) e NP EN ISSO 9001:2015 (2018 a 2020) do Sistema de Gestão da Qualidade. Operacionalização dos projetos de racionalização dos recursos, como a criação de centrais de serviços. Acompanhamento de processos de redefinição procedimental e ações de sensibilização aos serviços que potenciem a aproximação da administração ao cliente.

Ação 3.3.4 Desmaterialização de processos – 70 000,00 €

Atividades relacionadas com a melhoria contínua da infraestrutura tecnológica de suporte às atividades dos serviços da SRFPAP, tendo em vista o aumento da eficiência na execução dos processos administrativos e operacionais, e a progressiva transição para o digital.

Ação 3.3.5 Rede Integrada de Gestão de Processos na Administração Pública - Açores/Cabo Verde 2020 (RIGPAP-ACV) - Projeto MAC2-5.11A-357 – 195 117,00 €

Desenvolvimento de um projeto de modernização e simplificação administrativa, com enfoque na intervenção nos "processos de negócio" da Administração Pública Regional dos Açores e Cabo Verde, potenciando a criação de uma plataforma de utilização partilhada, com o objetivo de promover a otimização de processos e melhorar a eficiência e eficácia da resposta ao cidadão.

Ação 3.3.7 Ética e integridade pública - 50 000,00 €

Promoção de uma cultura de ética e integridade na esfera pública associada à atividade da Inspeção Regional Administrativa e da Transparência.

Ação 3.3.8 APR + Acessível, Inclusiva e Aberta – 1 869 019,00 €

Redesenho do atual atendimento ao público da Administração Pública Regional visando uma maior acessibilidade, inclusão e abertura aos cidadãos e empresários açorianos, permitindo que a maioria dos serviços possa iniciar-se em qualquer ponto de atendimento e/ou canal de interação. Para suporte à nova geração do atendimento ao público, será criado o Catálogo Eletrónico de Entidades e serviços da Administração Pública Regional.

Ação 3.3.9 APR + Apta para o Futuro – 891 406,00 €

Capacitação da Administração Pública Regional através da promoção da inovação e especialização das entidades e trabalhadores para melhor (cor)responderem aos desafios da sociedade e economia açorianas, em que o futuro Laboratório de Experimentação da Administração Pública dos Açores será o espaço privilegiado para o (re)desenho de serviços públicos em colaboração com Academia, centros de I&D, cidadãos e empresas, assente em metodologias inovadoras e novas/emergentes tecnologias digitais.

Projeto 3.4 Eficiência no Serviço Público ao Cidadão – 1 537 750,00 € (1 100 000,00 €, do Plano, 437 750,00 €, Outros Fundos)

Ação 3.4.1 Rede Integrada de Apoio ao Cidadão - 1 537 750,00 € (1 100 000,00 €, do Plano, 437 750,00 €, Outros Fundos)

Melhoria contínua da infraestrutura da RIAC, incluindo o desenvolvimento de novo portal web de serviços com adaptação a plataforma mobile assim como a remodelação de lojas.

Projeto 3.5 Serviços Sociais – 173 400,00 €

Ação 3.5.1 Serviços de apoio aos funcionários públicos – 173 400,00 €

Concessão de apoios financeiros às duas associações de funcionários públicos da Região Autónoma dos Açores, Associação dos Funcionários da Administração Regional da Ilha Terceira (AFARIT) e Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos de Ponta Delgada (COOPDELGA), nos termos do Decreto Regulamentar Regional n.º 7/84/A, de 2 de fevereiro.

Apoio socioeconómico aos funcionários públicos em situação socialmente gravosa e urgente nos termos dispostos no Decreto Legislativo Regional n.º 33/2011/A, de 5 de dezembro.

Projeto 3.6 Estatística – 47 193,00 €

Ação 3.6.1 Produção, tratamento e divulgação de informação estatística oficial – 32 000,00 €

Desenvolvimento de projetos estatísticos; aquisição de equipamento tecnológico/informático; aquisição de material administrativo e de escritório; deslocações externas ao serviço, com vista ao desenvolvimento e implementação de novos projetos estatísticos, incluindo contacto com outras instituições, testes de metodologias e aplicação das mesmas; divulgação e difusão de informação estatística oficial, incluindo atividades promotoras de uma cidadania ativa e consciente.

Ação 3.6.3 MEDECOAZUL MAC2/5.11a/232 – 15 193,00 €

Desenvolvimento de indicadores, baseados em estatísticas oficiais, para avaliação e medição da Economia Azul. Implementação e execução do projeto.

Em termos de **Orçamento da RAA**, destaque para os seguintes artigos da proposta de decreto legislativo regional:

- inclusão da educação como nova área do Orçamento Participativo (artigo 2.º);

- 1.ª Edição do Orçamento Participativo da Administração Pública Regional (OP da APR) – artigo 3.º, com uma dotação de 10 000,00 €, que faculta aos trabalhadores com vínculo de emprego público o poder de decisão sobre a utilização de verbas públicas destinadas à promoção da inovação e boas práticas na administração pública;

- Quando haja conveniência para o interesse público, designadamente quando a economia, a eficácia e a eficiência dos órgãos ou serviços assim o justifique, até 5% dos trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado afetos aos organismos e serviços da administração pública regional, podem ser sujeitos a processos de mobilidade intercarreiras ou intercategorias, em conformidade com os artigos 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação – artigo 9.º, n.º 3.

- O montante da remuneração complementar regional a que se refere o n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional, é atualizado, com efeitos a 1 de janeiro de 2022, em 2,5 % - artigo 52.º.

A Deputada Sabrina Furtado (PSD) iniciou a sua intervenção questionando para quando a criação da CReSAPRAA e se a formação junto da DROAP é só para autarcas ou se serão realizadas formações para a própria comunidade. Atendendo à iniciativa da RIAC móvel, questionou se o mapeamento será por ilha ou por conselho, consoante a necessidade de cada um e qual o critério de aplicação se por habitante ou por área.

O Secretário Regional Bastos e Silva referiu que o Governo irá sempre aposta na formação e que essa aposta poderá evoluir para outras ações de formação, sendo que para já as mesmas serão direcionadas para a administração pública de âmbito regional e local. Relativamente à Comissão de Recrutamento da Função Pública, o Governo está a desenvolver esse projeto até ao final do ano, por forma a criar um maior afastamento e uma maior independência na nomeação de quadros, não estando comtemplado como uma ação no plano, uma vez que não envolve custos.

Sem querer assumir diretamente um compromisso, o Governo pretende iniciar o projeto RIAC móvel na ilha Graciosa, dada a sua dimensão. A ideia passa para disponibilização de uma rulote e não de uma viatura pequena, ou seja, um posto móvel, em que o cidadão entra e são disponibilizados alguns serviços, sendo elaborada uma calendarização para que todos saibam em que dias o posto móvel estará na sua freguesia. Será analisada a prestação deste posto móvel e alargado este serviço a algumas ilhas tendo em consideração a sua necessidade e pertinência nestes serviços, através da criação de critérios específicos.

A Deputada Sabrina Furtado questionou se, relativamente à digitalização e modernização da administração pública, com recurso a fundos do PRR, haverá uma entidade coordenadora ou se será transversal a toda a administração pública com o serviço correspondente, sendo que cada um terá autonomia para executar a digitalização e modernização, isto é, se o Governo vai centralizar uma coordenação regional ou dará diretrizes a todas as entidades para que façam os seus projetos de forma independente.

O Secretário Regional Bastos e Silva referiu que há um gestor do Projeto PRR que foi nomeado, sendo que o Governo está a nomear os 11 gestores do PRR, um deles diz respeito à digitalização e modernização da administração pública. Existe uma entidade que coordena a Estrutura de Missão para a Modernização Administrativa, presidida pela Dra. Ana Laranjeiro e que no fundo é o centro da competência técnica, sendo as ações desenvolvidas em cada unidade havendo um coordenador e uma equipa técnica a prestar sempre apoio e a tratar e verificar as contratações para que tudo faça sentido.

O Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) iniciou a sua intervenção fazendo referência à modernização da RIAC e à interligação da RIAC com os investidores, questionando qual o plano que o Governo tem para a RIAC nesta nova função, isto é, se os empresários vão deixar de necessitar de recorrer às Câmaras de Comércio para algumas informações, se vai ser um serviço complementar, ou seja, se a RIAC irá ser um elemento facilitador entre o cidadão, o empresário e a administração pública e os vários programas de apoio.

O Secretário Regional referiu que a ideia é que o cidadão e as pequenas empresas tenham acesso aos serviços centralizados na Terceira, em Ponta Delgada ou na Horta. É um serviço que diminui a distância entre a administração, não dispensando, portanto, as câmaras do comércio. A título de exemplo, uma pessoa de 75 anos que não tem computador, não tem de ir à Segurança Social em Ponta Delgada para obter informações sobre a sua pensão de reforma, ou um empresário de um minimercado da Graciosa que precisa saber informações sobre fundos de recapitalização, o funcionário da RIAC apenas tem de saber para quem deve encaminhar o serviço, para que a pessoa ou o empresário possam, via digital, falar com a entidade competente

para esclarecer as suas dúvidas. A ideia é criar e incutir nas pessoas esta ideia de proximidade à administração pública, sendo que os trabalhadores da RIAC vão saber qual a melhor hora e local para proceder às ligações com os serviços.

O Deputado Manuel Ramos (PS) referiu que a modernização administrativa é muito importante para a administração regional, mas também para a administração local, mais concretamente para as juntas de freguesia, referindo que é fundamental o trabalho desenvolvido pela DROAP e que é essencial que esse apoio seja reforçado. Questionou se o Governo pretende ampliar esse apoio e se em termos de modernização administrativa haverá algum tipo de formação para as autarquias ou mesmo a disponibilização de equipamentos para a prossecução dessas medidas.

O Secretário Regional Bastos e Silva referiu que a DROAP é um serviço com as suas competências técnicas que funciona bem e é eficaz, sendo que, neste momento à uma Direção Regional da Administração Local, afeta à Vice-Presidência com o intuito de prestar um apoio mais direto às Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia. Na parte da formação, o Centro de Formação cobrirá a administração regional e local.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE E DESPORTO, CLÉLIO MENESES:

O Senhor Secretário Clélio Meneses iniciou a sua intervenção referindo que a Proteção Civil tem previsto no plano para 2022 uma verba 9,5 milhões de euros, ou seja, uma redução de 4 milhões de euros face a 2021. Esta redução prende-se com algumas obras que estão a ser executadas, mas cujo maior volume de pagamento foi feito em 2021, como é o caso das obras nos quartéis de Bombeiros da Povoação, Faial, Lajes do Pico e dos Altares, sendo que os mais significativos são os quartéis da Horta e Povoação, com um volume de 5 milhões de euros que estavam no plano de 2021. Estando essas obras, em 2022, na sua fase final implicam um valor significativamente inferior. Para além da questão destas obras, há ainda uma verba relativa ao COVID para 2021 que deixa de existir em 2022, sendo que, ainda que exista uma diferença de 4 milhões de euros de 2021 para 2022, há um aumento real de 1 milhão de euros de 2021 para 2022. Está prevista a aquisição de seis viaturas de emergência, uma verba de 420 mil euros face aos 214 mil euros do ano passado, o que representa um aumento significativo na aquisição destas viaturas que são essenciais para a eficaz operação dos corpos de bombeiros. Há, também, um reforço significativo em viaturas Corpos de Bombeiros, o apoio às associações de bombeiros para reforço da operacionalidade e aquisição de viaturas. Haverá uma duplicação do valor previsto de Equipamentos de Proteção Civil e, também, para equipamentos para as associações humanitárias de bombeiros voluntários. Na ação 5.14.5 há uma redução da verba, sendo que

essa redução tem a ver com as radiocomunicações da Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, sendo que, o que estava previsto no passado era um valor relacionado com uma indemnização a pagar pela instalação de equipamentos de radiocomunicações num determinado edifício na ilha de São Miguel e por isso tinham um valor específico para essa indemnização. No que diz respeito à beneficiação e reparação de quartéis de bombeiros dos Açores há um aumento de 70 mil euros, destinados a pagar as fases de conclusão das obras em curso, sendo que, relativamente a outras obras necessárias a realizar noutros quartéis, bem como a construção, irá depender do novo quadro comunitário de apoio, estando, contudo, identificadas algumas dessas reparações. Relativamente ao apoio aos transportes terrestres de emergência, na comparticipação dos encargos dos ocupantes da ambulância esta é uma verba muito importante, uma vez que se irá conseguir fazer uma aproximação ao valor que era necessário, será um aumento de 460 mil euros para reforçar a comparticipação nos encargos com tripulantes de ambulâncias o que significa também que o esforço financeiro significativo vai ao encontro desta necessidade ainda que seja necessário um esforço maior para chegar aos níveis adequados e necessários desta intervenção. No que diz respeito ao suporte imediato de vida há, também, um aumento que corresponde ao aumento do pagamento do valor hora por enfermeiro nesta operação de Suporte Imediato de Vida. No que diz respeito à formação, que é uma área muito importante ao nível da Proteção Civil, o Governo tem uma duplicação do valor da formação das profissionais do Serviço de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e um aumento de 20 por cento na formação dos profissionais dos corpos de bombeiros. No que diz respeito à formação da população, também há uma duplicação do valor previsto, o que quer dizer que a formação é decisiva para uma abordagem correta nas operações de emergência quer da população quer dos profissionais dos serviços locais.

O Deputado Luís Soares (PSD) questionou relativamente à verba inscrita para as radiocomunicações no valor de 448 mil euros, mais concretamente se serão colocados nas zonas sombra repetidores de sinal, por forma a colmatar um problema que dura já há muito tempo.

O Secretário Clélio Meneses referiu que este valor tem a ver com verbas de pagamento das comunicações, do funcionamento normal de todo o processo de comunicações, mas também com a renovação de equipamentos, uma vez que muitos dos equipamentos estão obsoletos, condicionando a eficácia da comunicação.

O Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) questionou relativamente à rúbrica 5.14.2 – viaturas dos corpos de bombeiros, no sentido de obter esclarecimentos, na medida em que, há corpos de bombeiros que têm viaturas com muitos quilómetros e com muito desgaste, sendo que

pretende saber se há um planeamento para renovação faseada da frota dos corpos de bombeiros.

O Secretário Clélio Meneses esclareceu que esta ação visa, de alguma forma, também concretizar aquilo que já esteve previsto para o Plano e Orçamento de 2021 e que por dificuldades relativas aos quadros comunitários, não foi aceite, transitando para o ano seguinte. São veículos de intervenção tática, isto é, veículos muito específicos de grande exigência e robustez em termos de intervenção e que se pretende que seja feita de uma forma faseada de acordo com a necessidade de circunstâncias de cada Corpo Bombeiros e respetivas condições, como, também, em termos de intervenção geográfica.

O Deputado Pedro Pinto questionou, ainda, se a intenção do governo é lançar um concurso público nos moldes em que geralmente os concursos públicos são lançados em Portugal, em que prevalece a oferta de menor valor ou se vai imperar algum sentido de qualidade com o objetivo de ter viaturas que possam desempenhar melhor a sua função pela sua robustez, pela sua longevidade e pelo seu menor custo de manutenção.

O Secretário Clélio Meneses esclareceu que no passado o curso público efetuado pelo anterior Governo foi modificado, havendo um concurso genérico para todos os Corpos de Bombeiros, o que trouxe muitos problemas porque as ambulâncias estão neste momento a necessitar de intervenções de adaptação tendo em consideração as diferentes realidades. Por isso, o Governo pretende que façam parte do júri, membros dos Corpos de Bombeiros para que possam fazer essa avaliação concreta das qualidades e condições das viaturas.

O Deputado João Vasco Costa (PS) questionou se seria possível quantificar, em termos de execução, os valores relativos a 2021 no que diz respeito às obras dos vários quartéis.

O Secretário Clélio Meneses afirmou que as obras decorrem conforme previsto, algumas até estão mais adiantadas do que o previsto, razão pela qual os valores inscritos para 2022 correspondem efetivamente ao que faltará pagar das fases finais das obras em questão.

O Deputado Manuel Ramos referiu que as Associações Humanitárias se têm deparado com uma dificuldade no que diz respeito à aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) para os bombeiros voluntários, pelo que questionou se há alguma ação que vise colmatar este problema que tem a ver com os equipamentos de combate a incêndio dos bombeiros. Questionou, relativamente a um autotanque da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Cruz da Graciosa que se encontra operacional já há algum tempo, se esta associação poderá usufruir deste apoio para a aquisição de viaturas.

O Secretário Regional referiu que, durante muito tempo a aquisição de equipamentos para as Associações de Bombeiros foi descurada, sendo que, está prevista na ação 5.14.4 uma verba que

duplica o valor de 2021 precisamente para satisfazer essas necessidades. Há, portanto, uma consciência clara dessa necessidade de investimento, no que diz respeito aos equipamentos de proteção individual nomeadamente contra incêndios. Relativamente à aquisição de viaturas conforme foi referido é um processo que vai ser decidido de acordo com as necessidades e as circunstâncias, quer ao nível do atual estado das viaturas em cada uma das corporações, quer ao nível da necessidade pela área geográfica que abrange cada uma dessas corporações, sendo que essa aquisição será feita exatamente de acordo com essas necessidades e de forma faseada.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO, DUARTE FREITAS:

O Secretário Regional, Duarte Freitas, iniciou a sua intervenção referindo que a taxa de execução na área de emprego e qualificação profissional do ano 2021 está a cerca de 90%. Por outro lado, as verbas propostas de 2021 para 2022 tem um decréscimo de 9 milhões e 265 mil euros. No ano de 2021 executaram vinte e sete milhões nas medidas COVID, prevendo que haja um arrasto para 2022 de 7 milhões, em termos líquidos excetuando as medidas COVID em 2021. Em 2022 haverá um acréscimo de 11 milhões de euros para os programas de Emprego e Formação Profissional. Na primeira metade do ano 2021 os esforços foram focados na mitigação dos efeitos da pandemia tentando assegurado o emprego por um lado e dando garantias às empresas para estarem em condições da retoma de alavancar os seus trabalhos e faturações. O verão de 2021 em termos turísticos foi muito bom, sobretudo nas exportações, estas tiveram um desempenho muito bom. O Governo estipulou para 2022 um reforço nas verbas para a exportação, sendo que este ano a execução das verbas ao apoio à exportação, juntamente com o programa de apoio à restauração e hotelaria fez com que a taxa de execução fosse de 150 por cento, notando-se a capacidade produtiva exportadora em bom ritmo. A partir do final do primeiro semestre, o Governo começou uma reforma em relação aos programas de emprego e em relação à formação profissional. A perspetiva da formação profissional para o horizonte de 20/30 é um dos objetivos do fórum da qualificação profissional que tem vindo a decorrer, em conjunto com o Webinar de reflexões, culminando com um evento presencial a 17, 18, 19 e 20 de novembro e que levará a um livro sobre a formulação das políticas da formação profissional para lançar em janeiro. Os cursos de formação profissional e as verbas que estão previstas na formação profissional são verbas do atual quadro comunitário de apoio e nesse aspeto passaram de 36 para 37 cursos de formação que já foram abertos em setembro passado, mas isso obriga a um esforço no orçamento porque as verbas do Fundo Europeu já não chegariam para tantos cursos. A reforma dos programas de qualificação e emprego no âmbito da qualificação estão a

ser refletidas numa análise prospetiva até 2030 no âmbito deste fórum. Estão a ser desenvolvidas algumas medidas de emprego como por exemplo: o fórum Açores, desafiando as entidades formadoras e as empresas a fazer formação em função as suas próprias necessidades. Lançou-se também a geração Açores PRO, com um conjunto vasto de iniciativas, iniciando-se na Universidade dos Açores através de verbas do PRR, e, ainda, no que diz respeito a medidas de emprego será lançado o PROSA Qualifica. Isto vai transparecer num diploma que está a ser ultimado e que será a norma habilitante para todas as medidas dos programas de formação de emprego, com intuito de garantir que ninguém fique fora do mercado social, chamado Social Emprego, em que se irá alterar alguns programas, como já foi feito com o Estagiar L e T, introduzindo mais proteção social. Nos Estagiar será introduzida a proteção social e a diferenciação entre a duração dos Estagiar no público e no privado, incentivando cada vez mais a que os jovens possam ir para o privado. No final do primeiro semestre o Contratar já ultrapassou os 1200 contratos feitos, sendo 2/3 no Contratar Estável o que revela um eficaz combate à precariedade. Outra medida a desenvolver e que foi aliás discutida recentemente no Parlamento Regional e que está relacionada com o mercado laboral interno. O Governo está a desenhar no mercado laboral interno os programas de emprego, sendo esta uma tarefa muito exigente, na medida em que, para que seja eficaz terão de ter em consideração não só os programas de emprego, mas também a área do social, do empresariado, das autarquias locais, sendo que só com o envolvimento de todos a medida poderá funcionar. O Governo pretende ao longo do ano de 2022 lançar os primeiros passos da reforma da qualificação profissional resultante do Fórum da Qualificação Profissional, a desenvolver e agregar muita reflexão e por outro lado aprofundar a reforma que está a ser feita nas medidas de emprego e inserção sócio profissional, levando os estagiários até ao mercado social emprego e até um contrato laboral regional.

O Deputado Vílson Gomes (PS) questionou onde poderão encontrar as taxas de execução anunciadas pelo Senhor Secretário anunciou e qual o motivo pela qual o relatório do terceiro trimestre ainda não foi divulgado. Questionou, ainda, se é possível, nos dados de janeiro a junho desagregar as rubricas referentes à qualificação profissional e ao emprego.

O Secretário Duarte Freitas esclareceu que está a dar os valores até ao final de outubro, referindo o que é a execução não relacionada com os relatórios semestrais ou trimestrais, mas com aquilo que é a realidade dos serviços desta secretaria no final de outubro. É, portanto, uma informação adicional que se presta, não sendo da competência desta secretaria entregar os relatórios trimestrais e semestrais. O que é mais relevante é o facto de terem sido executados, no âmbito das medidas COVID, 27 milhões de euros e pretende-se executar mais 7 milhões em

2022 ficando as verbas disponíveis liquidas para 2022. Em relação à formação, à data de 30 de outubro, há um saldo de 81 por cento, em relação aos estágios de 80 por cento e em relação ao emprego de 98 por cento e daqui a média de 90 por cento.

O Deputado Vílson Gomes referiu que, de acordo com o Serviço Regional de Estatística dos Açores, no segundo trimestre há menos 1.000 empregos entre os jovens com menos de 25 anos e menos 1.500 na faixa etária dos 25 aos 34 anos, o que representa cerca de 31 por cento do emprego que se perdeu neste segundo trimestre comparando com o segundo trimestre de 2020, período em que a pandemia embateu com força nos Açores e fez também desviar o mercado de trabalho. Assim sendo, questionou a razão da diminuição de investimentos nesta ação relacionada com a empregabilidade jovem, sendo que para 2021 estava prevista uma verba de 106 milhões de euros, havendo uma redução de 3 milhões para 2022.

O Secretário Duarte Freitas esclareceu que a Secretaria trabalha com os dados das agências dos Centro de Emprego que são atualizados ao dia. A data desta audição havia 6.319 pessoas inscritas nas agências dos centros de emprego da região. E aquilo que se passa em relação à empregabilidade tem de ser muito bem analisado, com muita calma, porque na verdade o que se ouve todos os dias da parte dos empresários é a dificuldade em angariação de mão de obra. E na verdade aquilo que se pretende potenciar são as condições para que a oferta e a procura de mão de obra se faça por várias abordagens, naturalmente melhorando as suas competências e as suas condições de empregabilidade. É necessário refletir sobre aquilo que são as condições dadas aos próprios trabalhadores. Nesse aspeto, realçou que através do Programa Contratar houve um crescimento médio de 10 por cento nos salários. A Escola Turística Hoteleira vai lançar cursos de 10 meses para que no próximo ano, durante a época alta se possa já ter pessoas a estagiar e que já trabalharam com instrutores formados. Das mais de 600 pessoas inscritas nos centros de emprego de Ponta Delgada, a quem foi oferecido a possibilidade de frequentar esta formação apenas 300 responderam, sendo esta uma dificuldade acrescida para a Escola Turística e Hoteleira. Estes cursos dão bolsas que podem chegar a 80 por cento do salário míni Pelo que se torna necessário fazer uma reflexão relativamente ao que se está a passar com estas pessoas que optaram por não querer frequentar a formação, sendo que algumas tinham acesso a subsídio de desemprego, mas outras não.

O Deputado Vílson Gomes referiu que a falta de mão de obra é generalizada, tal como mencionou o Senhor Secretário, e que, de acordo ainda com o Senhor Secretário, o programa de contratação tem servido também para garantir uma maior estabilidade laboral aos trabalhadores. Relativamente ao segundo trimestre deste ano, de acordo com os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, mostram uma subida de 1.500 postos de trabalho

em programas ocupacionais, um incremento de 71 por cento face ao mesmo período de julho de 2020. A região entre junho e setembro tem mais 300 trezentos açorianos em programas ocupacionais em comparação com o segundo trimestre de 2020, o que se traduz também como condicionante na falta de mão de obra que a região está a atravessar e tem sido pública as manifestações de associações de empresários e de organizações para que se encontre uma solução para as questões dos programas ocupacionais.

O Secretário Duarte Freitas esclareceu que, no âmbito das competências da sua secretaria, os programas Prosa não abriram na época de junho, sendo que ao longo de 2021, nomeadamente a partir do final do primeiro semestre, o Governo tem vindo a cortar com os programas PROSA agora que estão nas mãos da Secretaria Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional. Mas, por exemplo, uma pessoa contratada pelo programa CTTS, são pessoas que têm direito a subsídio e depois são contratadas pelas entidades que pagam o diferencial para a categoria profissional, essas matérias não dependem desta Secretaria Regional. De qualquer forma, para 2022, o Governo pretende aprofundar estas reformas dos programas do emprego visando em primeiro lugar que são necessários programas de emprego que possam dar oportunidades a todos, incluindo pessoas com 60 anos ou com dificuldades de empregabilidade. É preciso mudar as condições para que todas as pessoas possam ter formação e possam ter uma melhor empregabilidade, não deixando ninguém para trás.

O Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) questionou o Senhor Secretária se poderia indicar qual o valor médio do subsídio de desemprego pago atualmente.

O Secretário Duarte Freitas esclareceu que não tinha esses dados consigo, contudo, comprometeu-se a fazer chegar esses dados à Comissão de Política Geral.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES, ANA CARVALHO:

A Senhora Secretária Regional Ana Carvalho iniciou a sua intervenção referindo o seguinte: O Plano Regional Anual para o ano 2022 prevê uma dotação na ordem de cento e vinte e seis milhões de euros no programa Obras Públicas Transportes e Comunicações. As ações referentes às Obras Públicas e Transportes Terrestres totalizam um valor superior a 113 milhões dos quais mais de 59,5 milhões correspondem a ações que visam implementar investimentos decorrentes das políticas setoriais dos restantes departamentos do Governo Regional, por estes identificados a Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações doravante SROPC se propõe a executar atendendo à concentração das obras públicas operado por Decreto Regulamentar Regional nº 10/2021/a de 22 de junho. No ano de 2022 o principal enfoque em matéria de obras públicas

prende-se com a execução do Plano de Recuperação e Resiliência com uma dotação de 10,5 milhões de euros. Neste âmbito, estão previstas as seguintes ações: circuitos logísticos terrestres de São Miguel, a melhoria das acessibilidades nas Furnas e Povoação, a variante das Capelas e variante Portal do Vento; circuitos logísticos terrestres ilha Terceira - promoção das condições acessibilidades, mobilidade e segurança rodoviária, ligação entre via Vitorino Nemésio-VVN-Angra; circuitos logísticos terrestres de São Jorge - promoção das condições de acessibilidade, mobilidade e segurança rodoviária - ligação entre norte e sul da ilha transversal; circuitos logísticos terrestres de Santa Maria - construção da variante de Vila do Porto; circuitos logísticos terrestres da Graciosa - ligação entre a Estrada Regional 3 de 2ª e estrada regional 4 de 2ª; circuitos logísticos terrestres do Pico - construção da circular à Vila da Madalena; circuitos logísticos terrestres do Faial - construção da segunda fase da variante à Cidade da Horta. Ainda no âmbito do PRR Regional a SRAPC procederá ainda à execução de investimentos a seguir identificados respeitantes a outros departamentos governamentais, nomeadamente, a reabilitação da Escola Profissional das Capelas e a Criação de Centro de Qualificação dos Açores; a reestruturação das redes de internet Wi-i Fi das escolas da Região Autónoma dos Açores. Em matéria de transportes terrestres, para além das ações de reabilitação e beneficiação de estradas regionais em todas as ilhas da Região, incluindo intervenções ao nível da sinalização horizontal e vertical, está previsto um investimento global de cerca de 6 milhões e, ainda, está previsto um investimento de 11,3 milhões no sistema de transportes terrestres e segurança rodoviária, no âmbito de cooperação a promover pela Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações com instituições e entidades locais e regionais nos seus domínios de atuação, designadamente através de celebração de contratos-programa, assim como, através de contratos ARAAL com as autarquias locais no âmbito das suas competências, sempre que se justifique. Quanto ao Laboratório Regional de Engenharia Civil com uma dotação de cerca de um milhão de euros, está previsto, para além do desenvolvimento de ações de investigação, inovação e divulgação na área de Engenharia Civil destinadas a incrementar a utilização de materiais endógenos da região e promover a circularidade e a reutilização dos resíduos de construção e demolição; prosseguir a implementação de uma valência de obras hidráulicas e marítimas que permitam diagnosticar e preparar decisões atempadas à manutenção das infra-estruturas assegurando a sua operacionalidade e bom funcionamento.

O Deputado Manuel Ramos (PS) iniciou a sua intervenção referindo que são muitas as dificuldades que têm vindo a público no que diz respeito ao anel de fibra ótica que liga os Açores ao Continente tendo nesse sentido questionado quais as ações do Governo Regional tem tomado junto das entidades competentes.

A Secretária Ana Carvalho esclareceu que esta é uma matéria que transcende o Governo Regional dos Açores, sendo que, o executivo tem pouca ou praticamente nenhuma intervenção neste assunto. Os cabos estão a chegar praticamente ao final do prazo de validade, tendo havido um compromisso da República de que até 2025 tudo estaria resolvido. O assunto foi entregue a uma empresa para lançar o concurso, sendo que, até à presente data o concurso não foi lançado. O Governo tem envidado esforços junto do Ministério das Infraestruturas, com cartas enviadas, sem resposta. O presidente do Governo na cimeira que teve em Lisboa referiu este assunto, tendo sido dito pelo Ministro das Infraestruturas que estavam atentos ao assunto.

O Deputado João Vasco Costa (PS) referiu que o Governo continua a esconder as taxas de execução, sendo que, relativamente ao terceiro trimestre dificilmente serão conhecidas essas taxas até pelo menos ao plenário de discussão do plano e orçamento deste ano, pelo que questionou, qual a percentagem de execução dos 12.000€ previstos para comunicações em Santa Maria. Referiu, também, que numa visita à Proteção Civil, foi informado que seria instalado o DataCenter do Governo num contentor junto à sede da Proteção Civil, tendo explicado que no passado terá sido decidido que o DataCenter deveria ser fixado na RAEGE em Santa Maria, tendo questionado o porquê do governo ter alterado a localização do mesmo.

A Senhora Secretária referiu que estavam previstos 12.000€ sendo que passaram para 100.000€ pelas propostas de alteração, sendo que a Secretaria prevê iniciar e concluir a beneficiação de algumas estradas regionais da ilha de Santa Maria até ao final do ano. Relativamente aos dois DataCenter, as localizações já tinham sido definidas pelo anterior Governo, sendo que seria um na Terceira e outro em São Miguel. O atual Diretor Regional das Comunicações era o subdiretor regional das comunicações do anterior Governo, tendo sido essas as informações transmitidas.

O Deputado Tiago Branco (PS) referiu que a SROPC para 2021, tinha um valor de 94 milhões de para executar no seu plano de investimentos, sendo, de acordo com os dados publicados, foram executados até junho pouco mais de 17 milhões de euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 18,6%. Das 28 ações do Plano 2021, no final de junho, 20 delas tinham execução de zero por cento, pelo que questionou qual a credibilidade que se pode atribuir ao plano para 2022 que se propõe a executar mais de 125 milhões de euros em investimentos, quando na realidade, relativamente ao Plano de 2021 foram executados pouco mais de 17 milhões de euros e, também, quanto está previsto ser executado até ao final do ano.

A Secretária Ana Carvalho referiu que, até à publicação das orgânicas e aprovação do Plano Regional Anual, isto é, durante o primeiro semestre, a SROPC não tinha qualquer competência no âmbito da execução das obras, razão pela qual a taxa de execução é muito baixa. Relativamente à estimativa da taxa de execução, a Senhora Secretária referiu que no final do

ano estará em condições para analisar as taxas de execução, mas que neste momento ainda é prematuro adiantar uma percentagem.

DA AUDIÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA, PEDRO FARIA E CASTRO:

O Subsecretário Pedro Faria e Castro iniciou a sua intervenção referindo que, em cumprimento do programa do Governo, iniciaram-se, no ano 2021, uma série de ações no âmbito da cooperação externa e dos Assuntos Europeus que terão continuidade em 2022. Em traços gerais de atuação nesta área, referiu, em primeiro lugar, que o Governo tem participado numa série de programas apoiados pela própria União Europeia. Em relação às dotações do plano inscritas para 2022 nesta área, dois projetos, um de Relações com Atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores, com uma verba de 340.000€, em que 117 mil correspondem a dotações do orçamento da região e 223 mil de comparticipações da União Europeia. Relativamente à Centralidade Atlântica estava prevista uma verba de 20.000€, em 2021, havendo uma verba de 16.000€ para 2022. Na formação e mobilidade regional e internacional passou de 64.650€ para 60.000€ em 2022. Há três programas co-financiados pela União Europeia, o Hexágone que este ano tem uma dotação de 148 mil euros que corresponde a 22.000€ do orçamento da região e 126.000€ de fundos da União Europeia. As ilhas de Inovação são também um projeto a desenvolver com uma série de regiões parceiras da União Europeia e que tem uma dotação de 40.000€, em que 6.000€ serão do orçamento da região e 34.000€ financiados pela União Europeia. No Programa Integra está previsto um valor de 73.994€, sendo 11.000€ da região e 62.000€ da União Europeia. Neste capítulo há um aumento substancial em relação a mil euros 994 11 milhões da região 62 mil da União Europeia e que há efetivamente neste capítulo um aumento substancial em relação a 2021, porque se trata de aproveitar financiamentos da União Europeia, ou seja, estar numa fase mais adiantada dos projetos, o que possibilita uma maior execução em 2022. Em relação aos Projetos Relações Internacionais e inter-regionais e com as instituições da União Europeia está inscrita uma verba de 109.000€, ou seja, menos de cerca de 30.000€ do que em 2021. Os Açores na Europa tinham uma dotação de 71.000€ em 2021 e para 2022 uma dotação de 56.000€. A Promoção dos Valores da Cidadania Europeia possuía uma verba de 5.000€ em 2021, sendo que passou para 4.000€ em 2022. No capítulo 50 há um aumento de cerca de 150.000 euros que se deve essencialmente aos programas financiados pela União Europeia, tendo sido um esforço feito pelo Governo, uma vez que há uma série de ações que pretendem desenvolver no próximo ano. Uma das justificações que para esta redução em 2022 em relação a 2021, prende-se com o facto de em 2021 o

Governo estar a presidir à Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, sendo que irá haver um evento final a decorrer no Algarve e que requer algumas verbas que estavam inscritas no Plano de 2021.

O Deputado Berto Messias comentou que o setor da Cooperação Externa e dos Assuntos Europeus é, por vezes, no âmbito do debate do Plano e Orçamento, um pouco menosprezado tendo em conta a densidade e importância para a atividade económica diária da nossa região. Este é um assunto para o grupo parlamentar do Partido Socialista de grande relevância, sendo que, ao longo dos anos, fruto do trabalho de várias individualidades e, também, da importância da perspetiva que a nossa região sempre deu à área dos Assuntos Europeus e a Cooperação Externa e que sem perder uma presença credível nas plataformas europeias, reiteram a importância da continuação dessa postura desde que se vive em autonomia democrática. O Partido Socialista entende a perspetiva importante e relevante daquilo que representa a Europa para os Açores e sobretudo da importância que os Açores representam, enquanto região ultraperiférica, para a Europa. Os Açores são, hoje, fruto do trabalho de muita gente e, desde logo, obviamente dos vários governos regionais desde a autonomia democrática uma referência da aplicação dos fundos estruturais, dos fundos comunitários na região. Por variadíssimas vezes, várias individualidades com altas responsabilidades na Europa afirmaram os Açores como um exemplo na aplicação de fundos comunitários. O Deputado Berto Messias referiu que o Partido Socialista pretende deixar, junto do Senhor Subsecretário, uma mensagem de todo o empenho e todo o envolvimento do grupo parlamentar na continuação deste processo de reforço, da presença e de credibilidade da Região Autónoma dos Açores nas instâncias europeias acompanhando muito de perto a execução daquelas que são as medidas aqui apresentadas pelo senhor subsecretário. Não sendo obviamente aceitável que se descure a credibilidade que se conseguiu construir ao longo dos anos e, portanto, da parte do grupo parlamentar do Partido Socialista o Senhor Subsecretário terá toda a colaboração e acompanhamento daquilo que se propõe fazer no próximo ano, concordando e dando propostas e ideias ou criticando e alertando para os assuntos que considerem pertinentes.

O Subsecretário Pedro Faria e Castro agradeceu a disponibilidade demonstrada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista para acompanhar os esforços que se pretende fazer nos próximos anos no âmbito da Cooperação Externa e deixar algumas notas relativamente ao trabalho que tem sido desenvolvido pelo Governo nesta área. A primeira nota tem a ver com o facto de o ano de 2021 ter sido muito penalizador na ação governativa, sendo que a área dos assuntos externos foi altamente penalizada, havendo ainda serviços que trabalham online e continuam a não aceitar reuniões presenciais. A segunda nota prende-se a importância do

acompanhamento da região com as questões externas pela perspetiva que diz respeito à política de coesão. Desde a autonomia dos Açores que se trabalha na integração da economia regional nos fundos da União Europeia, primeiro através dos quadros comunitários de apoio e agora através dos quadros financeiros plurianuais. O Governo pretende levar às instituições europeias e ao Governo português uma perspetiva de transversalidade da ultraperiferia, que não tem a ver necessariamente com a Política de Coesão da União Europeia. Os Açores são uma região ultraperiférica da União Europeia nos termos consagrados nos artigos 349º e 355º dos tratados. A definição de periferia existe para a Região Autónoma dos Açores e para as outras oito regiões ultraperiféricas da União Europeia pelas suas circunstâncias que estão definidas no artigo 349º. Isto implica que para além de participarmos na Política de Coesão da União Europeia, tendo em conta a nossa posição e o PIB da região em relação à média da União Europeia, que há uma quantidade de outras questões, princípios mais importantes que têm a ver com a adaptação das políticas da União Europeia à realidade açoriana. A última nota tem a ver com a Cooperação externa, essa sim fortemente penalizada pelo efeito da pandemia, sendo que o Governo Regional está a desenvolver esforços para, apartir de 2022, ter uma calendarização efetiva, com o intuito de renovar as linhas de relacionamento que a região tem mantido ao longo de décadas com a União Europeia mas, também, abrir novas linhas de contactos com outras regiões do mundo que têm afinidades com os Açores e que podem em cooperação promover ações de desenvolvimento comum.

O Deputado Pedro Pinto interveio esclareceu que a visão do CDS-PP vai ao encontro da visão aqui apresentada pelo Senhor Subsecretário, no que diz respeito à dimensão atlântica que os Açores dão à União Europeia referindo, ainda, que a visão deve ser mais abrangente, na medida em que os Açores têm, também, uma dimensão mundial através da Diáspora Açoriana. O papel dos Açores na União Europeia não se encerra apenas no papel de uma região ultraperiférica, sendo que deverão ser potenciadas as riquezas geográficas, as riquezas em termos ambientais e humanas, seja através da cultura, seja através da Diáspora.

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de abstenção, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer favorável quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do BE emitiu parecer de abstenção, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PPM emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CONCLUSÕES E PARECER

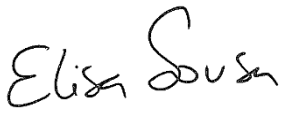
Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Permanente de Política Geral deliberou:

1) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e BE, emitir **parecer favorável,** à **Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – "Plano Regional Anual para o ano de 2022";**
2) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e BE, emitir **parecer favorável,** à **Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII – "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2022".**

Conforme despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia.

Santa Maria, 09 de novembro de 2022

A Relatora



Elisa Sousa

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

Bruno Belo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 21/XII – "PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2022" E N.º 22/XII – "ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2022"

9 DE NOVEMBRO DE 2021

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 4 de novembro de 2021, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 21/XII – "Plano Regional Anual para o ano de 2022" e 22/XII – "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2022".

As supramencionadas propostas foram remetidas à Comissão de Assuntos Sociais no dia 2 de novembro de 2021, com data limite para emissão de parecer setorial e envio deste à Comissão Economia até ao dia 9 de novembro de 2021.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, a

matéria da presente iniciativa, abaixo identificada, é da competência da Comissão Permanente de Assuntos Sociais.

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Sociais a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022, nas seguintes matérias:

- Apoio à família e às migrações;
- Educação;
- Juventude;
- Cultura;
- Ciência, investigação e inovação tecnológica;
- Solidariedade e segurança social;
- Igualdade de género e combate à discriminação;
- Pobreza e exclusão social;
- Promoção da infância;
- Apoio a idosos;
- Apoio a cidadãos com necessidades especiais;
- Serviço Regional de Saúde;
- Atividade privada de saúde no seu relacionamento com o Serviço Regional de Saúde;
- Saúde pública e comunitária;
- Saúde e desporto escolar;
- Prevenção e combate às dependências;
- Segurança alimentar;
- Promoção de estilos de vida saudáveis;
- Atividade desportiva profissional e não profissional.

Os pareceres das propostas de decreto legislativo regional supra referenciadas fundamentam-se na análise dos correspondentes projetos/ações que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.

APRECIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Com o Plano para 2022 inicia-se o segundo ciclo anual de programação do investimento público nos Açores, enquadrado nas Orientações de Médio Prazo 2021-2024. A programação anual contida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo, e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional dos Açores durante o ano de 2022.

A análise da proposta do Plano Regional Anual e do Orçamento referente a 2022, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre as áreas da sua competência.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2022, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

Quadro

Plano Regional Anual para o ano de 2022

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
2 – Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades			
2.1 – Apoio à Infância e Juventude	1.841.540	1.841.540	
2.2 – Apoio à família, Comunidade e Serviços	5.000.000	5.000.000	
2.3 – Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	5.150.000	5.150.000	
2.4 – Apoio a Idosos	4.418.865	4.418.865	
2.5 – Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza	11.932.500	11.932.500	
2.12 – Emigrado e Regressado	57.760	57.760	

2.13 – Identidade Cultural e Açorianidade	282.278	282.278	
2.14 – Imigrado e Interculturalidade	45.783	45.783	
4 – Educação	**27.047.425**	**26.622.425**	**425.000**
5 – Saúde, Desporto e Proteção Civil	**56.268.585**	**56.268.585**	
8 – Cultura, Ciência e Transição Digital	**18.548.138**	**16.822.989**	**1.725.149**
11 – Juventude, Emprego, Comércio e Indústria			
11.1 - Juventude	1.678.680	1.678.680	
11.7* – AJEmCIA – Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato	160.000	160.000	

*Verifica-se a dotação de 160.000 para a totalidade das áreas, mas somente a "Juventude" é competência da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foi incluído no quadro aquelas que são as ações que estão na tutela das Obras Públicas (programa 12) mas que são respeitantes a obras afetas às áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

a) 12.15 – SRE – Construções Escolares;

b) 12.16 – SRE – Reparação das Instalações da SRE;

c) 12.17 - SRSD – Instalações Desportivas;

d) 12.18 – SRSD – Ampliação e Remodelação de Infraestruturas;

e) 12.19 – SRSD – Beneficiação de Infraestruturas;

f) 12.23 – SRCCTD – Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia;

g) 12.24 - SRCCTD – Defesa e valorização do Património Arquitetónico e Cultural.

Em nota de abertura, o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Joaquim Machado, esclareceu que estava previsto um período de sessenta minutos para cada audição, sendo que, passado este tempo, e havendo ainda questões a colocar, as audições deveriam prosseguir até se esgotarem as perguntas.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO:

O Secretário Regional iniciou a sua intervenção referindo que as verbas destinadas às políticas de Juventude no Plano e Orçamento da região para 2022 são de 1,6 milhões de euros, representando um crescimento 178 mil euros face a 2021. Partilhou, também, que a execução atual é cerca de 80% e deu nota que "nas verbas para a juventude há uma componente que representa verbas comprometidas no passado, mas que terão de ser pagas em 2021, em 2022 e 2023", referindo-se aos compromissos assumidos pelo anterior Governo Regional do PS, - cartão Interjovem 154.000 euros e Pousadas da Juventude 80.000 euros -, o que condiciona as verbas globais.

Os grandes objetivos políticos para a área da Juventude em 2022 serão a capacitação dos jovens através da educação não formal, combate a problemas específicos da juventude através da formação, sensibilização e o apoio a projetos de intervenção social; a aproximação dos jovens à realidade socioprofissional; o desenvolvimento do espírito de Cidadania e participação ativa na sociedade, fazendo crescer o sentimento de pertença dos jovens aos Açores e à identidade açoriana. Para além disso, há um conjunto de abordagem que já foram sendo feitas ao longo do ano 2021 e que serão aprofundadas em 2022, como o programa MOOV (Mobilidade, Ocupação e Orientação Vocacional); a Academia Empreendedora e, a nível escolar, a Educação para o Empreendedorismo. Prevê-se, igualmente, e a inclusão do ensino superior na Academia supramencionada.

Feita esta apreciação, abriu-se o período de perguntas para o esclarecimento de dúvidas dos deputados.

Inscreveu-se, primeiramente, o deputado José Pacheco (CH) para questionar o governante acerca da criação do Centro de Qualificação dos Açores, tendo recebido a informação que "Aquilo que está previsto é que já em 2022 se possam iniciar as obras. Temos já um milhão de euros de verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para 2022". O governante revelou

que "está a ser ultimada" uma proposta de decreto legislativo regional para "transformar a escola das Capelas no Centro de Qualificação dos Açores". Acrescentou, ainda, que o Governo Regional pretende passar a tutela daquela escola profissional da secretaria da Educação para a pasta da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, "O nosso objetivo é trazer escola das Capelas para o século XXI em termos de equipamentos e edifícios, mas também em termos de projeto", afirmou.

O Secretário Regional Duarte Freitas avançou que a região vai dispor de oito milhões de euros para a renovação das escolas profissionais, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

De seguida, pediu a palavra o deputado Vílson Gomes (PS) que quis saber qual a ação ligada à formação dos jovens na área da ciência e tecnologia, tendo sido esclarecido que a formação tecnológica está nas verbas da Direção Regional da Qualificação Profissional. O que se pretende é abrir três cursos no Terceira *Tech Island*, conforme vontade também expressa pela Câmara Municipal da Praia da Vitória. O governante referiu, igualmente, que se pretende dar capacidade às Associações Juvenis com a atribuição de equipamentos tecnologicamente adequados à sua atividade – há, inclusivamente, uma ação nova criada para este efeito com uma verba de 30.000 euros.

Seguidamente, o parlamentar do PSD Flávio Soares enalteceu as políticas do executivo, defendendo que o Orçamento da região representa uma "aposta clara na capacitação e formação" dos jovens açorianos. Feito este reconhecimento, questionou qual a estratégia base e macro do Governo Regional dos Açores para cumprir este seu desígnio, mais concretamente, a capacitação e formação de jovens.

Em resposta à questão colocada, o governante deu uma visão mais lata da estratégia do Executivo, relembrando que se pretende passar a Escola Profissional de Capelas a Centro de Qualificação; transferir o ensino profissional da tutela da Educação para a da Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego e finalizar um decreto legislativo regional sobre políticas da juventude. Em suma, são três decretos legislativos regionais que estão a ser trabalhados – políticas da juventude, políticas de formação e emprego, Centro de Qualificação dos Açores – e que operacionalizam a reforma esperada. Em termos de ações concretas que já arrancaram e que representam uma nova abordagem às políticas da juventude, o governante elencou três - o MOOV, o Associativismo e a Academia Empreendedora. Pretende-se mudar as mentalidades dentro da escola em relação ao empreendedorismo, criar incubadoras de empresas junto das Escolas Profissionais e preparar um livro branco de qualificação profissional.

Há uma lógica integrada e uma nova abordagem política que fará com que se altere a mentalidade, melhore a capacitação e se dê um incentivo aos jovens nos Açores.

O deputado Vílson Gomes (PS) perguntou ao Secretário Regional o porquê de se inscrever uma norma no Orçamento da região que altera o limite de financiamento das associações beneficiarias de apoio do programa de incentivo ao associativismo juvenil e do programa de apoio ao empreendedorismo social, passando de 30% para 15%.

O governante referiu que se está em fase de mudança de quadro comunitário de apoio e há que criar condições para ter flexibilidade que os novos regulamentos nos possam trazer, daí serem criadas normas para garantir a captação de verbas comunitárias. Pretende-se fazer algo que até aqui não era feito - aceder a verbas do Fundo Social Europeu para apoiar políticas de juventude. Face à situação política nacional, perder-se-á cerca de um semestre, pelo que o objetivo de ter o programa operacional negociado no primeiro semestre de 2022 não deverá acontecer.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE E DESPORTO:

O Secretário Regional da Saúde e Desporto iniciou a sua intervenção a dar nota que, em termos de Orçamento a Plano, sem as obras públicas na área da saúde e do desporto, há um valor global de 435 milhões de euros. Há um aparente decréscimo em relação ao ano transato, que se prende com as despesas da Covid-19. Se em 2021 as despesas da covid-19 eram de 14,8 milhões de euros, em 2022 estão previstos 6 milhões de euros, o que significa que sem as despesas covid-19 tínhamos, em 2021, cerca de 50 milhões de euros e em 2022 são 54 milhões de euros.

No que toca às ações em concreto, o Secretário Regional destacou algumas por serem merecedoras de uma atenção particular, a saber as ações:

5.2.1 - Equipamentos para unidades de saúde de ilha e Centro de Oncologia dos Açores – uma área muito carenciada que terá um aumento significativo no ano de 2022, passando de 1.7 para 5.9 milhões de euros.

5.4.1 (Plano Regional da Saúde), 5.4.3 (Plano Nutrição das Escolas), 5.4.4 (Plano da Saúde mental), 5.4.5 (Estratégia regional para a prevenção e controlo do cancro), 5.4.6 (Programa de Literacia em Saúde) - Conjunto de ações relacionadas com planos que estão em fase final e serão implementados no próximo ano, com uma perspetiva preventiva e promotora de

cuidados primários que consolida a estratégia do Governo Regional relativamente à abordagem na saúde. Estes serão programas sem resultados visíveis no imediato, mas só iniciando de uma forma determinada este tipo de processo é que se conseguirá obter resultados para as próximas gerações.

5.4.7 - Acessibilidades - deslocação de doentes – o serviço de apoio ao doente deslocado é muito deficitário, pelo que urge prestar uma atenção especial ao mesmo tendo em conta a sua importância.

5.5.1 - Capacitar o SRS de recursos humanos - fixação de profissionais de saúde – há um reforço significativo, um incremento de 250 para 500 mil euros, para este fim. Já existem normas, através do Orçamento da região, de incentivo que estimulem os profissionais de saúde (tanto médicos como enfermeiros) a fixarem-se nos Açores, dado haver um grande défice a este nível.

5.5.3 - Formação em saúde – O investimento permanente nas pessoas passa, também, pela melhoria das suas capacidades e competências, pelo que a formação é essencial e motiva o profissional para o seu trabalho.

5.6.2 - Telesaúde (Teleconsulta e telemonitorização) – numa região como a nossa é muito relevante, daí a dotação de cerca de 550 mil euros.

5.6.4 - Melhoria da performance de prestação do Serviço Regional da Saúde – tem alocada uma verba significativa (2.773.243 euros) para a criação de mecanismo e processos que promovam a melhoria dos serviços prestados.

5.6.5 - Digitalização do setor da saúde – com montante de 3.273.276 euros, prevendo-se, assim, a melhoria no acesso aos dados, visto que atualmente os Centros de Saúde e os Hospitais têm sistemas distintos, levando a que não haja uma circulação da informação.

5.7.1(Retoma e recuperação da atividade), 5.7.4 (Vale Saúde) e 5.7.5 (CIRURGE) –ações que visam combater as listas de espera, totalizando a verba de 4.110.000 euros contra 3.400.000 euros do ano anterior.

5.8 - Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção/Tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências – Há uma aposta clara na prevenção e está em fase final o Plano Regional de Prevenção e Combate às Dependências para ser operacionalizado em 2022.

Ao nível do desporto, o governante destacou uma série de iniciativas que são também preventivas e promotoras de saúde, sendo que algumas são de continuidade e outras estão em fase final de planificação para serem levadas a cabo em 2022.

Há uma aparente redução na área do desporto, que, em bom rigor, não corresponde a um desinvestimento. As verbas atribuídas a esta área não contemplam, este ano, aquilo que foi uma realidade específica do ano transato – o apoio extraordinário devido à pandemia. Para além disso, houve uma redução de custos de deslocação de atletas devido à tarifa Açores, pelo que também isso foi tido em conta no investimento para o próximo ano.

A terminar, o governante justificou a redução de cerca de 55 milhões de euros nas verbas destinadas ao setor no Orçamento da Região para 2022 com a falta de autorização de endividamento para pagamento de dívida anterior.

"Há uma diferença de cerca de 55 milhões de euros e que decorre única e simplesmente de não estar previsto pagamento de dívida anterior. Não há qualquer tipo de redução ou de afetação do funcionamento do Serviço Regional de Saúde. Não há nenhuma redução de verba ou de capacidade de resposta ao nível dos cuidados assistenciais", afirmou o titular da pasta da Saúde nos Açores.

Feita a sua explanação, foi aberto o período de questões, tendo-se inscrito o deputado Pedro Neves (PAN) que referiu ver com bons olhos várias das medidas inscritas no Plano e Orçamento da região, mas salientou que não pode concordar com a leitura do governante de que não houve uma quebra na despesa e na receita. Há que robustecer a área da Saúde, pelo que as verbas para este ano deveriam acompanhar as do ano transato ou até mesmo aumentar em relação às mesmas. Perguntou, então, a razão de se assistir a uma redução de 8,5% no investimento e de 155 milhões de euros no orçamento, relativamente a 2021. Fez, também, uma chamada de atenção em relação à verba destinada às obras do Hospital da Horta, referindo ser um valor insuficiente para aquilo que se pretende.

Em resposta às questões colocadas, o Secretário Regional Clélio Meneses relembrou que não houve uma redução de investimento. No ano de 2021 o valor dispensado era de 64,7 milhões de euros, sendo que destes, 14,8 milhões se destinavam às despesas da Covid-19. Para o ano de 2022, o valor será de 63 milhões de euros, sendo que apenas 6 milhões se destinam a despesas Covi-19. Assim, a termos estes dados em conta, e retirando o valor referente à despesa Covid-19, há um aumento no investimento para 2022.

No que toca ao Orçamento, o de 2021 tinha uma verba de cerca 418 milhões de euros para o Serviço Regional de Saúde (SRS) e em 2022 tem cerca 364 milhões de euros, uma diferença de 55 milhões de euros que se destinavam exclusivamente ao pagamento de dívidas da Governação

Socialista, pelo que não há qualquer tipo de redução ou de afetação do funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Já em relação o Hospital da Horta, os parlamentares foram informados de que foi aberto um concurso para as obras, mas o mesmo ficou deserto. Para não se correr o risco de colocar valores que poderão não ser executados, optou-se por fazer a intervenção de forma faseada, mas a haver algum empreiteiro interessado em avançar com a totalidade da obra, far-se-á uma revisão da situação.

Seguidamente, pediu a palavra o deputado José Pacheco (CH) que questionou qual o investimento a ser feito na prevenção e no combate às toxicodependências, bem como os moldes em que o mesmo será feito. Perguntou, também, em que ponto estava a dívida aos fornecedores.

O Secretário Regional explicou que o Plano Regional de Prevenção e Combate às Dependências está e ser ultimado e foi construído com vários contributos. Pretende ser um processo transversal de envolvimento da sociedade a vários níveis como a sensibilização, a formação, a realização de atividades e o envolvimento de autarquias locais. Em relação à dívida, deu nota que o atual executivo herdou uma dívida a fornecedores do SRS na ordem dos 150 milhões de euros, que pretendia pagar "no espaço de dois, três anos".

"Em 2021, havia a previsão de se reduzir em cerca de 75 milhões de euros. O que é certo é que grande parte deste valor, dependendo da autorização do Estado para ser feita essa dívida para pagamento de dívida, não foi autorizado. Já foi pago cerca de 25 milhões de euros e conta-se pagar um valor ainda significativo até ao final do ano", apontou, sem especificar valores concretos.

Sem autorização de endividamento do Governo da República, em 2021, e sem Orçamento do Estado aprovado para 2022, o executivo açoriano está "a estudar outras alternativas, que neste momento ainda não estão definidas", para reduzir essa dívida, mas o governante remeteu mais esclarecimentos para a tutela das Finanças.

De seguida, a deputada Alexandra Manes (BE) interveio e voltou a questionar a redução dos valores para a Saúde, comparativamente a 2021. A deputada perguntou, ainda, em que ações se encontravam os montantes correspondentes às verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A deputada bloquista foi esclarecida acerca da aparente redução, tendo o Secretário Regional explicado, mais uma vez, o que já havia explicado na sua intervenção inicial e na resposta que dera ao deputado Pedro Neves (PAN). Em relação à segunda questão, fez referência às ações 5.6.4 (Melhoria da performance de prestação do Serviço Regional da Saúde) e 5.6.5 (Digitalização do setor da saúde) como aquelas que concretizam as verbas do PRR.

A intervenção seguinte ficou a cargo do deputado Tiago Lopes (PS) que, numa breve apreciação das propostas de Plano e Orçamento para 2022, referiu que nas despesas da região especificadas segundo a classificação orgânica estão previstos 418 milhões de euros em transferências para o SRS e, a manter-se o ritmo de execução até agora verificado, ficarão por executar 50 milhões de euros. Nesta sequência, perguntou por que razão se está a transferir menos para o SRS.
O deputado referiu, igualmente, que a dívida a fornecedores interfere no funcionamento do SRS, ao contrário do que foi dito pelo governante. Perguntou, portanto, qual o montante da dívida que o Governo Regional pretende pagar até ao final do ano e se consegue assegurar que até ao final do ano será transferida a totalidade da verba prevista no Orçamento para 2021, para o funcionamento do SRS.

Em jeito de esclarecimento, o titular da pasta da Saúde voltou a frisar o que já dissera anteriormente - o Orçamento de 2021 tinha uma verba de cerca 418 milhões de euros para o SRS e em 2022 tem cerca 364 milhões de euros, ou seja, um decréscimo de 55 milhões de euros. Tal acontece única e exclusivamente por não estar previsto o pagamento da dívida anterior. Não há qualquer tipo de redução ou de afetação do funcionamento do SRS. Não há nenhuma redução de verba ou de capacidade de resposta ao nível dos cuidados assistenciais.
No que diz respeito à execução, só no final do ano se poderá fazer uma análise completa sobre o que foi ou não executado, pelo que as ilações do deputado Tiago Lopes (PS) não fazem sentido.

Da bancada do PSD, pediu, primeiramente, a palavra a deputada Ana Quental que começou por registar que o XIII Governo Regional dos Açores marca um ponto de viragem no financiamento da Saúde. Relembrou que de 2013 a 2019 os montantes afetos ao Orçamento para a área da Saúde nunca ultrapassaram os 305 milhões de euros, ficando abaixo da atual proposta de Orçamento para 2022, que é de 364 milhões de euros. Centrando a sua atenção na proposta em análise, e tendo em conta o que está previsto nos artigos 56.º a 59.º (Rede de cuidados integrados; atualização da comparticipação diária atribuída aos doentes do Serviço Regional de

Saúde deslocados e seus acompanhantes; atualização do complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos e atualização do complemento especial para doentes oncológicos – CEDO), a deputada quis saber qual o esforço orçamental que o Governo Regional necessita fazer para que as medidas referidas sejam aplicadas.

Em resposta à questão, o governante referiu que as medidas serão executadas mantendo níveis de investimento superiores aos anos anteriores e assegurando que não há nenhum tipo de redução financeira que afete o SRS. Com o trabalho que está a ser feito ao nível da elaboração de legislação para pagamento suplementar médico, em circunstâncias excecionais, poupar-se-á dinheiro, dado que se vai remunerar melhor os quadros do SRS, poupando-se em prestações de serviços.

Uma segunda intervenção dos sociais-democratas foi da responsabilidade da deputada Salomé Matos que, depois de deixar uma nota positiva em relação à introdução da medida inscrita no artigo 61.º do Orçamento - Incentivos à fixação no SRS – carreira de enfermagem -, questionou se se prevê, no decreto legislativo regional, afetar valores, de forma discriminada, por zonas para esta mesma fixação, tal como previsto para os médicos.
De forma sucinta, foi esclarecida que serão discriminadas positivamente as ilhas que têm maior carência de profissionais de enfermagem. Pretende-se, a breve trecho, decidir sobre esta matéria no Conselho de Governo.

De seguida, pediu para intervir o deputado Vílson Gomes (PS) que começou por realçar que se assiste a um corte de cerca de 600 mil euros na área do desporto e questionou se houve alguma articulação com os agentes desportivos para a tomada de tal decisão.
Em réplica, o governante admitiu uma redução de verbas, face a 2021, justificando-a, em parte, com o facto de deixar de ser necessário implementar "um programa de apoio extraordinário aos clubes" devido à covid-19, na ordem dos 190 mil euros. Por outro lado, disse que devido à tarifa Açores, que permite viajar entre ilhas por um preço máximo de 60 euros, foi possível reduzir em 320 mil euros os apoios destinados à deslocação de atletas.

Interveio, seguidamente, a deputada Ana Quental (PSD) que questionou o titular da pasta da Saúde acerca do número de médicos já contratados para o SRS. Quis, ainda, saber quantos mais se prevê contratar com as novas medidas e incentivos.

O governante deu nota que, entre novembro e agosto, o Serviço Regional de Saúde contratou "622 profissionais de saúde", dos quais "84 médicos". O que se pretende é dotar os quadros de Unidade de Saúde com recursos humanos suficientes para dar estabilidade e deixar de se estar na dependência de prestadores de serviço.

Pediu, novamente, a palavra o deputado Tiago Lopes (PS) que acusou o Governo Regional de incluir o pagamento da dívida no Orçamento, quando já sabia que não o poderia cumprir.
"Este Governo, quando elaborou a anteproposta e a proposta de Orçamento, já sabia que não podia obter a autorização", frisou, alegando que foi o Banco de Portugal que deu um parecer negativo ao "pedido de dívida no montante que foi solicitado pelo Governo Regional".

O responsável pela pasta da Saúde referiu, mais uma vez, que estava previsto o pagamento de 75 milhões de euros, mas na proposta de Orçamento não há dotação inscrita para pagamento da dívida comercial da Saúde, tendo o Secretário Regional justificado com o facto de o pagamento depender da autorização do Estado, sendo que não foi autorizado. Adiantou que já tinha sido pago cerca de 25 milhões de euros e que se conta pagar um valor ainda significativo até ao final do ano.

Para um pedido de esclarecimento, o deputado Pedro Neves (PAN) tomou da palavra para referir que não se pode esquecer dos 700 milhões de dívida da "Saudaçor", porque esta tem de ser somada à divida a fornecedores, no valor de 150 milhões, também deixada pelo executivo anterior. Uma vez que o Secretário Regional das Finanças, dentro do Orçamento Regional, pediu autorização para conseguir refinanciar o crédito e as obrigações que temos no valor de 3.500 milhões de euros, o deputado quis saber se houve alguma influência da tutela da Saúde na negociação, visto ser a secretaria com maior fatia em dívida.
Em resposta, o Secretário explicou que o valor da dívida foi integrado na dívida da Região, remetendo as explicações sobre esta matéria a quem de direito. A parte que diz diretamente respeito à tutela da Saúde é, neste momento, a dívida aos fornecedores.

Quase a terminar, pediu a palavra o deputado Vílson Gomes (PS) voltando a referir que a redução de verba no desporto será prejudicial para os clubes desportivos. Neste seguimento, perguntou se este seria o momento certo para acabar com o programa de apoio extraordinário e realçou, pela negativa, valores gastos em diferentes rúbricas dentro da área do desporto. Em resposta, foi esclarecido, novamente, que a atividade desportiva nos Açores está normalizada.

O governante explicou que as despesas feitas tinham de ser comprovadas, tendo havido uma redução na despesa de deslocações de atletas devido à tarifa Açores.

Por último, interveio a deputada Ana Quental (PSD) para saber o que está previsto no Orçamento para honrar os compromissos de atualização de carreiras da saúde e se está previsto negociar a revisão das outras carreiras ainda não contempladas.
Em resposta, obteve a informação que se está a negociar com representantes dos profissionais das carreiras gerais e, ainda, carreiras médicas. Este processo é moroso porque são muitos profissionais e, sempre que surge uma dúvida relativamente à contabilização do tempo de serviço, a mesma segue trâmites até obter resposta, mas prevê-se começar a pagar as atualizações nas próximas semanas.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA CULTURA, CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL:

A Secretária Regional iniciou a sua intervenção referindo que o Governo dos Açores prevê investir em 2022 cerca de 9,4 milhões na área da Cultura e 17,2 milhões na Ciência, segundo a proposta do Orçamento da região. Destacou que dos 9,4 milhões alocados à Cultura, 3,1 são destinados a obras, estando por isso no "plano de ação da secretaria regional das Obras Públicas", acontecendo o mesmo com o orçamento para a Ciência, que inclui também cinco milhões de euros destinados às obras de ampliação do Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, o Nonagon.

A governante explicou que a área da Cultura se divide em duas partes, nomeadamente a dinamização cultural, que prevê um ligeiro acréscimo de valor de 6,1% devido aos constrangimentos que houve nessa área devido à pandemia, e defesa e valorização do património. Em relação à dinamização cultural, a Secretária Regional listou uma série de eventos e atividades que serão apoiados no decorrer do ano. Já no que respeita à defesa e valorização do património, haverá uma ligeira redução de verba porque se pretendeu privilegiar o apoio direto aos agentes culturais. Elencou, porém, várias intervenções e apoios neste âmbito, salientando também obras que continuarão ou arrancarão e que estão previstas no Plano e Orçamento de 2022.

Relativamente à Ciência, a secretária regional da Cultura, Ciência e Transição Digital realçou que o executivo vai "aumentar o apoio à tripolaridade" da Universidade dos Açores, que passará de 500 para 650 mil euros em 2022, dar um apoio ao funcionamento dos centros de investigação,

apoiar projetos de investigação em contexto empresarial, bem como a internacionalização da investigação regional, apoiar *summer schools* ou projetos de formação. Através do Fundo Social de Ciência e Tecnologia, a tutela irá continuar a promover a concessão de bolsas de investigação, projetos de integração de recursos altamente qualificados em meio empresarial. No que respeita aos Centros de Investigação, foram ajustados os vencimentos dos seus trabalhadores e foram concedidos outros apoios que terão continuidade. Será concluído o trabalho de revisão da RIS3 (Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation) e será equipado o laboratório de inovação em produtor lácteos, bem como fornecido o imobiliário do TERINOV.

No âmbito da área do espaço, a governante deu nota que estava a ser concluída a implementação da Estratégia dos Açores para o Espaço e que se iria proceder ao diálogo para a instalação da estação geodésica na ilha das flores. Para além disso, referiu a participação no desenvolvimento da plataforma de licenciamento das atividades espaciais, o contrato-programa com a Associação RAEGE Açores, ações com vista ao desenvolvimento e implementação do projeto do *SpacePort* na ilha de Santa Maria e a continuação de participação no programa **SST** (Space Survey and Tracking) na ilha Terceira.

Por último, a nível da transição digital, a Secretária Regional explicou que serão desenvolvidas ações com vista à promoção e implementação da transição e transformação digital, será concluído o projeto de autonomia digital e serão apoiados diversos projetos.

Feita a sua exposição, foi aberto um período de esclarecimentos. Neste seguimento, inscreveu-se o deputado do PAN, Pedro Neves, que questionou a necessidade de existirem verbas destinadas à "inovação dos produtos lácteos", uma vez que existe uma rubrica idêntica no orçamento da secretaria da Agricultura, afirmando que o executivo aloca "parcos recursos para a ciência e para a cultura", tendo a governante retorquido que houve problemas com o concurso do laboratório de produtos lácteos, tendo parte do mesmo ficado deserto, pelo que não há, ainda, a garantia que se possa executar toda a verba alocada a esta rubrica. Adiantou, ainda, que o trabalho realizado a propósito do laboratório tem sido feito em articulação com a Secretaria Regional da Agricultura.

O deputado questionou, igualmente, sobre a contratação de investigadores para os centros de investigação, tendo sido esclarecido que se pretende apoiar a investigação, porque o apoio dado pelo Governo da República não é suficiente.

A deputada do BE Alexandra Manes lamentou que a cultura seja a "parente pobre do orçamento" e criticou a "continuidade do desinvestimento" no setor. Questionou, depois, que ações estão afetas ao turismo cultural e onde ficam os interesses da arqueologia em terra. No que concerne a candidaturas referenciadas ao património imaterial, a deputada quis saber como serão as mesmas efetuadas. Por último, referiu que, mesmo havendo um aumento na verba destinada à dinamização cultural, a mesma parece insuficiente, e perguntou a razão para tal.
Em resposta, a governante concordou que, de facto, a verba dispensada para o setor da cultura não era o desejável, no entanto foi a possível face às contingências atuais, onde se incluem o combate à pandemia, as dividas à Sata, entre outros. Apesar do referido, garantiu que os agentes culturais têm sido apoiados. No que concerne à arqueologia, a Secretária Regional deu nota que existem verbas para esta área e explicou que o edifício onde se sediam os serviços da mesma irá ser alvo de obras. Por último, deu nota que o trabalho feito ao nível das candidaturas ao património imaterial segue os trâmites naturais e que, no Plano, existem ações de sensibilização para a educação.

Já a parlamentar do PS Célia Pereira quis saber a que se destina a dotação prevista de 2.734.000 euros para a dinamização de atividades culturais para o próximo ano e, desta verba, quanto caberá aos agentes culturais, tendo sido informada que a taxa de execução atual, no que concerne à dinamização cultural, está próxima dos 100% e que o apoio aos agentes culturais está devidamente detalhado no Plano e Orçamento.

O deputado Rodolfo Franca (PS) também alertou para a "contínua queda do investimento na defesa património cultural". Questionou, seguidamente, a governante como a mesma justifica a redução de investimento na área da dinamização cultural. Acrescentou que o apoio à arte contemporânea dos Açores perde, igualmente, verbas, perguntando à responsável pela pasta da Cultura o fundamento desta decisão. Quase a terminar, o deputado fez referência a uma nova rubrica que cria uma verba para o Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A, questionando a razão do seu surgimento e como esta medida se enquadra no princípio da descentralização da cultura na Região. Por último, pediu que a governante comentasse a redução de investimento na defesa e valorização do património arquitetónico e cultural.
Em réplica, a governante explicou que na área da dinamização cultural foram feitas alterações significativas entre rubricas e que, por tal, se assiste ao desdobramento de algumas rubricas, referindo, a título de exemplo, a verba destinada ao Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A, que já existia, mas surgia integrada noutra. Esta nova redistribuição faz com

que se assista a aparentes reduções de investimento em determinadas ações, mas que, na realidade, foram, somente, clarificadas, para uma maior transparência na leitura do investimento feito. Por fim, a Secretária Regional lembrou que, quando o deputado faz uma análise comparativa com o ano 2020, teria de ter em conta a taxa de execução que foi, em vários casos, demasiado baixa ou nula. "É preferível ter um orçamento mais realista, mas que se consiga concretizar", advogou a Secretária Regional.

O deputado do PSD Flávio Soares perguntou à governante se o Orçamento para 2022 contempla verbas para a conclusão das obras do Museu Carlos Machado, em Ponta Delgada, que se arrastaram por 14 anos na governação socialista.
Na resposta, Susete Amaro afirmou que existem "verbas muito significativas" para aquele museu, referindo que o executivo está a procurar as "melhores soluções para concluir o quanto antes" as obras, sem, contudo, especificar os valores em causa.

Seguidamente, pediu, novamente, a palavra a deputada Alexandra Manes (BE) que indagou a governante sobre a intenção ou não de diversificar as áreas de investigação nas tecnologias espaciais, tendo sido informada que as áreas especificas em que cada investigador trabalhará serão da sua responsabilidade e que, a apresentarem projetos de qualidade, serão, naturalmente apoiados.

Novamente na posse da palavra, o deputado Rodolfo Franca (PS) perguntou qual a estratégia apresentada para a descentralização da cultura, ao que foi informado que este trabalho está a ser feito e continuará a ser feito, pois pretende-se promover a mobilidade nos projetos e estão previstas dinamizações culturais por todo o arquipélago.

A terminar, o deputado Flávio Soares (PSD) perguntou que consequências trouxeram os problemas identificados no projeto para o Museu Carlos Machado e se os mesmos terão impacto nas verbas destinadas ao Museu, previstas no Plano e Orçamento de 2022. Perguntou, ainda, quem foi responsável pelo projeto e quando é que o mesmo tinha sido elaborado.
Em resposta, a governante especificou alguns dos problemas, em termos de estruturas e referiu que as condicionantes atrasaram o projeto, levando a que algumas verbas não conseguissem ser executadas, transitando, assim, para o próximo ano, e fazendo com que alguns dos novos projetos previstos tivessem de ser atrasados. A Secretária Regional concluiu a sua intervenção dando nota que o projeto tinha sido feito pela Direção Regional da Cultura, pela governação

socialista. A governante afirmou que se estava a encontrar as melhores soluções para concluir a obra, não descartando a possibilidade de se ter de fazer alguns reajustes.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO:

A Secretária Regional da Educação iniciou a sua intervenção explicando que os investimentos na Educação em 2022 são de 54,7 milhões de euros, um aumento de 45% face a 2021. "Olhando apenas para a Secretaria da Educação, o investimento é de 26,6 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 25% no investimento, por comparação com 2021", afirmou a governante.

A responsável pela pasta da Educação destacou o "aumento significativo" do investimento destinado à escola pública, cerca de 19,6 milhões de euros, ou seja, "74% do Plano", por oposição aos 66% do ano de 2021.

A Secretária Regional destacou, também, a ação social escolar que tem uma dotação de cerca de 10 milhões de euros e as escolas digitais mais de 6 milhões de euros, o que representa um aumento muito significativo. A governante disse ainda estar previsto um investimento de 136 mil euros em projetos educativos e um aumento de 250 mil euros para 600 mil no prémio de Mérito Escolar.

A promoção do sucesso e o combate ao abandono escolar precoce recebem, em 2022, um aumento de 200 mil euros, passando de 300 mil euros em 2021 para 500 mil euros no próximo ano.

A governante apontou também o "investimento significativo na colocação de pessoal docente e não docente", que, em 2022, se traduz, no Orçamento, num "aumento de 10 milhões de euros". Na globalidade, a Educação conta com um orçamento de 278,2 milhões de euros.

Terminada a sua explanação, pediu a palavra o deputado Rodolfo Franca (PS) que começou por referir que há um aparente incremento de verbas na educação, mas que ficam as dúvidas quanto à execução das mesmas. Disse ainda que se confirma o que há muito diz o PS: também na Educação, não se compreendem as opções em função de um objetivo claramente traçado. Feita esta consideração, perguntou como se explica um incremento na educação sem que o mesmo se traduza num aumento de verbas alocadas aos projetos pedagógicos ou educativos; o que se pretende com um renovado investimento na avaliação externa do ProSucesso, questionando se o que se pretende é dar continuidade ao Programa ou apenas continuidade da Avaliação Externa porque eventualmente a presente não satisfez, e, por fim, por que razão se passou de

investimento de 300.000 euros para 500.000 euros na promoção ao sucesso educativo e no combate ao abandono escolar precoce, um valor superior ao ano transato, mas abaixo do que foi apresentado em 2020, que foi de 600.000 euros.

Em resposta às questões colocadas, a Secretária Regional explicou que existe um real investimento e incremento nas verbas destinadas à educação. No que toca aos projetos, o governo anterior tinha uma dotação de 3.300.000 euros na rubrica do ProSucesso, sendo que a grande fatia desta verba era com programas ocupacionais (mais de 3 milhões). Para além disso, em 2020, foram previstos cerca de 178 mil euros em equipamentos de proteção individual nas escolas, que não estavam integrados na rubrica nos equipamentos, mas sim alocados ao ProSucesso. Também tinham despesas globais em média de 10.000 euros em viagens, uma rubrica em que o Executivo atual corta, passando de mais de 30 mil euros em 2020 (em viagens e estadas), para perto de 1.500 euros. Já no que toca à verba destinada à promoção ao sucesso educativo e no combate ao abandono escolar precoce, a governante confirmou que, de facto, o executivo anterior inscrevia nos planos 600.000 euros, mas, reiteradamente, tinha uma taxa de execução de 0%. Deu nota da pretensão do atual Executivo em realizar projetos em parceria com associações locais, para que em regime de completamento de horário possa ter um investimento em educação não formal.

Seguidamente tomou a palavra a deputada Délia Melo (PSD) que começou por elogiar o facto de haver um aumento significativo do investimento na Educação. A deputada voltou a questionar a Secretária Regional a razão de se alocar uma verba para a avaliação externa do ProSucesso se havia já uma avaliação muito recente. Por fim, quis saber se a governante disponha de dados acerca da taxa de execução na área da Educação, visto a argumentação do deputado socialista se centrar muito na baixa execução por parte desta secretaria no primeiro semestre do corrente ano.

Em resposta, a responsável pela pasta da Educação explicou que a avaliação externa inscrita no Plano serve para dar cumprimento a um compromisso do Governo Regional que é o de avaliar todos os seus projetos educativos. Relembrou, também, que na sequência do que foi proposto pelo Bloco de Esquerda – a avaliação do modelo e dos impactos do ensino à distância – já há negociações com a Universidade dos Açores para se fazer a avaliação externa do ensino à distância. Quanto a níveis de execução, e com a ressalva de que o ano ainda não está concluído, a Secretária Regional deu nota que até 31 de outubro a taxa de execução das ações de investimento se situava nos 76% contra 68%, no ano transato e em período homólogo, tendo havido, nesse campo, uma melhoria. A governante explicou que o mesmo se verifica em relação à despesa paga, no mesmo período referido, a saber, 56% em 2020 contra 66% em 2021.

Pediu, novamente, a palavra o deputado Rodolfo Franca (PS) que questionou a decisão de redução no apoio, para metade, a alunos portadores de deficiência, a quebra de investimento na formação de pessoal docente e não docente e a redução das verbas para a atividade física e desportiva, bem como a atribuição da verba nesta última rubrica, na sua totalidade, para a mesma ilha.

Em jeito de réplica, a governante esclareceu que as quebras de investimento mencionadas nas questões irão entroncar na rubrica das escolas digitais. Esta rubrica permitirá adquirir equipamentos que são também requeridos por alunos com deficiência e fazer formação para pessoal docente e não docente pela via digital. Já no que toca à atividade física e desportiva, as execuções anteriores, tendo em conta os anos pré-covid, eram manifestamente inferiores à verba alocada a esta ação no ano de 2022.

Na sequência do que foi explicitado, a deputada Délia Melo (PSD) questionou se a tarifa Açores também contribui para uma menor despesa na área da atividade física e desportiva, ao que foi esclarecida que em toda a matéria em que possa haver uma contenção de despesas, ela é sempre feita. Deste modo, reduziu-se nas deslocações por via da referida tarifa, mas não se reduziu no desporto escolar, até porque há parcerias com a Secretaria Regional da Saúde e do Desporto que investe em diferentes dinâmicas junto da população estudantil, direcionadas sobretudo aos mais pequenos, pelo que as verbas a dispensar para o efeito são da responsabilidade desta última Secretaria.

Por último, pediu a palavra a deputada Ana Luis (PS) que pediu esclarecimentos em relação a duas rubricas que têm a mesma designação – construções escolares afetas à Secretaria Regional da Educação e à Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações. A deputada quis, ainda, saber, a que se destinava o montante previsto na ação 12.15.1 - Reparação da EBI da Horta.

A Secretária Regional explicou que o valor afeto à Secretaria que tutela destina-se às pequenas reparações que vão surgindo nos estabelecimentos de ensino, já o que surge alocado à Secretaria das Obras Públicas e Comunicações é direcionado para outras intervenções, tendo referido que a verba destinada à Escola Básica e Integrada da Horta é para o projeto da segunda fase da obra, dada a necessidade de se proceder a uma revisão do projeto existente, para que em 2023 as obras possam, efetivamente, arrancar.

DA AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL:

O Vice-Presidente iniciou a sua intervenção a fazer referência às dificuldades sentidas no ano de 2021 devido à pandemia, ano em que o Governo Regional dos Açores teve de preparar o regresso faseado à normalidade. O Plano e Orçamento para 2022 não descura os efeitos da pandemia e continua a atender às necessidades da população nos diversos domínios, pretende-se avançar e consolidar o caminho de mudança, contando, para tal com as verbas comunitárias. As medidas previstas para 2022, em matéria de Solidariedade Social, valorizam os açorianos e estão direcionadas para corrigir os entraves ao desenvolvimento social. No caso da Vice-Presidência, será um ano de consolidação do trabalho realizado e da promoção de novas medidas dirigidas ao setor social solidário. Serão, para tal, alocados ao Plano cerca de 28 milhões de euros. Destacou, de seguida, algumas das ações que considera prioritárias:

- Apoio financeiro, na ordem dos 400.000 euros, às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Misericórdias para suportar gastos extra devido à Covid-19;

- Apoio às famílias, na ordem dos 7 milhões de euros, para pagar o complemento de abono de família (que aumentará 5% em relação ao ano de 2021), refeições escolares em períodos não letivos, entre outros;

- Combate à pobreza - nova avaliação do plano regional contra a pobreza, integrando o contributo, também, da educação e da qualificação profissional;

- Apoio ao estudo - "mais 400 mil euros" para bolsas de estudo destinadas às "famílias mais pobres" e 251 mil euros para a "criação de pontos de estudo" para apoiar "jovens provenientes de contextos sócio económicos desfavorecidos", apoio ao pagamento de propinas e prémio de mérito, isenção das mensalidades nas creches até ao 13.ºescalão;

- Requalificação e ampliação de creches;

- Formações a famílias abrangidas pelo Rendimento Social de Inserção, com uma verba de 300 mil euros;

- Incentivo à natalidade com um investimento de 1,2 milhões de euros;

- Programa Compamid, com 3 milhões de euros;

- Rede de cuidados continuados, com 750 mil euros;

- Projeto "Novos Idosos", com um investimento de 1.300.000 euros, assumindo-se como um projeto piloto que conta com verbas do Plano de Recuperação e Resiliência.

O Vice-Presidente deu, também, nota que se está a rever o Estatuto do Cuidador Informal, para que no ano de 2022 estes cuidadores já possam realizar o seu trabalho ao abrigo de novas normas. Tendo em conta este desígnio, foi feito um reforço substancial nesta rubrica. Também fez referência ao Complemento Especial para o Doente Oncológico, com uma verba de 850.000 euros. A par disso, ainda destacou o apoio às IPSS e Misericórdias através do programa "gerações em movimento", a atribuição de prémios às empresas que contratem pessoas portadoras de deficiência e outras medidas para tornar a sociedade mais inclusiva.

A terminar, partilhou que se pretende combater a nova forma de exclusão – a digital. Para tal, haverá uma aposta em projetos de inclusão digital.

Terminada a sua apresentação, foi aberto o período de esclarecimentos, tendo-se inscrito o deputado Pedro Neves (PAN) que questionou o Vice-Presidente acerca da Estratégia Regional de Combate à Pobreza, mais precisamente sobre a sua revisão, atualização e implementação. Perguntou, ainda, a razão de a Aerogare Civil das Lajes estar sob a tutela da Vice-Presidência.

Em resposta às questões colocadas, o Vice-Presidente do Governo dos Açores, Artur Lima, disse que o executivo de coligação PSD, CDS-PP, PPM, pretende concluir a revisitação da Estratégia Regional de Combate à Pobreza durante o primeiro trimestre de 2022.
"O plano é para ser revistado e vamos naturalmente aproveitar os fundos do Programa Operacional 2021-2027 para ver o que é que temos [disponível]. Conto já durante o próximo ano, talvez no primeiro trimestre - não quero estar a ser muito otimista - já termos o plano regional", declarou o governante. A atual estratégia contra a pobreza foi implementada pelo anterior executivo açoriano, do PS, e entrou em vigor em 2018, com o horizonte de uma década de funcionamento, mas é necessária uma reavaliação do mesmo.
Quanto à segunda questão, referiu que a Aerogare Civil das Lajes já estava na Vice-Presidência no passado e entenderam por bem que ela continuasse.

A deputada do PS Célia Pereira (PS) começou por, também, questionar o governante sobre o ponto de situação da reavaliação da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028 e as novas ações a implementar na Região como resultado dessa reavaliação. Questionou, ainda, se o valor de 11,9 milhões para a rubrica "igualdade de oportunidades, inclusão social e combate à pobreza" em 2022 é realista e exequível, uma vez que, segundo os

dados conhecidos sobre o primeiro semestre do corrente ano, a taxa de execução naquelas áreas é de 0%.

Na resposta, o Vice-Presidente assegurou que a taxa de execução até ao momento é de cerca de 60%.

O parlamentar do Chega, José Pacheco, pediu uma "fiscalização efetiva" para a "acabar" com os "falsos pobres" que recebem o rendimento social de inserção (RSI), tendo o Vice-Presidente destacado que já foram feitas inspeções e foram abertos concursos para a contratação de inspetores.

A deputada Alexandra Manes do BE lembrou que os Açores são a região mais pobre do país e que a maioria dos beneficiários do RSI são idosos e crianças, pedindo políticas para "acabar com o estigma em torno da pobreza". No que toca ao programa "idosos em casa", perguntou se há alguma previsão de quantas famílias irão aderir e se o pagamento a ser feito a quem cuidar dos idosos em casa pode ser a outra pessoa que não um membro da família.
O governante explicou que o programa "idosos em casa" é de enorme alcance e por tal estão a ser cuidadosos para garantir que, todos os que queiram e possam, fiquem com os seus idosos em casa. A ideia não é pagar uma pessoa para cuidar do idoso, mas sim dar as condições às famílias para que cuidem dos seus idosos, com a ajuda de uma equipa multidisciplinar.

O deputado do PSD Rui Espínola congratulou o Governo Regional pela atualização do valor padrão pago às IPSS e Misericórdias e pela criação do programa "novos idosos", que visa apoiar o estabelecimento dos idosos na sua residência, em detrimento da institucionalização. Perguntou, ainda, se se prevê uma tendência crescente do programa, porque há muitas famílias que querem manter os idosos em casa. Perguntou, também, se o Governo Regional equaciona um aumento de vagas nas Estruturas Residenciais para Idosos para aquelas famílias que não conseguem manter o idoso em casa.
Em resposta às questões colocadas, o governante explicou que tudo farão para ajudar os idosos e as famílias, quer fiquem em casa, quer tenham de ser institucionalizados, dando exemplos do aumento de vagas em diferentes lares da região.

Sobre esse programa, o deputado independente Carlos Furtado disse que não pretendia ver "imputadas responsabilidades às famílias por um valor menor do que aquele que é protocolado" com as IPSS. O deputado alertou também para a necessidade de criação de um mecanismo para

a integração de pessoas que beneficiam do RSI no mundo laboral, dada a enorme falta de mão de obra.

Em resposta às considerações tecidas, o Vice-Presidente explicou que o programa "idoso em casa" será feito em parceria com as IPSS e Misericórdias, que receberão apoio para a contratação de elementos para a equipa multidisciplinar. A família receberá todo o apoio necessário destas equipas sem ter de pagar qualquer valor. No que toca à última observação do deputado independente, é necessária uma conjugação de esforços - um programa articulado entre o Governo e as instituições empresariais que devem ter uma responsabilidade social.

De seguida, interveio a deputada Ana Luis (PS) que questionou o governante acerca de duas matérias relativas à ilha do Faial – em 2021 havia uma ação para o Centro de Convívio de Castelo Branco, que volta a surgir no Plano de 2022 com uma verba mais elevada (passando de 25.000 para 130.000 euros). Nesta sequência, perguntou o que foi feito com a verba anterior e o que se prevê executar no próximo ano. Perguntou, igualmente, o que tinha acontecido à ação 2.3.3. que constava no Plano de 2021, relacionada com a Santa Casa da Horta e com a APADIF, e que no Plano de 2022 surge uma ação 2.6.6. relacionada apenas com a Santa Casa da Horta.

O governante explicou que em 2021, e em relação ao Centro de Convívio de Castelo Branco, foi feito o projeto, sendo que no ano de 2022 se prevê executar a obra. Já em relação à Santa Casa da Horta, a ação mantém-se, mas passa para a ação 2.3.3 – Construção do Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial - Santa Casa da Misericórdia da Horta, uma construção no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

Ainda da bancada socialista, pediu a palavra a deputada Célia Pereira que perguntou quais as medidas que consubstanciarão o apoio à natalidade, inscritas na ação 2.2.14, com 1.200.000 euros, e se as mesmas terão uma discriminação positiva para as ilhas de menor densidade populacional. Questionou, também, a que se destina a dotação prevista para o apoio aos cuidadores informais.

O governante explicou que a verba alocada aos cuidadores informais servirá para dar uma compensação financeira aos mesmos pelo trabalho prestado. Já em relação aos incentivos à natalidade, serão decididas medidas abrangentes estudadas com especialistas e poder-se-á discriminar positivamente os locais com menos população.

A terminar, o deputado Rui Espínola (PSD) pediu esclarecimentos acerca da intervenção que será feita na Aerogare Civil das Lajes e o que está a ser feito para a angariação de novos fluxos

turísticos para aquela aerogare, tendo sido esclarecido que esta é matéria a ser discutida na Comissão de Política Geral.

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de **abstenção** com reserva para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer **favorável** quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer **favorável** quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do CH emitiu parecer de **abstenção** com reserva para plenário quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do IL emitiu parecer de **abstenção** com reserva para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do BE, sem direito a voto, emitiu parecer de **abstenção** com reserva para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou:

1) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, CH e do IL emitir por maioria **parecer favorável,** à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – "Plano Regional Anual para o ano de 2022";
2) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, CH e do IL emitir por maioria **parecer favorável,** à Proposta de Decreto

Legislativo Regional n.º 22 – "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022".

O presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia para seguimento do devido processo legislativo, dando assim cumprimento ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

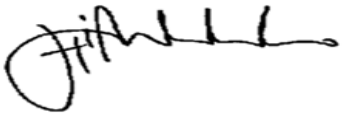
Ponta Delgada, 9 de novembro de 2021.

A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente



(J. Joaquim F. Machado)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 21/XII – "PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2022" E N.º 22/XII – "ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2022"

17 DE NOVEMBRO DE 2021

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 5 de novembro de 2021, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 21/XII – "Plano Regional Anual para o ano de 2022" e 22/XII – "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2022".

As supramencionadas propostas foram remetidas à Comissão Permanente de Economia, no dia 2 de novembro de 2021, com data limite para emissão de parecer até ao dia 17 de novembro de 2021.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, as matérias abaixo identificadas são da competência da Comissão Permanente de Economia.

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão Permanente de Economia a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022, nas seguintes matérias:

- Património próprio e autonomia patrimonial da Região;
- Planeamento e estatística;
- Finanças e sistema fiscal;
- Orçamento e contabilidade pública;
- Privatizações;
- Setor público empresarial regional;
- Competitividade e inovação empresarial;
- Transportes e comunicações;
- Agricultura e pecuária;
- Arrendamento rural;
- Florestas e produção florestal;
- Pescas e aquicultura;
- Turismo;
- Comércio e indústria;
- Artesanato;
- Defesa do consumidor e da concorrência;
- Desenvolvimento rural;
- Remuneração complementar dos trabalhadores da administração pública;
- Sistemas de incentivos;
- Parcerias público-privadas;
- *Marketing* e publicidade.

O parecer das propostas de decreto legislativo regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ações, que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.

APRECIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Com o Plano para 2022 inicia-se o segundo ciclo anual de programação do investimento público nos Açores, enquadrado nas Orientações de Médio Prazo 2021-2024. A programação anual contida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do governo durante o ano de 2022.

A análise da proposta do Plano Regional Anual e do Orçamento referente a 2022, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre as áreas da sua competência.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2022, referente aos objetivos e programas da área de competência desta Comissão Especializada Permanente:

ANÁLISE DA PROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2022

Quadro

Plano Regional Anual para o ano de 2022

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão Permanente de Economia)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
3 – Competitividade empresarial e Administração Pública			
3.1 – Competitividade Empresarial	104.436.232	104.436.232	
3.6 – Estatística	47.193	47.193	
3.7 – Planeamento e Finanças	8.010.000	8.010.000	
TOTAL	**112.493.425**	**112.493.425**	

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
6 – Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural			
6.1 – Investigação, Inovação, Capacitação e Competitividade	49.455.710	32.643.331	16.812.379
6.2 – Desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alterações climáticas **Nota:** as ações 6.2.2, 6.2.4, 6.2.5 e 6.2.16 foram alvo de análise por parte da CAPADS	40.240.741	12.163.872	28.076.869
6.3 – Infraestruturas públicas de apoio ao sector produtivo	23.116.025	16.022.742	7.093.283
TOTAL	**112.812.476**	**60.829.945**	**51.982.531**

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
7 – Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar			
7.1 – Controlo, Inspeção e Gestão	3.269.451	3.269.451	
7.2 – Infraestruturas de Apoio às Pescas	6.944.375	6.944.375	
7.3 – Frota e Recursos Humanos	2.064.060	2.064.060	
7.4 – Produtos da Pesca e da Aquicultura	1.679.325	1.679.325	
7.5 – Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020	19.771.440	3.637.440	16.134.000
7.8 – Escola do Mar	1.142.399	1.142.399	
TOTAL	**34.871.050**	**18.737.050**	**16.134.000**

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
10 – Transporte, Turismo e Energia			
10.5 – Promoção de Desenvolvimento Turístico	21.474.300	11.474.300	10.000.000
10.6 – Sustentabilidade do destino turístico	2.126.980	2.126.980	
10.7 – Qualificação do Destino	2.678.031	2.678.031	
10.8 – Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários	40.302.964	12.815.084	27.487.880
10.9 – Gestão dos Aeródromos Regionais	3.500.000	3.500.000	
10.10 – Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-ilhas	127.730.000	127.730.000	
10.11 – Dinamização dos Transportes	415.0000	415.0000	
10.12 – Coesão Territorial - Transportes	6.530.000	6.530.000	
10.13 – Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	37.511.895	37.511.895	
TOTAL	**246.004.170**	**208.516.290**	**37.487.880**

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
11 – Juventude, Emprego, Comércio e Indústria			
11.3 – Comércio e Indústria	4.936.000	4.936.000	
11.4 – Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	672.250	600.000	72.250
11.5 – Gestão e Promoção da Marca Açores	1.950.000	1.950.000	
11.6 – Apoio ao Consumidor	125.000	125.000	
11.7 -AJEmCIA – Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato **Nota:** este projeto também foi alvo de análise por parte da CAS relativamente à "Juventude"	160.000	160.000	
TOTAL	**7.843.250**	**7.771.000**	**72.250**

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
12 – Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações *			
12.1 – Construção de Estradas Regionais	30.164.000	30.164.000	
12.2 – Reabilitação de Estradas Reg.	5.946.224	5.946.224	
12.3 – Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos	1.974.750	1.974.750	
12.4 – Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER	513.109	513.109	
12.5 – Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	2.450.380	2.450.380	
12.6 – Execução do Plano de Recuperação e Resiliência	10.527.000	10.527.000	
12.7 – Sistemas de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	2.310.000	2.310.000	
12.8 – Sistemas de Informação e Infraestruturas de Suporte	5.373.843	5.373.843	
12.9 – Cibersegurança e Seg. da nformação	2.763.952	2.763.952	
12.10 – Redes Púb. e Tec. de Comunicação	822.324	822.324	
12.11 – Laboratório Regional de Engenharia Civil	1.029.922	1.029.922	
12.20 – SRADR – Infraestruturas públicas de apoio ao sector produtivo	1.276.725	1.276.725	
12.21 – SRMP – Gestão e Requalificação da Orla Costeira	2.265.400	2.265.400	
12.29 – SRTTE - Infraestruturas de apoio às empresas turísticas	345.000	345.000	
12.30 – SRJQPE - Infraestruturas de apoio à qualificação profissional	150.000	150.000	
12.31 – SRFPAP – Orç participativo	82.000	82.000	
TOTAL	**67.994.629**	**67.994.629**	

* Importa referir que o Programa 12 espelha, em ações especificas, as obras públicas das diferentes áreas governamentais, tendo as respetivas Comissões Especializadas analisado aquelas a que se inserem no âmbito das suas competências.

No dia 5 de novembro de 2021 a comissão procedeu às audições dos membros do Governo.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública iniciou a sua intervenção com a proposta de Orçamento e do Plano Regional para 2022 dizendo que esta apresenta uma dotação de 974 milhões de euros, correspondendo a 799 milhões de euros do plano e 174 milhões de euros de outros fundos.

Em comparação ao plano de 2021 esta proposta para 2022 representa um aumento da sua dotação global de 954 para 974 milhões de euros e na componente do plano, executada diretamente pelo Governo Regional, de 732 para 799 milhões de euros de forma a permitir a execução do novo ciclo de fundos comunitários.

Na perspetiva do Governante, existe um claro compromisso de investimento público nesta época pós pandemia, afetada ainda por grandes incertezas onde qualquer intenção de austeridade seria contraproducente.

Referiu que a economia está em fase de recuperação de uma das maiores provações económicas vividas até hoje, pelo que o Estado deve acompanhar o processo de relançamento económico neste sentido, por exemplo, com o reforço dos apoios diretos às empresas, com a dotação de cerca de 100 milhões de euros, parceiros sociais, com especial ênfase no setor da educação, nos investimentos de proteção da orla costeira e requalificação de infraestruturas portuárias, as políticas de incentivo à natalidade, em equipamentos para os corpos de

bombeiros, a segurança alimentar e promoção dos laticínios dos Açores e ainda na promoção das profissões tradicionais.

Assiste-se a uma redução de 50 milhões de euros nas dotações afetas ao processo de reestruturação da SATA, a par de um reforço de 60 milhões de euros aplicados na produção e armazenagem de energia limpa, com recurso a verbas do PRR, na transição de obras de 2021 para 2022, fruto dos constrangimentos atuais no setor da construção civil, e no reforço de cerca de 11 milhões de euros em áreas fundamentais identificadas pelos parceiros sociais, como a saúde e a educação.

"Propomos este plano com responsabilidade, otimizando o recurso às fontes de financiamento comunitário na implementação destas reformas estruturais tão essenciais à retoma e ao crescimento económico de forma a que a Região possa convergir com a União Europeia", referiu o Secretário Regional.

Na abordagem ao Orçamento da Região para 2022, referiu que este atinge um valor de cerca de 2 mil milhões de euros, dos quais 799 milhões de euros estão afetos ao Plano de Investimentos, conforme referido anteriormente.

Mencionou que volvidos pouco mais de seis meses desde a data e apresentação dos documentos idênticos referentes a 2021, a conjuntura macroeconómica alterou-se permitindo uma nova normalidade social e económica, sentida em particular do setor do turismo, com o êxito na Tarifa Açores, em conformidade com os mais recentes indicadores disponíveis.

Acrescentou que se assiste hoje a uma dinâmica de recuperação económica que decorre a um ritmo superior às projeções então efetuadas e que no próximo quadro os fundos comunitários representarão uma oportunidade sem precedentes para reformar a economia.

Lembrou, no entanto, que a posição financeira da Região, nos últimos anos, foi marcada por desequilíbrios estruturais e que a gestão orçamental adotada, especialmente no tocante à contenção de despesas fixas, consentiu a acumulação reiterada de défices orçamentais ao longo da última década e, inevitavelmente, levou ao recurso sucessivo a dívida pública, exacerbada neste último período pandémico.

Perante a ausência de recursos, urge, assim, encetar uma trajetória de consolidação orçamental, incrementando a capacidade de resiliência da economia regional, norteada por princípios orçamentais basilares, como seja, a estabilidade orçamental, a sustentabilidade das finanças públicas, para não deixar como legado sob a forma de dívida pública para as gerações futuras.

Referiu que a presente proposta de orçamento para 2022, ao apresentar um saldo global efetivo negativo de 165,6 milhões de euros, reduz as necessidades de financiamento face a 2021 em 57,1 milhões de euros e com estratégia da sua evolução gradual tendo como objetivo a inversão do ciclo de crescimento anual da dívida pública registada nas últimas décadas.

As principais fontes de financiamento do Orçamento Regional, ao nível das receitas efetivas, continuam a ser constituídas pelas receitas próprias, com 53%, as transferências do Orçamento de Estado, com 23,1%, e as transferências da União Europeia, com 23,8%.

No âmbito das receitas próprias, assumem especial relevo as receitas fiscais, as quais, apesar da redução fiscal já concretizada pelo Governo Regional, regista um incremento face às previsões efetuadas e face à proposta apresentada ao Conselho Económico e Social dos Açores e aos Conselhos de Ilha.

O Governo Regional procedeu a uma revisão das necessidades de endividamento as quais passam dos 295 milhões de euros para 170 milhões de euros, destinadas fundamentalmente a

garantir a plena execução de projetos financiados por fundos europeus, para fazer face aos efeitos diretos e indiretos provocados pela pandemia Covid-19.

Ao nível da despesa pública, a presente proposta de orçamento dá continuidade ao esforço de contenção das despesas de funcionamento, as quais traduzem um decréscimo de 4,4%, face ao valor orçamentado para o corrente ano. Ao nível das despesas com pessoal está previsto um incremento de 0,6% para o ano de 2022, em linha com as estimativas de execução do corrente ano, muito distantes da taxa de crescimento registado entre 2019 e 2020 que foi de 7%, dez vezes mais.

A presente proposta é, no entender do Governo Regional, um instrumento adequado ao reforço da capacitação dos sectores da educação, saúde e social, simultaneamente a alavancagem da retoma económica na Região Autónoma dos Açores.

O Deputado Carlos Silva começou por dizer que não é aceitável que documentos desta importância tenham sido apresentados e disponibilizados aos Deputados apenas no dia 2 para ser discutido praticamente com um dia de intervalo nesta Assembleia.

Acrescentou que, segundo o Secretário, entre a anteproposta e a proposta há aparentemente uma redução das necessidades de endividamento da Região para os 295 milhões de euros e o que se vê é a retirada dos 130 milhões de euros para a SATA e 75 milhões de euros para a saúde e o que temos é um aumento de 90 milhões de euros, segundo as suas palavras, de endividamento líquido para 170 milhões de euros e não aquilo que tem sido vendido na comunicação social, que é uma redução do endividamento que, na prática, quase que duplica.

Quis também saber o enquadramento legal de algumas verbas estão inscritas como endividamento, nomeadamente no âmbito do Covid-19 que é referido que esse endividamento está previsto, ou melhor, estava previsto na Lei do Orçamento de Estado que acabou por não

ser aprovada, mas o Governo mantém na proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores essa justificação para o endividamento com necessidades Covid-19, mas a verdade é que a lei de enquadramento orçamental refere que o endividamento Covid-19 era uma medida temporária e portanto ela não é prorrogável, de certa forma, para o ano de 2022.

Relativamente à apresentação das receitas e despesas elencadas, o Secretário referiu aqui que, em relação aos gastos com pessoal, ao contrário daquilo que tem sido apregoado na comunicação social e até aqui neste Parlamento, há um aumento da despesa com os gastos com pessoal e não a poupança que todos falavam de 500 mil de euros.

O Deputado acrescentou que há praticamente um aumento dos gastos com pessoal da administração direta em cerca de 700 mil euros, e não conforme tem vindo a ser prometido.

Relativamente às receitas que, na ótica do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, estão claramente empoladas e, em alguns casos, consideradas receitas fictícias porque não tem enquadramento legal, nomeadamente o saldo da gerência anterior que tem inscrito um valor de 76 milhões de euros, pressupondo que tenha sido aprovada a conta de gerência para que ela passe a constar na conta de gerência do ano de 2021, que ainda não foi aprovada porque o ano ainda não terminou, perguntando com inscreve 76 milhões de euros de receita que supostamente não tem enquadramento legal e que não poderiam estar neste orçamento porque o ano de 2021 não está encerrado e não foi feita a prestação das contas.

No documento está prevista uma transferência de 35 milhões de euros destinada aos apoios financeiros em resultado os danos e prejuízos causados pelo furacão Lorenzo, mas segundo o despacho publicado pelo gabinete do primeiro-ministro não se está a falar de transferências, mas de fundos comunitários que são alocados ao furacão Lorenzo.

Referiu, ainda, que no boletim de execução orçamental de setembro de 2021 a receita executada referente a fundos comunitários ronda os 49 milhões de euros, mas que se esse valor for extrapolado até final do ano podemos estar a falar de uma verba a rondar os 63 milhões de euros estranhando a inscrição de 335 milhões de euros lembrando que se comparar com o orçamento de 2021 esta verba já representa praticamente o dobro do valor inscrito, perguntando o que tinha acontecido nos últimos dias para que a capacidade de execução da Região tenha passado de 49 milhões de euros até setembro de 2021 para 335 milhões de euros em 2022.

Relativamente ao IVA, estranhou que o Orçamento não reflita o impacto da redução do diferencial fiscal que entrou em vigor no segundo semestre de 2021 que irá abranger abranger a totalidade do ano de 2022, que seria expectável um acerto a rondar os 20 milhões de euros e não o que está no documento, que é exatamente o contrário.

Segundo o Deputado, seria também expectável que as receitas com o IRS pudessem sofrer uma redução, por que foi aprovada uma redução fiscal para as famílias para vigorar em 2022 ou então não haverá impacto financeiro ao nível do diferencial fiscal.

Também se verifica que há um aumento da receita fiscal com o ISP, passa de 58,5 para 62,3 milhões de euros, com a agravante que entre a anteproposta e a proposta houve um anúncio que ia haver uma redução de 4 cêntimos do ISP. Pergunta como é que passa de um valor mais baixo para um valor mais alto se se prometeu reduzir os impostos sobre os combustíveis.

Queixou-se, ainda, pelo facto do relatório de execução do plano deste trimestre ainda não ter sido publicado, facto que, segundo o Deputado, também limita a ação de fiscalização e contradiz aquilo que este Governo diz ser sobre a centralidade do Parlamento mas, no final de

contas, são sonegadas informações pertinentes para uma análise do Plano de Investimento para 2022, que é sempre importante comparar com a execução.

O Secretário Regional disse que na sequência da queda do Governo da República pela não aprovação do Orçamento de Estado e para poder ter o tempo necessário para acolher as alterações, dentro do prazo legal, que seria o dia 2 de novembro, é completamente aceitável, referindo que não é aceitável também, nem simpático é a criar a ideia de que o Governo não cumpriu o prazo, quando efetivamente cumpriu.

Relativamente à redução das necessidades de endividamento, esclareceu que, de facto, apresentaram, inicialmente, necessidades de endividamento de 295 milhões de euros, mas depois de conhecido que o Orçamento de Estado não veio a ser aprovado, e isso é bastante importante, na sua perspetiva, a proposta de endividamento que teve a composição de 90 milhões de euros para cofinanciamento de projetos comunitários e mantém 80 milhões de euros para o possível financiamento para a SATA e, também neste âmbito, um apoio no âmbito do Covid-19, porque a situação da SATA entretanto agravou-se muito durante o ano de 2020 e parte de 2021.

Essa redução fez-se, portanto, com base no conhecimento do próprio texto do Orçamento de Estado que tirou eficácia ao apoio de 130 milhões de euros para a SATA. O seu próprio texto dizia que se deduzia as importâncias devolvidas e, portanto, acabaria por não ser 130 milhões de euros.

Relativamente à saúde, afirmou que o pagamento da dívida está dependente de uma autorização específica das finanças e o ministro João Leão, apesar de ter demorado 6 meses a tomar a decisão, quanto a tomou só aceitou fazer pagamento de dívida da saúde 75 milhões de euros, recordando que ficaram 150 milhões do XII governo por pagar. Relativamente aos 25

milhões em factoring, considerou que só essa dívida é que era dívida financeira e que não aumentava a dívida e agora, na versão que apresentou e que não foi aprovada, retirou o factoring e, portanto, considera que a eficácia de pôr lá 75 milhões para a saúde passou a ser zero e, portanto, não vale a pena está a empolar o endividamento.

Quanto ao enquadramento legal, afirmou que relativamente às verbas com gastos de pessoal, o que se disse é que a estrutura a nova estrutura governamental não introduzia aumentos de despesa e, pelo contrário, introduzia poupança calculada entre os 400 e os 500 mil euros, não invalidando que haja movimentos, referindo, a título de exemplo, que as despesas com pessoal até agosto só tinham crescido 0,2% e a projeção era de 0,7%, recordando que era dez vezes menos do que o aumento em 2020.

Disse ainda que se prevê uma redução das despesas de funcionamento de 4%. Refutou a acusação de receitas fictícias, afirmando que era exatamente o contrário.

Referindo-se ao Governo da República, disse que este também, pelos vistos, ficou com alguns compromissos por cumprir, exemplificando a verbas do furacão Lorenzo, cuja expectativa é, de acordo com as execuções já feitas, que no próximo ano possa haver as transferências de 30 e tal milhões de euros.

Esclareceu que o Governo não vai executar 36,5%, média dos últimos 4 anos, mas praticamente a totalidade, havendo já uma previsão superior a 150 milhões de euros e para o próximo ano, que se prevê 336 milhões de euros.

O Diretor Regional referiu que o saldo orçamental, tecnicamente não pode chamar-se saldo de gerência, mas saldo orçamental, acrescentou que é uma prática que já ocorre em orçamentos de Estado e da Madeira há muitos anos, enquanto aqui nos Açores só aconteceu a partir do ano passado, sendo uma previsão, achando, no entanto, que iriam atingir este valor.

Relativamente às receitas fiscais, disse que o raciocínio para apurar as receitas fiscais também tem em conta, naturalmente, as previsões que costumam estar em linha com o Orçamento do Estado e o fator da evolução da receita fiscal.

O Deputado Carlos Silva disse que o Secretário Regional fala numa composição dos 170 milhões de euros em dívida e mantém 90 milhões para projetos cofinanciados por fundos comunitários e que na apresentação de proposta apresenta-nos 80 milhões de euros referentes à Covid-19, confirmando que esses 80 milhões de euros na anteproposta supostamente não existiam porque só se falava em 130 milhões de euros para a SATA e 75 milhões de euros para a saúde, concluindo que ao fazer a comparação há um aumento e não a redução do endividamento.

Relativamente aos 80 milhões de euros do endividamento Convid-19, o entendimento do Deputado é que não há enquadramento legal, porque a norma do Orçamento de Estado, reprovado, como se sabe, não prevê prorrogação de uma medida que supostamente era temporária e que vigoraria apenas em 2021.

Confirmou que achava que as projeções constantes no orçamento são demasiado otimistas, por não terem em conta o impacto do diferencial fiscal e o efeito da promessa de redução de impostos para as famílias e para as empresas.

Depois lembrou que o Governante não tinha abordado a questão do ISP e havia uma diferença entre a anteproposta e a proposta e entre essas 2 fases houve também uma promessa de redução de imposto sobre os combustíveis que também não foi explicado.

Realçou que o período complementar tem sido uma recomendação do Tribunal de Contas e depois deu nota que o “saldo de gerência anterior” estava no documento com 76 milhões de euros e não “saldo orçamental”.

O Secretário Regional das Finanças, referindo-se ao enquadramento do endividamento, disse que depois teria todo o gosto em fornecer explicações. Acrescentou que tinham inscrito 170 milhões de euros e que fariam a gestão deste endividamento.

Relativamente aos combustíveis afirmou que iriam ser sempre observados, ao longo do ano, acrescentando que quando a base cresce, a cobrança aumenta.

"Vamos ter que acompanhar aqui, fazer uma gestão prudente e também compatível com a população e com aquilo que é possível fazer numa matéria tão complicada", referiu o Governante.

O Deputado Pedro Neves, relativamente à interpretação feita pelo Membro do Governo sobre a entrega dos documentos em análise no último dia do mês, afirmou que não concordava, tendo pedido uma interpretação jurídica, mas que a única jurisprudência existente é de um governo anterior que fazia o mesmo e da mesma forma.

Referiu que se não havia uma centralidade da Assembleia na altura, continua a não haver neste momento.

Queixou-se pelo facto de nunca ter recebido a anteproposta quando quase todas as pessoas receberam. Afirmou que só tinha recebido a proposta na terça-feira ao meio-dia e que tinha feito madrugadas para estar aqui neste preciso momento a analisar os documentos.

A segunda questão que colocou era relativamente à parte dos fundos que iam para a EDA, mas que agora vão para o Governo Regional, perguntando, se uma parte ia para a EDA queria saber para quem ia a outra parte.

A terceira pergunta, sobre o artigo 17º do Orçamento, que diz que o Governo Regional fica autorizado a contrair empréstimo no valor de 463 milhões de euros, 303 milhões dos quais tem a ver com o financiamento da UE. Explicou que, para recebermos esses fundos da UE, é precisar haver uma certa execução, questionou que "se para fazermos uma estrada de um quilómetro, andamos cinco metros, paramos, mandamos a fatura, recebemos o reembolso, e continuamos mais metros..." e se assim for, e tendo em conta que no Plano há 170 milhões de euros para refinanciamento, neste caso você a dívida é reduzida, quer saber se seria necessário fazer uma alteração ao documento.

Relativamente ao passivo, e percebendo que vai haver um aumento da divida, questionou se não será um grande erro que, para receber da EU, a Região terá de se endividar para se consegui receber pelo menos uma fatia.

O Secretário Regional, sobre o prazo, avançou que a leitura jurídica que fazia é que terminou num fim de semana, apesar da intenção de entregar na sexta-feira, caso o Orçamento de Estado tivesse sido aprovado, mas como tal não tinha acontecido pediram ao Presidente da Assembleia, que também aguardava que o Governo cumprisse o prazo de sexta-feira, esses dias porque precisaram, não se tratando de menos consideração ou perda de centralidade, tratando-se do cumprimento de um prazo legal.

Sobre o saldo de gerência, referiu tratar-se de uma recomendação que veio a ser acatada e que está em curso, portanto a explicação foi dada é meramente técnica não havendo aqui nenhuma decisão política, portanto ficou com a explicação que o Diretor Regional prestou.

Relativamente à questão da EDA disse que esta empresa era executora do PRR na parte que diz respeito à transição energética. Explicou que havia 11 componentes do PRR, que são públicas, e dentro dos executores, que são vários, podem estar e autarquias e pode estar a Direção

Regional de Energia, esclarecendo que a entidade contratante com a Estrutura de Missão é a Direção Regional de Energia.

Relativamente ao refinanciamento da dívida, disse que o Governo foi ao mercado a juros mais baixos, explicando que no ano passado foram 240 milhões de euros de refinanciamento.

Explicou ainda que não teve qualquer sentido dizer-se que o Governo se estava a endividar em 485 milhões de euros porque depois acabaram por fazer a operação por 435 milhões de euros, não usando os 50 milhões de euros, já que não foram autorizados pelo Ministério das Finanças para pagar as dívidas da saúde.

"Fizemos uma operação de 435 milhões de euros, mas das quais 240 eram refinanciamento, portanto é apenas pagar uma dívida já existente que tem juros mais altos e reduzirmos os juros e este ano vamos fazer na mesma coisa relativamente às verbas do PRR", referiu o Governante.

Ainda relativamente às verbas do PRR, disse que elas entravam de uma forma diferente, não sendo consideradas como financiamento, enquanto que as verbas dos planos operacionais são um cofinanciamento. Deu o exemplo da Região entrar com 15% do seu orçamento e 85% vêm da União Europeia como reembolso de despesas já efetuadas, mas no caso do PRR funciona com marcos e metas, confirmando que já entraram 13% (75 milhões de euros) que está na execução de fundos comunitários deste ano.

O Deputado Pedro Neves disse que não lhe interessava saber se era saldo de gerência ou se é legal ou não, não se sentindo com competência técnica para isso, mas em termos de execução, acrescentou que o Governo, tendo previsto um saldo de gerência de 76 milhões de euros isso não seria uma limitação a todos os Secretários Regionais para que não executem.

Perguntou também se a Região já não tinha que ter inserido capital dos 50 milhões de euros no Banco de Fomento, como foi combinado com o Ministro da Economia, questionando, ainda, se este governo mudar e não for mesmo Ministro da Economia o que é que acontecerá.

Relativamente à questão do saldo, o Secretário disse que tinha sempre um efeito neutro no ano em curso e, portanto, nem é um problema técnico da Direção Regional do Orçamento e Tesouro e não afeta os serviços que podem fazer as suas execuções.

Quanto à questão do Banco de Fomento, explicou que, de facto, esse assunto tem sido alvo de alguma mudança e controvérsia, mas, entretanto, foi constituído como um banco nacional, para todo o território nacional, sem necessidade de entradas específicas de capital.

O Deputado António Lima, relativamente às receitas, disse que entre a anteproposta e a proposta de orçamento há uma diferença, relativamente aos fundos comunitários, de 47 milhões de euros. De 288,2 milhões passamos para 335,65 milhões. Na desagregação que fez, referiu 50 milhões do PRR, 100 milhões do PO2020, 70 milhões do PO2030, outros fundos 10 milhões, e do PRR a questão da transição energética, ora, o que está no Plano relativamente a esta matéria, são 40 milhões de euros. Isto tudo somado dá 170 milhões, sendo bastante distante dos 335 que estão previstos no orçamento. Perguntou que dissesse onde está aqui a diferença.

Relativamente à energia, suscitou-lhe uma dúvida, porque relativamente a esses 40 milhões, o cronograma financeiro do PRR para a transição energética de 2022 apenas prevê 10 milhões, pedindo um esclarecimento adicional.

As receitas próprias, entre a anteproposta e a proposta, crescem num total de 60 milhões, ou seja, num prazo de um mês o Governo previu um aumento substancial das receitas previstas, por isso gostaria de perceber o que se passou no prazo de um mês que levasse ao aumento

daquela magnitude, o que, segundo lhe parece, é mais uma forma de tentar agradar ao parceiro de coligação, arranjando receitas para cobrir as outras receitas relativamente ao endividamento que desapareceram.

Nas despesas relativas às operações com dívida publica, dos juros da dívida, temos 39,1 milhões, na anteproposta e na proposta, sendo que há uma diferença substancial de um recurso ao endividamento, quer perceber como é que se explica a manutenção deste valor.

Ainda sobre o endividamento, sendo que dos 463 milhões de euros previstos, 303 são para operações de refinanciamento, sobrando então 170 milhões de euros. Percebeu, da intervenção do Secretário Regional, que parte seria para comparticipação da Região em projetos financiados por fundos comunitários, mas, na sessão de hoje, referiu que, desses 170, seriam apenas 90 milhões de euros, ora, assumindo uma taxa de comparticipação de 15%, sabe-se que não é assim porque o PRR não cumpre as mesmas regras, teríamos que ter mais de 600 milhões de euros de fundos comunitários em 2022.

Depois ouvimos da parte do Governante que para alem dos 90 milhões de euros, desses 170, sobram 80 milhões que era referido que seriam para efeitos da Covid-19. Depois referiu que os 80 milhões seriam para a SATA, perguntando se, então, esses 80 milhões são para efeitos da Covid-19 ou para recapitalização da SATA.

O Deputado levantou outra duvida. Supostamente, os 130 milhões de euros de autorização de endividamento que estavam previstos na anteproposta e no Orçamento de Estado, deixaram de estar também porque, como referiu o Governante, está-se a aguardar a conclusão da aprovação do Plano de Reestruturação da SATA, perguntando, então, se não era necessário o endividamento para recapitalização da SATA há uns dias, então por que agora já são necessários os 80 milhões de euros.

"Não deixo de assinalar que 80 milhões de euros era o valor que estava previsto na proposta de orçamento retificativo, que o Governo aprovou e retirou aqui há dias, no Plenário de outubro. O que se exige é saber onde vão ser aplicados esses 170 milhões de endividamento líquido?", questionou o Deputado.

Percebemos que a recapitalização da SATA já não está fora deste orçamento, e a pergunta que faz é se o Governo, por pressão política de parceiros da coligação, vai deixar cair a empresa ou se irá apresentar um orçamento suplementar no ano de 2022.

Perguntou o que se passou para, no prazo de um mês, se alterar os pressupostos deste orçamento, relativamente em endividamento e a receitas próprias.

O Secretário Regional disse, que de facto, havia diferença entre a anteproposta e a proposta nas receitas próprias.

Explicou que havia mais concessões com fundos da União Europeia relativamente a obras transitadas devido ao facto de muitos concursos de obras terem ficado desertos e daí os atrasos, nomeadamente pelo facto da construção civil ter perdido ativos e isso tem-se revelado crítico para a execução.

Disse ainda que nos 46 milhões de euros, 35 milhões são da execução e, portanto, não tem que estar no plano, depois também havia aqui uma melhoria da receita fiscal de 12 milhões de euros e, portanto, é nesse ambiente que se fez este aumento, garantindo que as contas estão certas.

Relativamente à questão da dívida, que é a questão no fundo, o Secretário Regional disse não poder acompanhar o raciocínio do Deputado, mas explicou, nomeadamente que tinha dado nota em declarações nesta semana, do que se passou entre a anteproposta e a proposta.

Referiu três ordens de razões, uma o chumbo do Orçamento do Estado, a segunda ordem de razão teve a ver com a terceira reunião tida com a Direção Geral da Concorrência, relativamente à SATA, e a terceira, que é muito importante, teve a ver com os pareceres dos parceiros sociais e dos Conselhos de Ilha.

As restrições relativamente aos 75 milhões de euros para o pagar o stock de dívida da saúde foi colocada de parte para já, mas a dívida não desaparece, podendo ser paga mais lentamente, mas é preciso encontrar uma solução.

Relativamente à SATA, informou que o Presidente do Governo, com a Administração da empresa, fará a apresentação da performance da SATA neste segundo semestre, que, no seu entendimento, correu bastante melhor.

Referiu que este processo em si está a sofrer os seus atrasos, porque quem marca o ritmo é a Direção Geral da Concorrência que tem os dossiers da SATA e da TAP, deixando a dúvida se isso vai acontecer ainda este ano ou não.

A título de exemplo, o Governante afirmou que entrada de substituição dos empréstimos de emergência por uma entrada de valor relativamente significativo de cerca de 82 milhões de euros na SATA, não foi concretizada porque estão à espera da decisão escrita da Direção Geral da Concorrência.

Referiu que podemos vir a ter para o próximo ano, dentro do mesmo âmbito, apoios de emergência Covid-19, portanto para compensar o intervalo de tempo em que a companhia esteve a sofrer os efeitos provenientes da pandemia, daí, apesar de não ter o seu plano de reestruturação aprovado, o Governo, dentro disto, manteve prudentemente os apoios Covid-19 no valor de 80 milhões de euros.

Referiu também os 90 milhões de euros para comparticipação de fundos comunitários e de 80 milhões de euros para situações de emergência.

O Deputado António Lima, sobre a questão do orçamento de Estado, disse que foi o Secretário que referiu à Comunicação Social que o do Orçamento de Estado não teria um impacto significativo. É estranho que agora se venha dizer que os motivos para se alterar a anteproposta para a proposta que aqui temos, seja uma das condicionantes para isso seja o Orçamento de Estado. Ou seja, há dias não tinha influência e, dias depois, afinal já tem. É uma falta de credibilidade e não conseguimos acreditar na palavra do Governo.

"Nunca vi contrair divida preventivamente. Aquilo que pergunto é se o senhor vai ou não apresentar uma proposta de orçamento suplementar para recapitalizar a SATA? Porque estes 80 milhões de euros de apoio Covid-19 preventivo causa-me, no mínimo, muita estranheza, porque está o governo a pedir uma autorização de endividamento que nem sabe se vai precisar", referiu o Deputado.

Outra questão que ficou por responder é sobre o pagamento de 265 milhões de euros do Governo anterior, perguntou como vai pagá-la se só tem 170 milhões de euros e, aliás, como disse, 90 milhões de euros são para cofinanciamento, 80 milhões de euros preventivamente para a SATA, pediu para o Governante explicar essas contas.

O Secretário Regional, em resposta, afirmou que, relativamente a questão do efeito do Orçamento de Estado, na questão das transferências do Estado, na questão da execução dos fundos comunitários colocou, na altura, uma reserva tal como nas matérias relativas ao PRR, mas reafirma que elas estão definitivamente esclarecidas, tudo se confirmando que não existe problemas de maior, mas como deixou de haver um Orçamento de Estado e, como tal, o orçamento em vigor é o de 2021 aplicado em 2022 até à aprovação de um novo orçamento.

Reconhece que em 2022 se farão depois os acertos necessários, referindo que, portanto, os 75 milhões de euros desaparecem exatamente pela redação do artigo na proposta de orçamento que não foi aprovada. Os 75 milhões de euros estavam na verdade condicionados a zero, porquanto precisavam do despacho, já tendo explicado essa situação.

Relativamente à questão da SATA, disse ter o dever de sigilo relativamente às reuniões que se verificam mas na verdade houve várias coisas que se passaram, não querendo antecipar a apresentação que vai ser feita sobre a SATA esta semana, dizendo que, entre outras coisas, foi possível, de facto, vislumbrar uma melhoria dos resultados e desenvolvimento do plano que terá outras componentes que não são só as entradas de capital, sendo possível reestruturar de uma forma menos dura para as contas regionais, confirmando que ainda se está em negociação.

Explicou que quando se inscreve as dívidas elas podem não se executar. Deu o exemplo do ano passado, onde se inscreveu 245 milhões de euros e só foram executados os 195, não tendo isso nada de especial.

O Deputado António Vasco Viveiros começou com um ponto prévio que já foi abordado por vários partidos e que tem a ver com o prazo de entrega. Referiu que em 2015 se tinha passado exatamente uma situação idêntica porquanto o dia 31 de outubro foi a um sábado, dia 1 domingo e, portanto, o documento foi entregue no dia 2.

Subscreveu o que disse o Deputado Pedro Neves, sugerindo que em sede de alteração de Regimento desta da Assembleia, alguma coisa deve ser feita no sentido de ser disponibilizado a anteproposta a todos os deputados e não apenas aos conselhos de ilha e também os prazos entre a entrega da anteproposta e a entrega da proposta do orçamento e do plano e depois o agendamento das reuniões desta Comissão para que haja tempo para análise dos documentos.

Esclareceu que, relativamente ao saldo orçamental, o período complementar de despesas, o que está dito nos pareceres do Tribunal de Contas e o que é prática nacional é que o período execução na despesa seria só a primeira semana de janeiro, conforme explicado. O que acontece é que a receita cobrada em janeiro e que tem a ver com os impostos gerados em dezembro, é contabilizada com data de dezembro, concluindo que o que o Governo fez é exatamente aquilo que o Tribunal de Contas recomendou, primeiro ao Governo e depois à Assembleia.

Relativamente ainda à origem dos fundos comunitários, pediu que o Governante explicasse qual a previsão dos valores resultantes do próximo quadro comunitário, do PRR e parte do PO 2020 que ainda está contabilizado.

O Deputado referiu que as previsões feitas têm exatamente em conta aquilo que é o diferencial fiscal, quer do IVA e do IRC que entraram em vigor ainda em 2021, o IVA relativamente à taxa normal a partir de um de julho, o IRC como a matéria tributável de 2020 e relativamente ao IRS a partir de janeiro, pedindo ao Secretário Regional que esclarecesse exatamente quais as previsões, tendo em conta o diferencial fiscal que já vigorou em 2021 e aquele que será em 2022.

Por fim, quis saber qual a evolução de pagamento a fornecedores na área da saúde.

O Governante afirmou que o prazo de pagamento a fornecedores tem vindo sempre a baixar e atinge, neste momento, 5 dias no Governo Regional no terceiro trimestre de 2021. Os Serviços e Fundos Autónomos são 80 dias, onde se inclui as unidades de saúde de ilha, os hospitais são 292 dias e o global da Região Autónoma são 133 dias.

O Diretor Regional do Orçamento, para esclarecer a questão da receita fiscal, designadamente a do IVA e o IRC, disse que toda ela foi estimada para 2022 já tendo em conta a redução fiscal

que foi feita na Região Autónoma, portanto no cálculo da portaria que estabelece aplicação do IVA já atualizado com base na redução fiscal que foi feita.

Disse ainda que, do seu ponto de vista, esta está elaborada ligeiramente por defeito, estando convencido que no final de 2022 a receita fiscal prevista será superior à prevista.

Referiu ainda que a execução das despesas de funcionamento da administração pública regional vai estar dentro das dotações.

O Deputado Carlos Silva disse, em relação ao IVA, que sem a aprovação do Orçamento de Estado a portaria que servia para aumentar a receita do IVA em 7,6% não se aplica, havendo esse desequilíbrio entre aquilo que está inscrito e as previsões que são feitas.

Referiu que no seu entender devia ter sido tida em conta na previsão da receita com o IVA e isso pode significar um acerto na ordem dos 20 milhões de euro.

Acrescentou, ainda, que o Diretor Regional assumiu, e que foi corroborado pelo Secretário Regional, que pelo menos 75 milhões de euros ficarão por executar do plano e que ficará naturalmente para os anos seguintes e que estão lá apenas para fazer de conta, pedindo que, se assim for, onde é que vão para cortar, acrescentando que esta forma de atuar retira credibilidade aos documentos e motivam grande preocupação.

Perguntou ainda qual o valor da dívida pública no final de 2021 e qual a previsão para o final de 2022, em valor bruto e em percentagem relativamente ao PIB.

O Deputado Carlos Furtado começou a sua participação dizendo que o Governante mostrou como rumo para a sua gestão na causa pública uma redução a gradual dos orçamentos desde

2021, perguntou se as receitas estão mais otimistas e se havia necessidade de aumento da dívida, uma vez que as receitas efetivamente melhoraram.

O Deputado António Lima, voltou à questão dos 90 milhões de euros, que refere que são para comparticipação de projetos financiados por fundos comunitários e fez a pergunta relativamente a este valor de outra forma: "se 90 milhões de euros são para comparticipação de projetos pagos por fundos comunitários, qual é o valor desses projetos".

Relativamente ao PRR, a questão da verba que diz respeito à transição energética e que refere que são também investimentos que já estão em curso e que são investimentos da EDA, perguntou quais eram, em concreto, esses investimentos.

"Gostaria de saber qual é o valor total desses projetos pagos em 2022 e quando é que eles tiveram lugar? Ou seja, serão pagos em 2022, como é referido? Gostaria de saber quais são, em concreto, os investimentos da EDA que são pagos com esta verba do PRR e qual é o seu valor global?", concluiu o Deputado.

O Secretário Regional disse que as orientações de médio prazo foram feitas logo com a apresentação no primeiro orçamento e, nessa altura, ainda não era conhecido mecanismo completo relativo ao novo quadro comunitário, havendo o objetivo de tomar em consideração, hoje em dia, a necessidade de concretizar os investimentos que estão previstos quer no PRR e no PO2020 que ainda está em vigor, para melhorar a economia dos Açores.

Relativamente à questão dos 80 milhões de euros, referiu que estavam impedidos de introduzir verbas novas na SATA sem ter o plano restruturação.

Relativamente à questão da dívida em função do PIB, esse valor, deduzido o impacto Covid-19 e projetos cofinanciados, era 44,2% em 2020, passou a 46,4% em 2021, mas baixa para 43,8%,

esclarecendo que tem que ser sempre menor que 50% para a Região ter a capacidade de contrair dívida para cofinanciar projetos. Portanto a dívida bruta da Região que era 2.405 milhões de euros, passando, para efeitos dos défices excessivos, para 2.600 milhões de euros em 2021, será de 2.770 milhões de euros em 2022.

Em termos absolutos a dívida é, face ao PIB, de 56,5% em 2020, 58,1% em 2021 e mantém-se em 58,1% em 2022, devido ao crescimento previsível do produto interno bruto.

Relativamente à questão levantada pelo Deputado António Lima respeitante aos 90 milhões de euros, disse não ser possível calcular o que vai para cada projeto e ver a sua comparticipação comunitária porque os fundos têm várias origens e os projetos separados e com várias taxas de comparticipação.

A questão do PRR em curso, a sua elegibilidade vem de trás, havendo, portanto, já projetos que no global podem atingir 130 e tal milhões de euros, mas só uma parte é da EDA, como é público, mas não vinha preparado elencar projetos de 11 áreas que estão no PRR, acrescentando que o Secretário Regional da área poderá prestar os esclarecimentos necessários.

A Deputada Catarina Cabeceiras, relativamente ao endividamento e ao valor dos 170 milhões de euros, perguntou se há alguma obrigatoriedade por parte do Governo para realizar e concretizar efetivamente este endividamento.

Relativamente à desagregação do endividamento dos 170 milhões de euros, dos quais 90 milhões seriam para a comparticipação com fundos comunitários, perguntou se era possível a concretização desses projetos e desse apoio comunitário sem recorrer a este endividamento.

O Governante disse que sobre esta matéria dos 75 milhões de euros ficava pela explicação dada, não há nada para cortar, porque o que está no plano é para executar até ao máximo e ter taxas

de execução melhores que o XII Governo e seus anteriores. O seu objetivo será sempre superar as execuções.

Relativamente à Deputada Catarina Cabeceiras sobre a dívida dos 170 milhões de euros afirmou que será executado em função da sua necessidade.

Explicou que quando não há necessidade, como no ano em curso que se verificou que uma previsão de execução que era os 75 milhões de euros para pagamentos atrasados na saúde porque, conforme já explicou, não se pode concretizar, não se executou 50 milhões de euros da dívida que estava autorizada.

O Deputado Carlos Silva, sobre a dívida, pediu a explicação das diferenças entre o rácio da divida em 2021, indicado pelo Secretário, de 46,3% para o valor total apurado de 58%, solicitando a indicação do valor dos empréstimos referentes à Covid-19 e dos projetos cofinanciados, excluídos dos limites referidos.

O Diretor Regional referiu que a dívida que é excluída nos termos legais são as das unidades de financiamento autónomos, reduzindo esses montantes, o valor desce ligeiramente para 1.961 porque não entra apenas a dívida financeira.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL:

O Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural apresentou o Programa 6 do plano no que respeita à agricultura e desenvolvimento rural, começando por dizer que o plano para 2022 prevê continuar a ter uma agricultura inovadora, competitiva, inclusiva, sustentável, de responsabilidade, que seja uma agricultura a preços justos com o mercado também justo, contribuindo para a nossa independência alimentar, quer humana, quer animal, ou seja, na melhoria da auto sustentabilidade alimentar e portanto uma agricultura que vá ao encontro a

esses objetivos para assim criar riqueza, criar emprego, fixar pessoas, combater o envelhecimento e combater o despovoamento das ilhas.

O plano de investimentos para a agricultura e desenvolvimento rural prevê um investimento público de cerca de 113 milhões de euros para 2022, sendo que 60,8 milhões de euros correspondem a fundos investidos diretamente pela Região Autónoma dos Açores e 52 milhões de euros de fundos comunitários.

O projeto investigação, inovação, capacitação e competitividade com o montante de 49,5 milhões de euros, 32,6 da responsabilidade regional e os restantes 16,8 correspondendo a outros fundos, o projeto de desenvolvimento sustentável e biodiversidade e alterações climáticas, no valor de 40,2 milhões de euros sendo 12,1 da responsabilidade regional e 28 de fundos comunitários e um projeto infraestruturas públicas de apoio ao setor produtivo, com um investimento público de 23,1 milhões de euros sendo 16 do capítulo 50.

Referiu, também, a ação conjunta entre a Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural e a Secretaria das Obras Públicas que desencadeará empreitadas de caminhos florestais, num investimento previsto para 2022 na ordem de 1,3 milhões de euros.

Os principais investimentos para 2022 previstos na fileira da carne, no valor de 11,1 milhões de euros, em caminhos, abastecimento de água e eletrificação no valor de 12,8 milhões de euros.

Referiu que vão continuar a manter as ajudas do POSEI, sem qualquer rateio, no valor de 13 milhões de euros.

Disse ainda que vão manter o pagamento dos apoios à perda de rendimentos e à manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas, no caso dos Açores, através do Prorural sem rateios no valor de 22,1 milhões de euros de fundos comunitários e a correspondente

componente regional de 3,9 milhões de euros para fazerem uma totalidade de 26,1 milhões de euros.

O Deputado Paulo Gomes, relativamente à sustentabilidade económica e ambiental, à autossuficiência alimentar e à criação de riqueza, perguntou se o Governo iria proceder a cortes nos apoios aos agricultores, se está previsto alguma mudança para o futuro na filosofia da atribuição de apoios às produções locais, se o governo vai manter junto da Comissão Europeia as reivindicações para aumentar a verba adstrita a este programa e, por fim, se estão previstos apoios a novas culturas, como um café e outras.

O Secretário Regional começou por dizer que as questões eram pertinentes e atuais, mas também questões de futuro que tem a ver com o nosso planeamento ao nível da agricultura, que não é possível sem este programa de apoio às regiões ultraperiféricas.

Explicou que Portugal tem que ter aqui um capital de queixa e reivindicativo muito maior do que Espanha e a França.

Relativamente à primeira questão, que já está respondida, reafirmou que não existirão cortes, relembrando que no passado estes apoios receberam cortes na ordem dos 30, dos 40 e até dos 50%.

Acrescentou que, neste sentido, quer garantir a estabilização, por um lado, dos rendimentos mantendo aquilo que se anuncia a 100%, por outro lado, relativamente à filosofia da produção está desadequada, porque não pode ser uma filosofia numérica, não pode ser uma filosofia de quantidade, mas tem que ser uma filosofia intrínseca, nutricional dos próprios alimentos ou seja, na prática, em vez de ser mais uma vaca é a carcaça da vaca ou a qualidade do leite esta é a filosofia que estão a estudar juntamente com o parceiro Federação agrícola dos Açores. Espera que no próximo período de candidaturas em 2023 esta filosofia esteja em autuação,

porque é uma mudança de paradigma relativamente aos nossos alimentos, aos nossos agroalimentos.

O Governo está convencido que, por esta via, os produtores Açorianos conseguem ter mais rendimento e se têm mais rendimento melhora a economia, afirmando que um quilo de carne, de leite ou de hortícolas produzido nos Açores têm um efeito multiplicativo, não só na economia, mas um efeito social, ambiental e também turístico.

Relativamente às reivindicações, disse que aquilo que foi conseguido não o satisfaz. Como é sabido, era para ter existido um corte de 3,9% nas verbas do POSEI e que isso corresponde a 3 milhões de euros para os Açores e foi conseguida a manutenção, mas "nós não estamos satisfeitos com a maneira, com a manutenção, desde logo o défice do POSEI na Região, são esses 13 milhões de euros, ou seja, para satisfazer todas as produções locais precisamos de 13 milhões de euros", referiu.

Acrescentou que se isto é um programa de equidade, de coesão, é preciso que não se perca a raiz do artigo 300º e 349º do POSEI e, como tal, julga que a União Europeia está a falhar com as suas regiões ultraperiféricas, esperando que o próximo Governo de Portugal e no próximo Orçamento de Estado exista a solidariedade nacional para compensar parte deste investimento que é feito nos agroalimentos locais.

Disse ainda que tinha sido aprovado um plano diferenciador para as regiões, tendo em conta aspetos de dimensão populacional, de juventude, características de produção, objetivos para a exportação, fixação de pessoas, de combate ao despovoamento e, portanto, este nos Açores não é preciso criar um nenhum plano porque ele já existe.

Acrescentou que é necessário aumentar a dotação orçamental deste programa, porque têm ideias para aplicar essas mesmas verbas a outras produções, incluindo o café, porque é uma

produção que está também a surgir nos Açores, mas todas as outras culturas da diversificação, quer seja de investigação vegetal, quer seja de diversificação animal, obviamente que terão que ter uma atenção de apoio por parte do POSEI, reconhecendo que este se tem desenvolvido no âmbito também das agriculturas biológicas, da pecuária biológica, no âmbito da horticultura, fruticultura e floricultura biológica e ainda no âmbito das raças autóctones.

O Deputado Carlos Silva começou por dizer que mais do que discutir verba A, B ou C, a verdade é que há redução do plano em quase 8 milhões de euros, mas não é isso que merece a sua atenção hoje, mas sim a análise dos documentos e, para além daquilo que tem sido o desempenho do Governo, o que o preocupa é a ausência de uma estratégia e de uma capacidade de resolução dos problemas que enfrentam os agricultores.

Referiu que este Governo está em funções há praticamente um ano e neste período o que se constata é que os agricultores estão em pior situação do que estavam anteriormente e essa é a sua preocupação.

Disse, ainda, que na audição do Secretário Regional das Finanças foi, de certa forma, referido que os documentos que estão aqui em apreciação preveem, na prática, uma receita na ordem dos 75 milhões de euros que não vai ser executada.

O Deputado considera que, assim sendo, deve-se colocar a pergunta à Secretaria da Agricultura quanto é que vão cortar no plano de investimento para compensar esse corte 75 milhões de euros.

O Secretário Regional afirmou que não pretende cortar em nada, acrescentando que este era um plano verdadeiro e realista explicando que não era como os planos anteriores que surgiam com montantes elevados e a execução era muito baixa, dando alguns exemplos.

Acrescentou que era um plano que é necessário para, também, dar resposta a uma emergência depois de uma crise pandémica, vaticinando que vai seguir-se uma crise económica muito difícil para o ano de 2022, com os as matérias-primas todas a subirem, ampliando a inflação.

Referiu ainda que, a partir de dezembro, vão perceber a dimensão da crise ilha por ilha, aliás, até concelho por concelho, porque, como se sabe, as situações são variáveis porque não há explorações iguais nos Açores.

O Secretário Regional referiu que no plano existe uma ação que é agroruralidade que pretende conhecer as potencialidades e as deficiências, incluindo o sistema de transportes.

O Deputado Carlos Siva fez questão de dizer que concordava com Secretário Regional porque não fazia sentido inscrever no orçamento receitas astronómicas e fictícias e foi exatamente isso que tinha dito e como tal este documento não tinha credibilidade por isso mesmo.

A Deputada Catarina Cabeceiras começou por afirmar que, relativamente àquilo que foi a intervenção do deputado Carlos Silva e as referências que fez à audição anterior, que não podia fazer as suas interpretações porque não foi aquilo que tinha sido dito na audição.

Referiu que também não concorda com a afirmação de que os agricultores estão piores, na medida em que há um esforço, e isso é reconhecido próprios agricultores, para que não existam rateios e, relativamente à estratégia, disse que Governo Regional tem apresentado soluções que têm incidido quer setores do leite e da carne, mas também na diversificação agrícola.

Lembrou que, na anterior legislatura, o CDS tinha apresentado um projeto de resolução que visava exatamente um apoio à produção e à comercialização do inhame e do café na ilha de São Jorge, por exemplo, porque sempre consideraram muito importante aumentar-se essa produção em termos mais autossustentáveis.

Perguntou, relativamente ao setor leiteiro, que, segundo a Deputada, passa uma situação difícil, qual a estratégia para o setor, porque é, sem dúvida, algo que preocupa a todos.

O Secretário Regional disse que o sucesso da agricultura depende do setor leiteiro e uma grande parte do setor da fileira da carne depende do setor leiteiro, havendo uma dependência base deste setor e, portanto, não há um setor menor.

"Nós, contrariamente, àquilo que se passa a nível nacional, consideramos que a nossa vocação no âmbito da bovinocultura de leite é para continuar, por isso nós não desistimos de produzir este bem alimentar que é dos melhores bens alimentares desta qualidade que se produz no mundo", referiu o Governante.

Referiu ainda que custo para produzir 1 litro de leite está a aumentar muito rapidamente e, neste sentido, considera que é preciso atuar a vários níveis, a um nível político e também ao nível produtivo havendo necessidade de reconversão cuja vontade já ocorre algumas ilhas, como é o caso da Graciosa em que os produtores têm vontade de reconverter a sua produção convencional numa produção de leite de pastagem ao leite biológico.

Relativamente à produção deste tipo de leite mais natural, adiantou que tem sido desenvolvido na Região um conjunto de 23 ações de formação e de sensibilização em todas as ilhas, que contou com a participação de mais de 600 pessoas.

Referiu, ainda, que a Região tem mais de 40 anos de melhoramento genético e que não ia deitá-los borda fora.

"Temos muito conhecimento, os nossos produtores têm muito conhecimento, temos ganhos porque ganhamos prémios a níveis nacionais e europeus, o queijo de São Jorge DOP conquista

prémios em todo o mundo e, portanto, quer o leite quer os produtos lácteos são produtos de qualidade, temos qualificações", mencionou.

O Deputado Marco Costa começou por dizer que o Governo não pode ser acusado de falta de estratégia, mas que para ter essa estratégia o Governo Regional tem todo o direito, numa fase inicial, de ter o diagnóstico e considera que foi isso que que teve a acontecer durante o último ano.

Perguntou o que é que encontrou em termos de capacidade operacional nas infraestruturas para agricultura e que análise fez da cadeia, do setor cooperativo e das explorações.

Perguntou, ainda, o que achava relativamente ao que foi publicado ainda há poucos dias pelo IAMA em relação àquilo que são os números reais das explorações, a importação de alimentos pela Região e aquilo que não que conseguimos produzir e o valor que acrescentamos.

Deixou, ainda, a nota que é impossível falar-se em falta de estratégia, quando ainda na última semana os agricultores desta Região sentiram na tesouraria das suas explorações o que é receber apoios sem cortes.

Relativamente às reformas antecipadas, sabe que neste quadro comunitário não eram elegíveis ou não existia legislação que compatibilizasse as candidaturas com fundos da PAC, lembrando que esta Assembleia chegou a debater a essa iniciativa e que já existe um DLR que foi aprovado na legislatura anterior. Pediu ao Secretário para esclarecer.

O Secretário Regional, relativamente à reforma antecipada, esclareceu que foi uma iniciativa do CDS/PP aprovada nesta casa e o Governo cumpriu.

Disse que existem 22 processos que estão a terminar a análise, mas como o anterior executivo se esqueceu de pedir à Comissão Europeia autorização para a existência dessas reformas antecipadas, que, como é sabido foram excluídas por indicação do Tribunal da União Europeia que não achou sensato esse tipo de reforma, faz este o Governo andar há 5 meses num braço de ferro com a Comissão Europeia para que autorize porque essas reformas são consideradas auxílios de Estado.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS:

O Secretário Regional do Mar e Pescas começou por dizer que a globalidade dos investimentos propostos pelo departamento que dirige para 2022 contempla uma dotação orçamental 48,3 milhões de euros, dos quais 32,2 estão afetos ao plano e 16,2 com origem em outros fundos. Referiu que, em relação ao 2021, tal significa um acréscimo de cerca de 75 mil. As propostas de investimento repartem-se pelo mar e pescas, com 38,4 milhões de euros e 9,9 milhões de euros nas obras públicas e comunicações, decorrentes da orgânica.

Em relação ao ano transato, no programa 7 verifica-se uma redução de cerca de 3,8 milhões de euros. Baixam as verbas do plano, mas sobem os outros fundos.

Importa relevar algumas prioridades que serão assumidas em 2022 ao nível das infraestruturas. Para a pesca destaca-se a obra de requalificação do entreposto da Madalena do Pico, orçada em 7,5 milhões de euros, bem como a construção do núcleo de pescas do Porto das Poças, na ilha das Flores, com uma dotação de 1,8 milhões de euros.

Outro aspeto que importa relevar para o próximo ano, refere-se a uma dotação de quase 3,6 milhões de euros para o regime de apoio e assistência técnica no mar 2020, verbas provenientes

do orçamento regional, para fazer face aos compromissos assumidos em relação a projetos aprovados, particularmente na área da transformação de pescado.

Atendendo a alguns números que foram tornados públicos sobre o decréscimo de investimento nas pescas, em particular para o próximo ano e considerando o que atrás foi dito, o Secretário Regional esclareceu que o controlo, inspeção e gestão regista um decréscimo de 442 mil euros, num projeto que contempla 8 ações, sendo que o corte mais significativo prende-se com o cluster do mar, uma vez que em 2021 existia uma verba mais avultada para aquisição dos prédios onde será instalada o Tecnopolo Martec, enquanto que em 2022 os valores alocados são para o lançamento de concursos públicos internacionais quer para o Tecnopolo, quer para o novo navio de investigação sendo que a grande fatia orçamental para os investimentos acontecerá nos anos de 2023 e 2024.

O Governante disse ainda que se verifica, assim, que este governo não constrói a casa pelo telhado, nem programa um investimento destas dimensões e desta natureza nas costas de ninguém.

Acrescentou que o Governo já deu provas, recentemente, ao defender intransigentemente o interesse comum, não estando ao serviço de clientelas, antes no rumo da prossecução deste investimento com uma calendarização que está a ser cumprida.

“Há também um reforço de verbas na rubrica da comunicação e ações coletivas, nomeadamente para a realização da Semana das Pescas, um compromisso assumido pelo Governo que não foi possível arrancar em 2020, devido à situação pandémica”, referiu.

Informou que no próximo mês terá lugar a primeira edição do “Show Mar”, uma feira das pescas dos Açores, certame que pretendem manter em paralelo com a Semana das Pescas.

Relativamente às infraestruturas de apoio às pescas, a redução global de 3 milhões de euros tem a ver com a conclusão da empreitada do porto do Topo, faltando ainda o assinalamento marítimo e obras complementares não acauteladas no projeto, nomeadamente água, luz e a nova grua.

Relativamente ao núcleo de pescas da Madalena, afirmou que pretendem, em 2022, avançar com um novo cais, para dar resposta às pretensões do setor.

Está incluída neste projeto o contrato de programa com a LOTAÇOR que tem vindo a recuperar, prevendo-se a retoma total das receitas provenientes da aplicação de taxas.

Esclareceu que no referido contrato de programa, ainda no âmbito da LOTAÇOR, existe um conjunto de intervenções a realizar em portos e infraestruturas em terra.

Há mais 2 milhões de euros na frota e nos recursos humanos, justificado pelo aparecimento no plano de regime excecional de apoio no âmbito da pandemia e também pela recuperação da antiga casa dos pescadores, cujos concursos públicos já por 2 vezes ficaram desertos.

Nos produtos da pesca e da aquicultura, a opção mais significativa prende-se com as verbas que eram canalizadas para o contrato programa com a LOTAÇOR por compromissos assumidos com a conserveira de Santa Catarina.

A apresentação do Membro do Governo não suscitou pedidos de esclarecimento.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA

O Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia, começou por referir que a condição da região ultraperiférica associados à dispersão do arquipélago levam a uma total dependência do transporte aéreo para o caso de passageiros e do transporte marítimo para o caso de mercadorias.

Efetivamente o transporte aéreo continua a ser o único modo de transporte que garante com maior celeridade, a mobilidade da população residente e não só entre as ilhas e entre estas e o continente.

Por sua vez, o transporte marítimo tem um papel crucial no desenvolvimento económico e surge na medida em que é fundamental quer para as importações quer para as exportações de mercadorias.

A dispersão geográfica dá origem a uma fragmentação do mercado regional, dos recursos, do tecido produtivo, das instituições e das redes de infraestrutura e a tudo isto acresce que o nível populacional das ilhas inviabiliza o acesso a economia de escala, obrigando a elevados níveis de investimento numa multiplicidade de infraestruturas ou seja os 10 ou 13 portos comerciais e a 9 infraestruturas aéreas, a tudo isto acresce a necessidade de assegurar serviços mínimos e de tarifas, se necessário por Obrigações de Serviço Público, para que haja vida económica em todas as parcelas.

Referiu que não há margem para dúvidas que as questões de mobilidade e acessibilidade são críticas para a competitividade e fundamentais para a coesão territorial e neste contexto continua a ser uma das grandes prioridades do Governo prosseguir uma política de financiamento público das infraestruturas e das práticas tarifárias que tem acontecido no

interesse das populações possibilitando a produção sustentável e o funcionamento eficaz do sistema de transportes.

"No Plano para 2022, está previsto o financiamento na ordem dos 182 milhões de euros para os transportes e acessibilidades, sendo 123 milhões de euros para o setor aéreo e 59 milhões para o setor marítimo", referiu.

O Secretário Regional disse ainda que o ano de 2021 tem sido de uma exigência fora do comum, mas o Governo está convicto que terá sido o ano do início de uma retoma significativa depois da paragem de 2020.

Do enorme esforço de recuperação de 2021, o Governo olha para 2022 como uma oportunidade para os Açores se aproximarem definitivamente do rumo de crescimento e desenvolvimento turístico sustentável.

A grande prioridade tem sido o apoio às empresas e promoção da atividade, da atratividade turística da região como destino seguro e daí a confiança capaz de responder às exigências dos tempos às novas necessidades do mercado atual.

Segundo o Governante, vão manter a linha de atuação de recuperar também fluxos de mercados emissores estrangeiros e continuar a investir em programas de apoio à economia do setor, pelas repercussões que teve na recuperação da atividade turística.

Considera importante dispersar grupos turísticos por todas as ilhas e ao longo de todo o ano, sendo que, no último verão, ficou demonstrado que isso é possível com uma boa articulação da política de transportes com a política de turismo.

A apresentação do Membro do Governo não suscitou pedidos de esclarecimento.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO:

O Secretário Regional iniciou a sua intervenção dando nota de que existem 3 áreas, na sua pasta, que tem enquadramento na Comissão de Economia, nomeadamente do Comércio e Indústria, do Artesanato e da Marca Açores.

Referiu que, no Comércio e Indústria, há um aumento para 4 milhões e 936 mil euros, um aumento de cerca de 45% que se justifica pelo fato do programa de apoio à hotelaria e restauração, quer seja o apoio no âmbito do Competir+, que tem tido muito boa execução, em 2021, razão pela qual o Governo antevê que seja necessário haver um reforço significativo para 2022.

Em relação, quer seja à Marca Açores ou o Centro de Artesanato, os valores são sensivelmente idênticos aos do ano passado, há uma diminuição de 100 mil euros no caso da Marca Açores e uma diminuição no caso do Artesanato de 732 para 672 mil euros.

Segundo o Governante, esse facto tem a ver com a execução deste ano, caso da Marca Açores, porque há despesas que vão ser irrepetíveis, quer dizer que o Concurso Público Internacional que tem estado a preparar para o *Rebranding* vai ser lançado em poucos dias e há aqui todo um trabalho preparatório do custo desta fase que será irrepetível porque se planeia aqui uma reforma com uma visão temporal de alguns anos.

Em relação ao Comércio e Indústria, a execução deste ano revela que a área da exportação e a área do apoio à restauração e hotelaria, as execuções têm sido sempre boas, de forma que os empresários e a economia Açoriana têm vindo a resistir, por um lado, aos problemas da pandemia, por outro lado também, nomeadamente no âmbito das exportações, têm revelado uma força bastante grande no que diz respeito à exportação.

Em relação ao artesanato, deu nota também que o Governo vai fazer, ainda este ano, formação que vai percorrer todos os concelhos da Região, e é sua intenção fazer uma alteração para o

ano, no âmbito do SIDARTE, de modo a incluir as despesas de alojamento naquilo que são os apoios aos artesãos, acrescentando que vão desenvolver o catálogo digital, uma espécie de Marketplace digital, para o artesanato do e design dos Açores.

Em relação à Marca Açores, afirmou que o Governo está a poucos dias de lançar o concurso público internacional. No próximo ano as ações que faremos já serão alinhadas com o *Rebranding* que estão a preparar e a trabalhar já há algum tempo e quer também, como já referiu, alavancar a qualidade dos produtos Açorianos e a sua colocação no mercado, através de plataformas logísticas e digitais, que neste momento estão também a negociar e preparar para que esteja pronta ao longo de 2022.

Referindo-se à Marca Açores disse que esta foi uma excelente ideia dos Governos anteriores, mas está no momento em que precisa de ser revisitada e repensada.

Referiu que houve aqui também um efeito, em termos das referências, pois existem mais de 4 mil referências da Marca Açores, sendo preciso repensar estas referências porque boa parte delas foram registadas no seguimento do programa de apoio à hotelaria e restauração e, portanto, há muitos empresários que aproveitaram, naturalmente, o apoio do programa de apoio da Hotelaria e Restauração.

Acrescentou que no *Rebranding*, eventualmente, colocarão a Marca Açores mais como Premium e vai ter que, naturalmente, analisar para que as pessoas não percam a oportunidade de poderem ter apoios no programa de apoio à restauração e hotelaria, mas também para que não se perca a possibilidade de valorizar a Marca Açores, em termos globais, ao intrínseco e singular dos nossos produtos.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES:

O Plano Regional Anual para o ano de 2022 prevê uma dotação na ordem dos 126 milhões de euros, no Programa «Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações».

As ações referentes às Obras Públicas e Transportes Terrestres totalizam cerca de 113,4 milhões, sendo que para a execução do Plano de Recuperação e Resiliência prevê-se uma dotação de 10,5 milhões de euros, a aplicar nos circuitos logísticos das Ilhas de S. Miguel, Terceira, São Jorge, Santa Maria, Graciosa, Pico e Faial.

Em matéria de Transportes Terrestres, para além das ações de reabilitação e beneficiação de diversas estradas regionais, com um investimento global de cerca de 6 milhões de euros, está ainda previsto um investimento de 2,3 milhões de euros no Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária.

Quanto ao Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária, destacam-se as seguintes ações:

- Consolidação do transporte público coletivo de passageiros como serviço acessível a todos os cidadãos, mediante:

- Prestação de serviços em período de fim de semana nas diferentes ilhas da Região, em complemento do serviço em dias úteis, e serviço noturno na Ilha de S. Miguel;
- Acompanhamento dos serviços resultantes dos novos contratos de serviço público referentes às ilhas de Santa Maria e Flores, com implementação de novos horários, carreiras e itinerários, e informação ao público;
- Manutenção da política de passes sociais (Passe 30 Dias, Passe 3.ª Idade Pensionista e Reformado e o Passe Desempregado);
- Elaboração de estudo conducente à Implementação de um novo sistema de bilhética desmaterializada, com análise e revisão dos tarifários, horários e itinerários;
- Introdução de um sistema integrado de gestão de informação ao público.

- Promoção de campanhas de segurança rodoviária visando combater as causas da sinistralidade rodoviária, mantendo os Açores como um destino seguro também a este nível.

- Implementação do sistema SIGA – Sistema Informático de Gestão de Autos de Contraordenação Rodoviária.

Com referência às Comunicações, está previsto um investimento total na ordem dos 9 milhões de euros, dos quais 5,3 milhões em Sistemas de Informação e Infraestruturas de Suporte, 2,7 milhões em Cibersegurança e Segurança da Informação e aproximadamente 800 mil euros em Redes Públicas e Tecnologias de Comunicação.

No âmbito do projeto de Sistemas de Informação e Infraestruturas de Suporte estão previstas seguintes ações:

- O Desenvolvimento dos Sistemas de Informação, que consiste num conjunto de ações de investimento focadas na integração, eficiência e desempenho dos sistemas de informação em exploração no GRA, na gestão do licenciamento de software e na sua eficiência, na implementação de políticas de gestão e do desenvolvimento de software e na gestão e exploração das infraestruturas de computação e de armazenamento de dados;

- A melhoria dos Sistemas Informáticos engloba as ações de melhoria da infraestrutura de suporte da rede informática do Governo Regional dos Açores e dos equipamentos terminais que a constituem;

- A Azores Cloud: já na sua fase final de implementação esta ação de modernização assenta na centralização dos sistemas de computação e de armazenamento de dados do GRA, com incremento de segurança, de redundância e da sua resiliência, através da implementação de uma infraestrutura tecnológica de dois Datacenters em geografias distintas da Região Autónoma dos Açores;

- As redes de Dados e de Comunicações: trata-se de um investimento que visa a otimização e exploração da rede de comunicações de voz, dados e Internet, a melhoria das condições das redes de dados e a gestão das comunicações móveis do Governo Regional dos Açores.

No projeto Cibersegurança e Segurança da Informação prevêem-se três ações:

- A Infraestrutura de Segurança Informática e da Informação: com a aquisição e implementação de soluções e de infraestruturas de segurança, a implementação de políticas de segurança no âmbito do perímetro da rede e da informação do Governo Regional dos Açores;

- A Cibersegurança: ação de desenvolvimento de ações de sensibilização, divulgação e formação no âmbito da cibersegurança, no contexto da Administração Pública Regional, setor empresarial da Região Autónoma dos Açores, e restante população em geral.

- Implementação do Azores_Ciber360.º , no âmbito do PRR, que visa dotar a região de um Security Operations Center (SOC), transversal ao GRA para proteção, análise, prevenção e reação a incidentes de segurança informática.

No projeto Redes Públicas e Tecnologias de Comunicação, são consideradas duas ações:

- As Infraestruturas de acesso à Internet público: ação que visa o incremento da cobertura da rede pública de acesso à Internet gratuito na Região Autónoma dos Açores designada pro W_Azores (wireless Azores);

- A Monitorização do setor das telecomunicações e dos serviços postais, que visa o acompanhamento da atividade dos operadores económicos do setor das comunicações, da sua oferta tecnológica e comercial nos Açores. O acompanhamento da atividade e iniciativas do Regulador e Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM) e o acompanhamento do processo de substituição da rede Continente-Açores-Madeira (CAM), de cabos submarinos de fibra ótica que asseguram, de forma redundante, a comunicação dos Açores com o resto do mundo.

Relativamente às Parcerias Público Privadas, está prevista uma dotação de cerca de 30 milhões de euros, para fazer face ao pagamento de rendas relativas ao contrato de concessão rodoviária

em regime SCUT na Ilha de S. Miguel. A SROPC continuará a garantir o cumprimento do contrato pelo concessionário, nos domínios técnico rodoviário e de controlo de portagens virtuais.

A apresentação da Secretária Regional não suscitou pedidos de esclarecimento.

APRECIAÇÃO DO ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2022

A proposta de Orçamento para 2022, analisada nesta Comissão, contempla, como está definido no artigo 4.º da Lei 79/98, de 24 de novembro, no que concerne ao princípio do equilíbrio orçamental, o que quer dizer que as receitas efetivas cobrem a totalidade das despesas efetivas, e foi elaborado no âmbito do disposto no Estatuto Político e da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, contendo as disposições que lhe são aplicáveis, de acordo com o previsto no Orçamento de Estado para o ano de 2021.

A proposta de Orçamento para 2022, apresentada pelo Governo Regional dos Açores a esta Assembleia Legislativa, prevê um valor, em termos consolidados, de 2.089,6 milhões de euros.

Quanto à Receita:

Em termos consolidados, a receita total prevista no orçamento para 2022, atinge o valor global de 2.089,63.

As receitas efetivas podem atingir o valor de 1.519,6 milhões de euros.

A receita total está desagregada em três agrupamentos – receitas correntes (1.033,2 milhões de euros) , receitas de capital (976,1 milhões de euros), das quais os ativos financeiros (1,9 milhões de euros) e os passivos financeiros (491,4 milhões de euros), e outras receitas (80,3 milhões de euros), onde se inclui o saldo anterior (76,7 milhões de euros).

As receitas próprias estão estimadas em 824,5 milhões de euros. As receitas fiscais atingem uma previsão orçamental de 705,4 milhões de euros. Este valor teve por base a estimativa

provisória do ano de 2021, acrescidas das taxas de variação que têm como referência as constantes no Orçamento de Estado para 2021.

Os impostos indiretos atingem uma previsão orçamental de 469,6 milhões de euros. Destes impostos, importa referir o IVA com uma estimativa de 309,0 milhões de euros, o ISP onde é estimado atingir os 62,3 milhões de euros, o IT onde é estimado atingir os 50,9 milhões de euros e o IS onde é estimado atingir os 27,3 milhões de euros.

Dos impostos diretos, cuja previsão global é de 235,8 milhões de euros. Merece especial destaque, com um valor estimado respetivamente, IRS com 189,8 milhões de euros, e o IRC com 46,0 milhões de euros.

Para as outras receitas próprias o orçamento prevê um valor de 42,4 milhões de euros, constituídas por um grande conjunto de naturezas de receitas.

As transferências do orçamento do Estado estão previstas em 326,3 milhões de euros, representando assim 23,1 % da receita efetiva.

As transferências da União Europeia, que em 2022 ascendem a um valor previsto global de 335,7 milhões de euros, no âmbito de cofinanciamentos de projetos de investimento diretamente executados pelo Governo dos Açores, o que representa 23,8 % do valor da receita efetiva.

As necessidades de financiamento líquido atingem os 170,0 milhões de euros.

Quanto à Despesa:

O valor consolidado global da despesa estimada, excluindo passivos financeiros e dotação provisional, para o ano de 2022, atinge os 2.089,6 milhões de euros.

As despesas correntes ascendem a 1.198,5 milhões de euros, dos quais 42,3 milhões de euros são juros e outros encargos.

Para as despesas com as aquisições de bens e serviços está prevista uma dotação global de 14,0 milhões de euros.

As despesas de capital têm uma dotação de 891,1 milhões de euros, dos quais 80,1 milhões de euros são ativos financeiros e 324,3 milhões de euros passivos financeiros.

Esta proposta de orçamento gera um saldo efetivo de -165,6 milhões de euros e um saldo primário de -123,3 milhões de euros.

Classificação Orgânica:

A classificação orgânica apresenta a despesa pública desagregada pelos respetivos serviços e organismos, em razão das competências que lhes estão atribuídas para a execução da mesma, estando a mesma espelhada, e de forma detalhada, nos mapas que fazem parte integrante do orçamento da Região para 2022.

Importa ainda referir que as áreas com maior afetação de recursos são a saúde e desporto, com 26,5%, seguida da educação, com 16,9%.

Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos:

O orçamento consolidado para os Fundos e Serviços Autónomos (FSA) ascende a 515,0 milhões de euros.

Dívida Pública Regional:

A dívida pública regional direta, no final de 2020, era de 2.180,7 milhões de euros.

Avales:

Relativamente aos avales, em 31/12/2020, a responsabilidade da RAA era de 365,7 milhões de euros.

Setor Público Empresarial:

O SPER detém um total de participa nas seguintes entidades empresariais:

Empresas com participação direta:

- HDES
- HSEIT
- HH
- SATA Air Açores
- Atlanticoline
- Portos dos Açores
- LOTAÇOR
- Ilhas de Valor
- Sinaga
- EDA
- Azorina
- Teatro Micaelense
- IROA

Empresas com participação indireta:

- SATA Internacional
- SATA Express
- Azores Express
- Naval Canal
- OPERPDL
- OPERTERCEIRA
- OPERTRI

- Santa Catarina
- Pousada da Juventude Santo Cristo
- Globaleda
- EDA Renováveis
- Segma
- NOS Açores
- Fábrica de Cervejas Melo Abreu

Empresas Não Societárias:

- AAFTH - 50%
- OTA - 55,56%
- Nonagon - 70%
- Ass. GEOAÇORES - 78,95%
- Associação RAEGE Açores - 85,71%
- CERCA
- ADFMA - 53,85%
- CALL - Centro Açoriano Leite e Laticínios

SÍNTESE DA POSIÇÃO DOS DEPUTADOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de abstenção com reserva de posição para o Plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PPM, sem direito a voto, não emitiu parecer, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do CH, sem direito a voto, não emitiu parecer quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do IL, sem direito a voto, não emitiu parecer quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do PAN, sem direito a voto, não emitiu parecer quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O **Deputado Independente** emitiu parecer de abstenção com reserva de posição para o Plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Permanente de Economia deliberou:

1) Com os votos a favor do PSD e do CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do Deputado Independente emitir, por maioria, **parecer favorável** à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – "Plano Anual Regional para 2022";
2) Com os votos a favor do PSD e do CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do Deputado Independente emitir, por maioria, **parecer favorável** à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII – "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2022".

Angra do Heroísmo, 17 de novembro de 2021

O Relator

José Ávila

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

Sérgio Ávila

MUNICÍPIO DO CORVO
CONSELHO DE ILHA

Exmº Senhor
Presidente da Comissão de Economia
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
assuntosparlamentares@alra.pt

Ofício nº 04/2021 08/11/2021

Assunto: PEDIDO DE PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 21XII – PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2022

Respondendo à V. refª S/3197/2021-10-29 solicitando que este Conselho de ilha dê parecer à Proposta de Decreto Legislativo Regional mencionada em epígrafe, até ao dia 17 de novembro de 2021, cumpre-me informar V. Exª que não me é possível convocar o CI para reunir e emitir parecer oficial dentro do prazo indicado, tendo em conta que na sequência das eleições autárquicas do passado dia 27/9, o Presidente da assembleia municipal solicitou às diversas entidades a indicação dos seus representantes para integrarem o CI (artigos 5º, 6º, 7º, 7º-A do DLR nº 11/2015/A, de 14 de Abril) e algumas dessas entidades ainda não responderam, uma vez que o prazo para resposta termina no dia 24 do corrente mês.

Acresce ainda dizer que os membros a indicar pela assembleia municipal (artigo 4º do já citado diploma) serão eleitos na sessão ordinária do mês de dezembro. Só depois de conhecidos todos os nomes dos elementos é que será realizada a reunião de instalação e eleita a respectiva Mesa, nos termos do artigo 9º do citado diploma.

Ainda assim – e sem vinculação de uma apreciação fundamentada e "oficial" logo que possível-, sempre adianto que, apreciada a Proposta em referência, a mesma, quanto à "Avaliação do Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores; avaliação dos Planos de Ordenamento das Orlas Costeiras das Ilhas de (...) e Corvo", com consequente "Revisão do Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores; alteração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeiras das Ilhas de (...) e Corvo", AFIGURA-SE MUITO URGENTE QUE O GOVERNO REGIONAL DE UMA VEZ POR TODAS RECONHEÇA AS PRÉ-EXISTÊNCIAS URBANÍSTICAS CUJO POOC AINDA EM VIGOR DAS MESMAS FEZ LAMENTÁVEL "TÁBUA RASA", de modo a que não venhamos a conhecer um choque ambiental gravíssimo com a sua eventual demolição – refiro-me concretamente à construção, pré-existente ao POOC do Corvo, acentua-se -, de parte da obra realizada pelo munícipe João Cardigos dos Reis. Só uma alteração ao POOC pode habilitar a autarquia a, no respeito do definido no seu PDM, eventualmente legalizar aquela edificação, como inclusivamente – e conforme sabemos – já o Município do Corvo o preconizou junto das instâncias judiciais.

Quanto ao mais, a proposta haveria de contemplar um reforço do investimento na reabilitação de habitação degradada no Corvo, incrementando os apoios devidos ao relevantíssimo projecto do "ECOMUSEU DO CORVO", cuja não referência e não reconhecimento da sua enorme relevância torna vãs expressões e investimentos como "Epicentro Regional da Cultura, no grupo ocidental com o enfoque nas ilhas das Flores e Corvo."

Quanto à Coesão Territorial - Transportes, julga-se que as melhores soluções ainda não estão implementadas e não sendo apenas a farinha, o cimento e o combustível os aspectos a considerar, devendo conhecer-se que no Corvo escasseia um bem essencial, a AREIA-inertes, que encarecem sobremaneira qualquer actividade económica da construção.

Relativamente à Beneficiação e pavimentação de estradas regionais - Corvo, registam-se as boas intenções, mas consideram-se irrisórios os valores de investimento projectados - ao contrário da Estabilização da falésia adjacente à Vila do Corvo, que urge, mesmo, implementar, no imediato, tratando-se de um assunto que preocupa muito todos os corvinos.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Mesa em exercício,

José Manuel Alves da Silva

CONSELHO DE ILHA
DAS FLORES

Ex.mo. Senhor:

Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia da ALRAA

V/Ref.:	*V/Data:*	*N/ Ref.:*	*N/ Data:*
S/3193	2021-11-02	SAI-CIFLORES/2021/08	2021-11-11

ASSUNTO: PEDIDO DE PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 21/XII – PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2022

Ex.mo Sr.

Tendo-nos sido solicitado parecer sobre a proposta relativa ao Plano Regional Anual para 2022, o Conselho de Ilha das Flores, decidiu na sua reunião extraordinária realizada no dia 10, fazer antes as seguintes considerações:

1- A Anteproposta que também nos foi enviada para parecer, mereceu na altura despacho favorável deste Conselho, condicionado no entanto a alterações que pudessem vir a existir, resultantes do Orçamento de Estado para o próximo ano e que à data da reunião ainda não era conhecido.

2- Entretanto o Orçamento não foi aprovado na Assembleia da República e as nossas pretensões que acompanhavam o parecer à Anteproposta não foram tidas em conta no documento agora em análise.

3- Constata-se em primeiro lugar que há uma redução de verba significativa alocada à ilha das Flores que se traduz num valor próximo dos 750 mil euros;

AVENIDA DO EMIGRANTE 4 - 9960-431 LAJES DAS FLORES
TELEFONE/ FAX (+351) 292 590 800 / 919342214
E-mail: conselhoilhaflores@gmail.com ou conselho_ilha@cmscflores.pt ou conselhodeilha@cmlajesdasflores.pt

4- Verificamos por outro lado que houve uma baixa execução orçamental no Plano para o ano em curso, colocando em causa alguns dos investimentos previstos, nomeadamente as obras previstas na Creche e Jardim de Infância O Girassol em Santa Cruz, o Centro de Atividades e Tempos Livres nas Lajes e a instalação da uma nova Grua no Porto das Poças em Santa Cruz;

5- Não vemos devidamente acauteladas algumas reivindicações que nos preocupam quanto à intervenção no molhe principal do Porto das Flores na Vila das Lajes, nomeadamente a construção da rampa roll-on/roll-off na ponte cais que ali se encontra em construção;

6- Reivindicamos ainda a reparação de alguns troços de estradas e no Plano em análise, a verba para o efeito é manifestamente exígua para qualquer intervenção do género.

7- Finalmente os Senhores Conselheiros mostraram na sua generalidade desagrado com a forma como as nossas pretensões não foram acolhidas.

Melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Ilha

(*José António Corvelo Freitas*)

CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Especializada Permanente
de Economia da Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901-858 Horta

Sua Referência:	Sua Comunicação de:	Nossa referência:	Data:
S/3195	2021.11.02	CI.302/2017_2021	17/11/2021

ASSUNTO: **Pedido de Parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº21/XII – Plano Regional Anual para 2022**

Em resposta ao solicitado por V. Exa, através do V. Ofício S/3195/2021-11-02, o Conselho de Ilha de São Jorge, reunido a 16 de novembro de 2021, concorda com o que está plasmado em sede de orçamento, nomeadamente as ações previstas na Proposta para o Plano Regional anual para 2022.

Contudo, há aspetos que este Conselho de Ilha não consegue vislumbrar no documento em apreço, como a melhoria das acessibilidades à ilha, sobretudo as soluções para os transportes marítimos e aéreos que temos vindo a reivindicar junto do atual Governo Regional, o qual se comprometeu a implementar, aquando da última Visita Estatutária, nomeadamente no que diz respeito à sediação no porto das Velas de uma embarcação para transporte diário de passageiros e viaturas entre Velas/Cais do Pico/Velas, bem como o aumento do número de voos para São Jorge com reforço da ligação aérea a São Miguel e às respetivas gateways, ligação esta que também é essencial para o eficaz escoamento de produtos como o pescado.

Por outro lado, em relação à Saúde, este Conselho de Ilha não consegue vislumbrar no documento alguns dos compromissos do Governo Regional, tais como a deslocação regular e ajustada de médicos de especialidade e a fixação de médicos de família na ilha, dado que a verba prevista para o efeito é manifestamente insuficiente.

Também, e embora estejam contemplados na proposta, consideramos que tem uma dotação de verba insuficiente para as necessárias obras de construção do Centro Intergeracional de Santo Antão, bem como para a manutenção e reabilitação da rede de vias de comunicação, com especial enfoque para as estradas dos Nortes.

Preocupantemente, verificámos um desinvestimento na agricultura, principalmente no que se refere às acessibilidades e fornecimento de água à lavoura, salientando-se as necessidades de reparação e construção de novos

Telef. 295 416 324 Fax 295 416 437 Telem. 964 514 552
E-mail – conselhoilhasaojorge@gmail.com

reservatórios de água, bem como a pavimentação com asfalto pigmentado do Caminho das Cancelas/Sete Fontes – Farol dos Rosais, Caminho das Tronqueiras e do Serrado do Caminho.

Para além do exposto, importa referir outros aspetos que também não vemos descriminados no documento, mas que para nós são relevantes e importantes, os quais passamos a enumerar:

- Obras de reparação e manutenção da Escola Básica e Integrada da Vila do Topo;
- Conclusão das obras previstas para o Porto do Topo e dotação financeira adequada para a necessária requalificação da envolvente;
- Requalificação do miradouro da Ribeira do Almeida e do miradouro do Canavial;
- Melhoria das redes de comunicações móveis e fixas;
- Medidas que levem à resolução das dificuldades relacionadas com a instalação do novo Parque de Combustíveis;
- Apoio à requalificação do Quartel dos Bombeiros da Calheta;
- Reparação da muralha de proteção costeira da Avenida da Conceição, na Vila das Velas;
- Afetação de repórteres da RTP em São Jorge;
- Aumento do número de postos de carregamento de viaturas elétricas, sobretudo para os principais aglomerados populacionais da ilha;
- Melhoria das condições de uso e interpretação dos trilhos pedestres classificados;
- Certificação da pista do aeroporto de São Jorge que permita voos noturnos de aviões de passageiros;
- Centro de Interpretação do Farol dos Rosais, bem como a melhoria das condições de segurança aos visitantes, na zona envolvente ao Farol dos Rosais;
- Museu do Queijo de São Jorge.

Concluindo, solicitamos ao Governo Regional que tenha a melhor atenção sobre o exposto, na expectativa de que o Plano Anual Regional para 2022 contemple aqueles que são os investimentos mais estruturantes para o desenvolvimento da ilha de São Jorge.

Com os melhores cumprimentos,

O Vice-Presidente do Conselho de Ilha de São Jorge

Rui Miguel Vieira de Sequeira

Telef. 295 416 324 Fax 295 416 437 Telem. 964 514 552
E-mail – conselhoilhasaojorge@gmail.com

CONSELHO DE ILHA
DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580-539 Vila do Porto
Ilha de Santa Maria – Açores

Exmº(ª) Senhor(a)
Dr. Sérgio Humberto Rocha de Ávila
Presidente da Comissão Especializada
Permanente de Economia da ALRA

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	DATA
	S/3194/2021-11-02	S/001/2021	17.NOV.2021

ASSUNTO: **PEDIDO DE PARECER SOBRE PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL Nº. 21/XII – PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2022**

Na sequência do solicitado no vosso ofício de referência, junto envio a V. Exª. o parecer emitido pelo Conselho de Ilha de Santa Maria, em reunião realizada no dia 15 de novembro de 2021.

Com os melhores cumprimentos, e consideração pessoal

A Presidente do Conselho de Ilha de Santa Maria

Maria Dulce de Oliveira Resendes

Maria Dulce de Oliveira Resendes

Anexo: Parecer

CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Parecer

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL Nº. 21/XII – PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2022

A pedido do Sr. Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, formulado através do ofício nº. S/3194/2021-11-02, o Conselho de Ilha de Santa Maria deliberou emitir parecer sobre o documento em epígrafe.

Enquadramento:

1. O investimento plasmado nos Planos Regionais Anuais, para a ilha de Santa Maria, nos últimos quatro anos verificaram a seguinte variação:

2019	2020	2021	2022
31.609.729 €	32.665.581 €	33.717.291 €	33.260.650 €
	Aumento de 3,34 %	Aumento de 3,22 %	Decréscimo de 1,35 %

2. Nos últimos anos temos verificado um aumento gradual e consolidado das verbas contempladas no Plano Regional anual para a ilha de Santa Maria, e o orçamento para 2021 seguiu esta dinâmica, no entanto, o orçamento para 2022 inverte essa tendência, pois constata-se um decréscimo de 1,35%, correspondendo ao valor global de -456.641 €. Esta situação provoca-nos alguma preocupação, pois atendendo às dificuldades de uma ilha pequena e periférica como é a nossa, deveria merecer uma maior atenção e investimento, para promover um ritmo de desenvolvimento similar ao das ilhas de maior dimensão e recursos.

3. Atendendo igualmente aos projetos de desenvolvimento estratégico que o atual Governo Regional defende para Santa Maria, manifestamos algumas reservas se tal será exequível face à escassez de verbas em alguns sectores que poderão ser fundamentais para alavancagem dessa mesma estratégia de desenvolvimento.

4. Este Conselho de Ilha, procurou na análise dos documentos apresentados, identificar igualmente todos os investimentos previstos e, de uma forma séria ressalvar o que estes apresentam de positivo, bem como o que poderá ser melhorado, numa perspetiva de apresentação de propostas de melhoramento das políticas de investimento público da nossa ilha e de problemas e necessidades que subsistem no tempo e que urgem ser resolvidos.

Preocupações e propostas:

1. **Na área das Políticas para a coesão Social e para a Igualdades de Oportunidades – Rúbrica 2**

   Embora a área social, esteja dotada de verbas substantivas para a realização de ações e projetos de importância para a ilha, que ressalvamos como muito positivo, consideramos que apesar do valor previsto na rúbrica 2.6 – Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional ser de 685.746 €, apenas 100.000 € desse valor se destinam à recuperação de habitações nos Bairros do Aeroporto de Santa Maria, valor esse que deverá ser revisto e reforçado, pois é insuficiente para que se possa executar uma reabilitação e melhoria daquele parque habitacional, que é propriedade da RAA.

2. **Competitividade empresarial e Administração Pública – Rúbrica 3**

   Existe uma crescente preocupação no empresariado local, contituido por micro e PMEs, que se encontram muito fragilizadas e que necessitam de sistemas de incentivo à competitividade empresarial que não se veem espelhadas neste plano, uma vez que se desconhece como se fará a desagregação da verba prevista na rúbrica 3.1 no valor de 3.319.317 €. Há que prever apoios específicos para estas empresas, atendendo à dimensão das mesmas e pequenez do mercado onde competem.

3. **Educação – Rúbrica 4**

   É com agrado que vemos inscrito na rúbrica 12.15 – Construções Escolares, o valor de 1.500.000 €, para reparação do Ginásio da EBS de Vila do Porto, obra urgente e inadiável que esperamos vir a ser executada o mais breve possível.
   Com agrado registamos igualmente a dotação de verba de 145.750 € na rúbrica 4.5 Escolas Digitais.

4. **Saúde, Desporto e Proteção Civil – Rubrica 5**

   Considera-se positivo o reforço de verba em áreas de saúde e desporto, como forma de promoção de hábitos de vida saudável. Constata-se que há um aumento do valor para o combate dos efeitos da Pandemia COVID 19 e para o programa CIRUGE. Há no entanto, que ter em consideração os condicionalismos dos serviços de saúde prestados na nossa ilha, nomeadamente no que diz respeito à deslocação de doentes para o Hospital do Divino Espírito Santo e na continuação e melhoria da frequência da vinda de pessoal médico especializado à Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria.

5. **Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural – Rúbrica 6**

   Sendo esta área uma das mais importantes do desenvolvimento económico da ilha, com uma inscrição de verba no valor total de 2.637.670 € (rúbrica 6), constatam-se os seguintes constragimentos:

   a) Necessidade de dar continuidade à melhoria das acessibilidades rurais com a pavimentação das vias. A intervenção no caminho da Lapa de Baixo, embora seja parte municipal e parte agrícola, deverá constar numa próxima revisão do plano;

   b) Constata-se no presente plano uma redução dos apoios às Associações Agrícolas para funcionamento da sua estrutura de serviços técnicos, o que poderá provocar graves constrangimentos financeiros, colocando em causa a manutenção dos

postos de trabalho do quadro técnico que ali prestam serviços, com consequências negativas associadas ao apoio prestado às explorações e aos/às agricultores/as;

c) Necessidade do IROA dar continuidade ao reforço da rede de abastecimento de água à lavoura, com a captação e armazenamento de água na zona sul da ilha, nos lugares do Paúl e Flor da Rosa, zona essa onde este recurso é mais escasso;

d) Necessidade premente de se avançar com a reabilitação da sala de desmancha do matadouro de Santa Maria, projeto já existente no IAMA, uma vez que esta apresenta vários constrangimentos que têm impossibilitado o aumento do abate e desmancha na ilha para expedição de carne desmanchada. A sala de desmancha não possui condições de certificação por parte de alguns clientes, tendo diversos constrangimentos, entre os quais a reduzida capacidade de frio, sendo necessário a sua duplicação, não possui instalações sanitárias, sala de mudança de roupa, de lavagem e desinfeção, para só citar as mais prementes. Considera-se vital avançar já em 2022 com as necessárias obras de remodelação e adaptação às exigências atuais, até porque as OP da ilha têm contatos para fornecimento de carne a vários clientes, sendo a carne de Santa Maria muito procurada.

e) Preocupa-nos a iniciativa do PAN, na Assembleia Regional, que a ser aprovada pode criar dificuldades extremas ao escoamento de gado vivo. Esta situação é inadmissível, porquanto as ilhas terão sempre de escoar gado por via marítima e também de importar animais vivos, designadamente de reprodutores para melhoria genética dos efetivos. Não obstante esta não ser matéria do Plano para 2022, é uma matéria que por estar na ordem do dia, se coloca nesta fase, alertando-se para as consequências do ato legislativo em curso.

f) Relativamente às explorações agrícolas e áreas adjacentes tem-se notado um aumento exponencial de roedores que tem causado graves trantornos e problemas de saúde pública, pelo que urge proceder a uma desratização massiva desta praga.

6. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar – Rúbrica 7

Embora estejam previstos 1.704.439 €, desconhece-se a desagregação da rúbricas 7.2 e 7.5.
Na rúbrica 7.2 estão previstos 358.278 € para infraestruturas de apoio às pescas, nada consta que estejam previstas obras de melhoria das condições nos Portinhos de pesca da Maia e dos Anjos - alternativos ao Porto de Vila do Porto - o que seria uma mais valia para os nossos pescadores e para o bom funcionamento da atividade da pesca na ilha de Santa Maria.

7. Cultura, Ciência e transição digital – Rúbrica 8

Sendo o projeto Aeroespacial um dos vectores de desenvolvimento económico da ilha de Santa Maria, não vemos espelhado neste plano verbas que traduzam essa real intenção.

Considera-se positivo a dotação na verba 8.5.5 de 530.400 € para o projeto RAEGE de Santa Maria e outras iniciativas dedicadas ao espaço, contudo insuficiente para a dinâmica que esta ilha necessita para alavancar este eixo de desenvolvimento escolhido por este GRA.

Igualmente preocupante é a dotação residual da verba para a rúbrica 12.24 – Defesa do Património Arquitetónico e Cultural com 200.000 € para Requalificação da Casa do Diretor do Aeroporto de Santa Maria, futura sede da Agência Espacial Portuguesa, quando sabemos que o valor previsto no ano anterior plano era na ordem dos 600.000 € e que não foi suficiente para a adjudicação da obra.

Por outro lado, não se encontra prevista no Plano nenhuma rúbrica para a obra de recuperação da Torre de Controle do Aeroporto de Santa Maria, tendo em vista a sua musealização, o que lamentamos, visto estar a degradar-se muito, correndo-se o risco de nada sobrar daquela infraestrutura um dia que o projeto venha a ser aprovado.

8. Ambiente, Alterações Climáticas e Território - Rúbrica 9

Nada a registar no montante previsto para a rúbrica 9 no valor de 593.399 €.

9. Transporte, Turismo e Energia – Rúbrica 10

Registamos com agrado a dotação de 637.062 € para a rúbrica 10.1 para produção e armazenamento de energias limpas. Todavia na sua globalidade verificamos um decréscimo de investimento nessa rúbrica, o que nos afigura estranho, numa altura que deveríamos estar a apoiar em pleno uma atividade que muito sofreu com a pandemia, numa ilha que ainda tem uma taxa de ocupação turística muito sazonal, mas com elevados encargos para o exercício da sua atividade.

Constata-se ainda nesta área de desenvolvimento situações que levam a um estrangulamento económico da ilha de Santa Maria, a saber:

a) As acessibilidades à ilha são a nossa maior preocupação, por isso reiteramos a necessidade de manutenção da gateway de Santa Maria e a melhoria do preço tarifas aéreas para quem nos visita. Tal melhoria é fundamental pois o preço atual é condicionador da escolha da nossa ilha como destino turístico. Há que criar outra atratividade para as ilhas da coesão em especial para as que são periféricas e tem maior dificuldade nas acessibilidades, nomeadamente para Santa Maria, Flores e Corvo. Propõe-se ainda uma bonificação das tarifas para quem nos visita vindo nos voos diretos, fazendo com que assim haja uma maior taxa de ocupação, e também uma redução significativa da tarifa, no caso da compra ser executada com um ano de antecedência, pois resulta num encaixe financeiro para a SATA por venda dos lugares com bastante antecedência.
b) Terá de ser encontrada uma solução que permita a retoma das ligações marítimas de passageiros/as entre Santa Maria e São Miguel, importante não só pelo aumento do número de turistas, mas também pela capacidade que esse meio de transporte permitirá para o escoamento de mercadoria através da modalidade de carga rolada, o que permitirá uma maior rotatividade e planeamento de envio de cargas perecíveis.
c) Regista-se com agrado a inclusão da obra de melhoria do porto comercial de Vila do Porto. Mas tendo-se tido conhecimento de não estar prevista na obra a expansão do cais -7, para a zona de errocamento da cabeça do molhe, reitera-se essa necessidade, uma vez que a atual dimensão do porto, que apenas dispõe de 132 metros à cota -7, condiciona em muito a entrada de navios com necessidade de praticar essa área. Por outro lado, e atendendo ao fato que a intervenção no porto causará uma degradação significativa das vias de transporte de inertes, é necessário acautelar que esta obra venha a executar-se num único período de intervenção, a fim de minorar os estragos nas vias.

d) Por outro lado sendo a nossa capacidade portuária limitadora aos transporte de bens e serviços para a implementação dos projetos na área Aeroespacial, vemos com muita preocupação a não resolução dos nossos constrangimentos nesta infraestrutura.
e) Relativamente ao transporte de mercadorias que está ser feito pela empresa Mutualista, nos moldes atuais, não serve Santa Maria, pois não há certezas quanto aos dias que os navios daquela empresa escalam no porto de Vila do Porto, nem quais as ligações que fazem com outros destinos, impossibilitando assim, a programação das nossas importações / exportações.

10. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria – Rúbrica 11

Com uma atribuição de verba global para a rúbrica no valor de 129.405 € consideramos residual o valor previsto, não permitindo apoioar as empresas com os valores necessários à sua recuperação e crescimento.

11. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações – Rúbrica 12

Na Verba 12.2 - Reabilitação das Estradas Regionais – está previsto um valor de 187.698 €, sendo que só cerca de 128.000 € se destinam a beneficiação e pavimentação. Esse valor é considerado insuficiente face ao atual estado de degradação de uma grande parte da rede viária regional de Santa Maria. Só com um reforço de verba nesta rúbrica se poderá responder às necessidades atuais e urgentes da recuperação da rede viária;

Considera-se positivo a criação do circuito logístico terrestre previsto na rúbrica 12.6.4 no valor de 310.000 €.

Com preocupação vemos a insuficiência de verba na rúbrica 12.22 – Gestão e requalificação da orla costeira que apresenta um valor de 258.000 €, que não permite responder às necessidades da erosão costeira que se verificam nas baías da Maia, Praia Formosa e Anjos.

Conclusão

O Conselho de Ilha de Santa Maria, embora considere positivos alguns dos investimentos previstos no Plano Anual Regional para 2022, entende que não estão suficientemente cabimentados os investimentos mais estruturantes para o desenvolvimento económico e social da Ilha de Santa Maria.

Vila do Porto, 16 de novembro de 2021

A MESA DO CONSELHO DE ILHA

Maria Dulce de Oliveira Resendes, Presidente

João Manuel Andrade Fontes, Vice-Presidente

José Arsénio Sousa Chaves, 1º. Secretário

António Isidro Braga Sousa, 2º. Secretário

CONSELHO DE ILHA
DE SÃO MIGUEL

Edifício dos Paços do Concelho de Lagoa
Largo D. João III | 9560-045 Lagoa
Telf.: 296 960 600 Fax: 296 916 229
www.conselhoilhasaomiguel.pt
E-mail: geral@conselhoilhasaomiguel.pt

"Antes morrer livres que em paz sujeitos"

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Especializada
Permanente de Economia
Assembleia Legislativa da Região Autónoma
dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901-858 HORTA

17 de novembro de 2021

Assunto: PEDIDO DE PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 21/XII – PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2022.

Exmo. Senhor Presidente,

Tendo presente o ofício enviado por V. Ex.ª, com a referência S/3196/2021-11-02, que muito agradecemos, junto enviam-se os pareceres elaborados pelos membros deste Conselho de Ilha, a saber: Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada; Câmara Municipal de Lagoa; Amigos dos Açores e UGT – União Geral de Trabalhadores dos Açores.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA MESA DO CONSELHO DE ILHA

Rui Moreira da Silva Coutinho

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA
Associação Empresarial das Ilhas de São Miguel e Santa Maria

Membro Honorário da Ordem de Mérito Agrícola, Comercial e Industrial
Instituição de Utilidade Pública
Fundada em 1835

PROPOSTA DE PLANO PARA 2022

Parecer

A Câmara do Comércio e Indústria dos Açores apresentou oportunamente pareceres sobre as antepropostas de Plano e de Orçamento para 2022.

A Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada/Associação Empresarial das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria (CCIPD) acompanha os referidos pareceres, que têm uma avaliação de caráter regional, que é também o âmbito das políticas públicas.

Neste quadro, a CCIPD entende realçar as seguintes considerações de caráter genérico sobre a proposta de Plano para 2022:

- O plano vai ser executado num período que se espera de retoma integral da atividade da generalidade dos setores, alguns dos quais estiveram com períodos longos em significativa inatividade, desde março de 2020, devido à pandemia, o que provocou uma profunda situação de crise, que continua a ter significativos reflexos, designadamente na situação financeira das empresas;

- A proposta de plano integra um conjunto de princípios, objetivos e medidas que vão ao encontro do que esta Câmara tem vindo a defender ao longo dos anos, designadamente numa perspetiva da Região ter uma economia menos dependente do setor público e, consequentemente, com maior predomínio da atividade empresarial privada;

- O montante da dotação global do plano é importante, mas mais relevante é a forma como são distribuídos os recursos pelas diversas medidas, bem como a sua taxa de execução;

- O setor do turismo que foi muito afetado pela pandemia, necessitava de uma dotação robusta para a sua revitalização, o que não acontece, para mais num contexto de grande agressividade de captação de turistas pelos diversos destinos e também pelo seu impacto num conjunto de outras atividades;

- Mantém-se significativas dotações nas áreas dos transportes, com especial relevo para a componente aérea;

- Releva-se positivamente a dotação direcionada para a recapitalização das empresas, aguardando-se que os instrumentos a criar tenham em consideração a realidade empresarial regional;

- Preocupação com os atrasos registados na aprovação da Parceria portuguesa com a Comissão Europeia, no que se refere ao novo quadro financeiro plurianual;

- Consideram-se positivas algumas das orientações na área da formação profissional, com novas e mais aprofundadas apostas principalmente na requalificação dos trabalhadores ao serviço das empresas;

- Manifestada preocupação com a falta de recursos humanos em diversas atividades;

- O Comércio e a Indústria carecem de reforço de meios face aos objetivos previstos;

- A proposta apresenta boas intenções de medidas de apoio para a transição digital e inovação, mas com dotações residuais;

- Releva-se o esforço financeiro para "salvar a SATA";

- Considera-se importante realçar os impactos positivos da implementação da "Tarifa Açores";

- Decisão positiva de realização de um "estudo sobre o modelo de transporte marítimo de mercadorias".

No que se refere, em concreto, à ilha de S. Miguel, a CCIPD entende salientar os seguintes aspetos:

- A proposta de Plano para S. Miguel apresenta um crescimento global na sua dotação em 5,9%, comparativamente com o aprovado para 2021;

- O turismo apresenta um ligeiro decréscimo, comparativamente com o valor previsto para 2021. Não se compreende esta situação quando S. Miguel é responsável por 64,3% das dormidas (dados de setembro 2021) e num contexto em que se torna necessário fazer um esforço suplementar para redinamizar o setor;

- Realça-se o aumento da dotação para a competitividade empresarial (36,1%) e para a construção de estradas regionais (21,7%);

Rua Ernesto do Canto, 13 ★ 9504-531 Ponta Delgada ★ Telefone + 351 296 305 000
http://www.ccipd.pt ★ E-mail: ccipd@ccipd.pt

Prestação de serviços de associativismo empresarial

- Relativamente ao porto de Ponta Delgada, regista-se positivamente:

  - Plano de Ordenamento Portuário;
  - Aquisição designadamente de rebocador e grua portuária.

Ainda no que se refere ao porto de Ponta Delgada, esta Câmara tinha muita expetativa com a realização do "estudo do novo porto de mercadorias de Ponta Delgada", prevista no Plano para 2021. A preocupação desta Câmara prende-se com o facto de não se saber, pela execução já realizada, se tal estudo foi ou não concretizado. Este é um assunto relevante e da maior importância para S. Miguel;

- Regista-se positivamente o acréscimo na dotação para "Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza", importando se será suficiente para ajudar a resolver os problemas sociais já há muito identificados. Neste âmbito, realça-se a importância dos programas de formação e de outras medidas estruturais no combate à pobreza, que grassa especialmente em S. Miguel;

- O orçamento contempla uma redução para a saúde, o que terá implicações negativas para as empresas fornecedoras do Serviço Regional de Saúde, designadamente ao nível dos atrasos nos pagamentos, situação que irá penalizar muitas empresas micaelenses;

- Um aspeto que não merece a concordância desta Câmara prende-se o aumento de apenas um voo semanal entre Sta. Maria e S. Miguel nas novas Obrigações de Serviço Público;

- Salienta-se negativamente a redução de 26,8% no apoio aos media, bem como no que se refere à reabilitação de estradas regionais (19,8%)

- Seria importante que o plano viesse acompanhado pela execução financeira dos anteriores documentos, a nível ilha e com maior desagregação;

Ponta Delgada, 16 de novembro de 2021

Rua Ernesto do Canto, 13 ★ 9504-531 Ponta Delgada ★ Telefone + 351 296 305 000
http://www.ccipd.pt ★ E-mail: ccipd@ccipd.pt

Prestação de serviços de associativismo empresarial

PARECER DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA

À PROPOSTA DO PLANO E ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2022

Lagoa, 10 de novembro de 2021

Relativamente à Proposta do Plano e Orçamento para a Região Autónoma dos Açores, para o ano 2022 e, após a análise do documento final, a Câmara Municipal, no que toca ao concelho de Lagoa, mantem o parecer anterior, onde constam considerações importantes, relativamente aos investimentos inscritos para o concelho da Lagoa e que continuam a ser pertinentes, as quais relembramos:

Deste modo, no projeto **2.10**, relativo à Cooperação com Municípios, está previsto o investimento agora de 1 milhão e 95 mil euros, valor que voltamos a questionar a que se destina concretamente e qual a sua real distribuição por Município, deduzindo, eventualmente, que se trate do IRS aos Municípios.

Na Área Social, que consideramos uma das mais importantes e prioritárias, por ser um pilar basilar para o bem-estar da população, detetamos que, apenas se encontra inscrita uma verba de 200 mil euros, no projeto **2.3.7**, referente à construção do Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais da Lagoa, pelo que, interrogamos a fase em que este projeto se encontra para ter um valor de investimento que é aparentemente baixo para um projeto que já estava concluído (quer projeto de arquitetura, quer especialidades) e cujo investimento global é superior a 3 milhões de euros.

Ainda nesta área, notámos a ausência de qualquer outro compromisso de cariz social para o concelho da Lagoa, que entendemos ser uma área fundamental.
Assim, no âmbito social torna-se necessária a construção de mais uma creche no concelho, o aumento de vagas / ampliação da rede de ATL 's, o aumento de camas em lar, recordando, neste caso, o programa eleitoral de construção de um lar de idosos na vila de Água de Pau, a construção de uma Unidade de Cuidados Continuados, o reforço de respostas ao nível do apoio domiciliário e a abertura de centros de dia nas freguesias de Santa Cruz e Água de Pau.

No projeto **2.6,** referente à Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional, com uma verba inscrita de mais de 9 milhões de euros, repartida por várias rúbricas,

questionamos, qual o montante que será investido no concelho da Lagoa, sobretudo para colmatar carências habitacionais.

Quanto à Educação, somos o único concelho dos Açores que ainda tem uma escola a carecer de reabilitação profunda, mais concretamente na Escola Pe. João José do Amaral.

Nesse ponto, verificámos que no projeto **12.15.5,** referente à Requalificação das Instalações da EBI de Lagoa, se encontra inscrita uma verba de 50 mil euros que consideramos ser manifestamente insuficiente para as obras que são necessárias. No mínimo consideramos essencial a inscrição de verba para fazer face ao projeto de requalificação da escola.

No que concerne às Pescas e Assuntos do Mar e em concreto para o concelho da Lagoa, regista-se no projeto **12.21.2**, respeitante à Melhoria das Condições Operacionais e de Segurança no Porto de Pesca dos Carneiros, a inscrição de um investimento de 162 mil e 400 euros, o qual gostaríamos de aferir a que se destina, concretamente.

Uma menção também ao Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, sediado na Lagoa, onde se encontram inscritos 5 milhões de euros, no projeto **12.23.1**, que deduzimos serem referentes ao 2.º edifício (Lote 32), que já se encontra em construção, consideramos que, sendo este um orçamento para 2022, nota-se a ausência de verba prevista para o início do projeto de construção do 3.º edifício do Nonagon, que deveria ser contemplada, cuja cave já está construída para esse efeito e, tendo por base as palavras que foram proferidas pela sra. Secretária da Cultura, Ciência e Transição Digital, aquando da visita realizada às obras do 2.º edifício.

Relativamente ao previsto para as Estradas, mais precisamente no projeto **12.2** encontram-se inscritos 5 milhões e 900 mil euros para Reabilitação de Estradas

Lagoa, 10 de novembro de 2021

Regionais, e este é um ponto que merece, da nossa parte, o realce pela necessidade de repavimentação, do troço da Estrada Regional 1-1.ª, entre o cruzamento do Canto João Moniz e a Grota do João Luís, na freguesia de Santa Cruz.

Ainda no projeto **12.7,** onde estão previstos 2 milhões e 310 mil euros, destinados ao Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária, informamos da necessidade de instalação de radares de controlo de velocidade na rede viária regional que atravessa o concelho da Lagoa, designadamente nas zonas urbanas, de forma a promover a segurança rodoviária, que se estima em cerca de 200km.

Outro aspeto que nos importa referir nesta Anteproposta de Plano e Orçamento para 2022 é o facto de não ser evidente a real e efetiva participação dos Municípios no Plano de Recuperação e Resiliência, que é um instrumento financeiro de fulcral importância, para o qual os municípios têm todo o interesse, no caso particular da Lagoa, principalmente no que concerne à Habitação, à Ação Social e à Educação.

É também importante registar que, apesar do compromisso do Presidente do Governo Regional em pagar o IVA aos Municípios, não identificamos a inscrição desta rúbrica na Proposta de Orçamento apresentada.

Em suma, e no que à Lagoa diz respeito, temos a registar que, da análise efetuada à Proposta do Plano e Orçamento para 2022 constatámos que, apesar do concelho da Lagoa ter um peso relativo em termos populacionais na Região, de cerca de 6%, o peso das ações contempladas em Orçamento para este concelho traduz-se numa percentagem relativa de apenas 0,5% do montante total previsto em orçamento, o que para este município é manifestamente insuficiente para as reais necessidades do concelho, pelo que, a nossa expetativa será de ver refletido nesse Plano o reforço de investimento para a Lagoa.

A Presidente da Câmara Municipal de Lagoa

Cristina Calisto

Lagoa, 10 de novembro de 2021

Amigos dos Açores
Associação Ecológica

Avenida da Paz, 14, 9600-053 Pico da Pedra
amigosdosacores@ amigosdosacores.pt
www. amigosdosacores.pt
(+351) 296 498 004

Conselho de Ilha de São Miguel
Largo D. João III S/N
9560-045 Lagoa

Sua Referência	Sua Data	Nossa Referência	Data
		0036/19	15/11/2021

Assunto: Plano Regional Anual 2022 - Conselho de ilha de São Miguel | Parecer

Ex.mo Sr. Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores,

No âmbito da representação das associações de defesa do ambiente no Conselho de ilha de São Miguel e na decorrência da solicitação de parecer à proposta do Plano Regional Anual 2022 (PRA 2022) recebida através de correio eletrónico, remetemos nosso documento.

Dentro do nosso contributo sectorial na área ambiental, consideramos que as propostas se materializam, na generalidade, conservadoras em relação aos anos transatos, sem apresentação de soluções para problemáticas apresentadas pelos nossos pareceres de anos anteriores, como é o caso da definição de políticas e estratégias para o combate às plantas invasoras, o investimento em medidas tangíveis que visem o alcance das metas europeias para o tratamento de resíduos, ou a estruturação de rede de trilhos pedestres coerente em algumas ilhas, entre outros.

Por outro lado, reconhecendo a dimensão plurianual dos projetos LIFE, bem como o seu peso relativo no orçamento na área do ambiente, considera-se que são pouco conhecidas do público a sua execução e implementação, de um modo informativo e participativo, numa lógica de cooperação e capacitação pública.

Com o conhecimento do Plano continua-se a desconhecer o nível de implementação de certas medidas por várias já vezes apresentadas, as quais tiveram evidências de progresso muito reduzidas, como são exemplos o licenciamento único ambiental, o Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral (suspenso até ao final do ano, sem que seja apresentada estratégia clara de capacitação técnica para 2022), as cartas de desporto na natureza (referidas em planos anuais desde 2017), entre outros, e as quais se espera que venham a ser efetivadas tão breve quanto possível.

Visite a Gruta do Carvão

Saiba mais em www. grutadocarvao.pt

No âmbito das intervenções preconizadas em áreas protegidas (mata da Lagoa do Congro, entre outros), apela-se à apresentação pública de projetos em fase prévia, envolvendo os cidadãos e entidades.

Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas

Destaca-se a importância da revisão do Regime Jurídico da Avaliação do impacte e do licenciamento ambiental anunciada no plano anterior, lembrando que a aplicação deste regime se encontra ociosa, por manifesta desatualização e, quiçá, caducidade em relação à legislação nacional e comunitária.

Destaca-se a iniciativa da medida da concretização do Plano Regional para o Radão, bem como da monitorização ambiental da radioatividade e o estabelecimento de regime jurídico da proteção radiológica, referência que já constava do plano do ano anterior sobre o qual ainda não se constatou progresso.

Conservação da Natureza e Biodiversidade

No que se refere ao reforço da estratégia de combate à progressão e de erradicação de espécies exóticas e invasoras, assunto que julgamos ser da maior importância a nível ambiental e ao qual temos aludido sistematicamente, não verificamos medidas nas quais se possa avaliar o referido esforço.

Enaltece-se mais uma vez a realização de estudos de avaliação da capacidade de carga das áreas protegidas da Região, medidas já anunciadas em planos anteriores, e recomenda-se que esses estudos sejam elaborados de forma sistemática às áreas com maior pressão de visitação e que sejam dados a conhecer à comunidade da forma mais sintética e transparente possível.

Por último, questiona-se a implementação das cartas de desporto na natureza, tal como apresentado em planos anteriores.

Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica

Relativamente à monitorização e manutenção da rede hidrográfica e à rede de monitorização do ciclo hidrológico, para além do reforço anunciado, julgamos, de acordo com sugestões já efetuadas em planos anteriores, que os dados da rede hidrometeorológica dos Açores deveriam estar mais próximos da comunidade, nomeadamente na sua disponibilização numa plataforma mais acessível, por exemplo aos dispositivos móveis ou até através de uma aplicação para os mesmos.

Ordenamento do Território

Em relação ao Ordenamento do Território julga-se muito pertinente a Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores, de um modo realista, uma vez que consideramos que foi muito baixa a implementação do sistema em vigor.

A adaptação do Regime Jurídico da Reserva Ecológica à Região Autónoma dos Açores constituiu uma medida já apresentada no plano do ano anterior, a qual esperemos que realmente se efetive em 2022.

Destaca-se como positiva a revisão dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, bem como o destaque de uma maior implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas e de outros Instrumentos de Gestão Territorial.

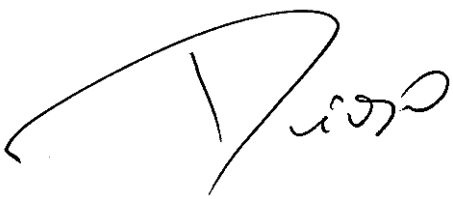
Dado o período de vigência de muitos dos Instrumentos de Gestão Territorial se encontrar ultrapassado, espera-se do Governo Regional uma proatividade muito significativa na revisão de planos, uma vez que se julga importante honrar os compromissos temporais que se materializam em prazos legais, de modo a credibilizar o planeamento e ordenamento do território perante as instituições e cidadãos, seja no âmbito regional ou municipal.

Destaca-se, pela positiva, a implementação de sistemas de alerta de cheia em bacias de risco, bem como a elaboração de cartografia de risco para a mitigação e adaptação das alterações climáticas.

Numa perspetiva de informação dos cidadãos, considera-se o desenvolvimento do Sistema Regional de Informação Territorial uma boa iniciativa, ainda que tardia, e protelada ao longo dos últimos anos.

Por último, e de um modo transversal, nunca é demais destacar que julgamos ser importante uma política de educação ambiental e de participação pública robustas, por uma sociedade capacitada e interventiva, das quais mais não se vislumbram destaques no Plano, bem como a aposta na dinamização de infraestruturas e centros de interpretação ambiental existentes que o Governo Regional passou a ter à sua gestão direta – com a internalização da empresa pública Azorina – da qual voltamos a lembrar o pomar junto à Lagoa das Furnas, estrutura de inestimável valor para a educação ambiental, que se encontra lamentavelmente subaproveitada desde a sua recuperação.

Com os nossos cumprimentos,



Diogo Caetano

UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

PARECER DA UGT/AÇORES SOBRE A ANTEPROPOSTA DO PLANO E ORÇAMENTO ANUAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2022

INTRODUÇÃO

Embora com restrições e de forma assimétrica nos diversos setores, a apresentação do documento supra designado, ocorre num momento de forte retoma da atividade económica a nível mundial, esperando a UGT Açores, que aconteça de forma segura e definitiva para gáudio das pessoas e alívio dos Governos e demais entidades diretamente envolvidas no combate à pandemia do COVID 19.

Sabemos que a disrupção sistémica provocada por tal enfermidade, veio alterar de forma radical o cenário económico mundial que se vinha registando nos últimos anos, reflexo do forte impacto ao nível da procura e oferta nos fluxos de comércio internacional, em especial das economias mais desenvolvidas e com maior peso nessa atividade, como destaque para a China, EUA Alemanha, Japão, União Europeia e mesmo nas economias emergentes.

Porventura, viveu-se a situação de maior constrangimento alguma vez verificada desde os primórdios do século passado, a que se associou uma difícil situação financeira, face à grande redução das receitas e ao aumento das despesas, naturalmente com fortes repercussões internas ao nível do normal funcionamento do quotidiano coletivo.

Neste contexto, os governos foram obrigados a deitarem mão de políticas financeiras e orçamentais, menos ortodoxas, e a adotarem medidas excecionais de apoio aos sistemas de saúde, de proteção social e de apoio às empresas e em geral a todo o setor produtivo.

Tomando por base a caracterização e enquadramento do documento em análise, podemos verificar que a previsão para 2021, mercê dos indicadores do 2º trimestre, como sejam, crescimento do PIB, Exportações, Consumo, Investimento, Desemprego e Criação de Emprego, etc, são bastante positivos, a nível global, nacional, e internamente na Região Açores, deixando-nos de alguma forma tranquilos e a acalentar esperanças num futuro com garantias, e precursor de uma vida condigna e estável para todos, em especial para os que trabalham e vivem nos Açores.

Para o efeito, a UGT Açores, seguindo a estrutura do documento, aborda na integra um conjunto de propostas que lhe parecem merecedores de atenção especial por parte do Governo Regional por forma a obter-se tal desiderato, e assim, proporcionar também o acesso ao nível de vida e de bem-estar social dos trabalhadores e açorianos em geral ao dos seus congéneres europeus.

União Geral de Trabalhadores dos Açores (UGT-A)| NIF: 509 525 687
Rua Dr. João Francisco de Sousa, 20 R/C | 9500-187 Ponta Delgada
Telefone/Fax:. 296 283 181 | EM. acores@ugt.pt

I. POLÍTICAS SECTORIAIS

POLÍTICAS PARA COESÃO E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

- **Solidariedade Social**

O êxito conseguido com o plano de vacinação, conjugado com as medidas de apoio social no combate à pandemia do COVID 19, tem conduzido ao aliviar do esforço financeiro encetado pelo Governo para combater as fortes penalizações, então infligidas na economia Regional, traduzidas no encerramento, suspensão, ou limitação da atividade económica, com repercussões drásticas ao nível do emprego, cujos efeitos se refletiram diretamente no rendimento das famílias.

Tal situação, leva-nos a **propor** que se façam com **gradualismo e proporcionalidade, à medida que a retoma da atividade económica e consequentemente do emprego for atingindo a normalidade, para o que que conta o Governo com um instrumento importante e bastante benéfico se criteriosamente utilizado, o PRR, Plano de Recuperação e Resiliência**.

Nesta linha, e com fim das moratórias de créditos à vista, apelamos a especial atenção para a criação de **medidas de apoio a empresas e famílias**, que poderão ser apanhadas ainda sem condições de retomarem os planos prestacionais acordados com a Banca e Instituições Financeiras.

Mais, continuamos a preconizar uma política de cooperação ativa com as IPSS/Misericórdias reforçando-se o apoio às instituições que atuam na área do combate à pobreza e à exclusão social, e no apoio domiciliário e assistência familiar dos idosos mais carenciados, bem como no apoio à prestação de cuidados de retaguarda a pessoas acamadas e em evidentes condições de fragilidade física ou psicológica, pelo que **apelamos a um planeamento sério e responsável para a construção destes equipamentos, principalmente de centros de dia e lares de terceira idade**, e, até hospitais de retaguarda nas localidades onde há necessidade efetiva desses equipamentos.

Neste contexto, a UGTA reivindica aqui, na sequência do propósito anunciado pelo próprio Governo nesta sede, no sentido de aumentar o rendimento dos jovens e dos idosos**, o regresso à política de atualização ou aumento anual do complemento regional de pensão para idosos e do complemento regional do abono de família, bem como da remuneração complementar,** pelo que encorajamos o Governo Regional a continuar o esforço demonstrado em reforçar os acordos de cooperação financeira com as IPSS/Misericórdias por forma a cumprirem cabalmente

a sua missão**, e, também que lhes permitam atualizar e aumentar os rendimentos do trabalho dos seus trabalhadores.**

- **Igualdade, Inclusão Social e Combate à Pobreza**

Não obstante o esforço de investimento nos últimos anos em equipamentos e infraestruturas de apoio alusivas ao tema, inquieta-nos e preocupa-nos a posição nos últimos lugares do ranking que a Região persistentemente vem ocupando neste domínio ao nível nacional e internacional, adiando indefinidamente o sonho de vivermos numa sociedade livre, de cariz humanista, respeitadora das liberdades, próprios duma Democracia Liberal do tipo Ocidental e em consonância com a Declaração Universal dos Direitos do Homem,.

Neste contexto, apelamos para uma atenção especial no sentido de se inverter esta situação, usando para o efeito medidas e ações bem estudadas e adequadas às situações mais problemáticas da nossa sociedade, como a **toxicodependência, o abandono escolar precoce, a dependência excessiva do RSI**, **taxa de Risco de Pobreza,** etc.

Neste âmbito, entende a UGTA que deveria ser equacionada a criação e instalação de uma clínica para tratamento de toxicodependentes e um centro educativo para internamento de jovens delinquentes, a exemplo de Lisboa e Funchal.

Pese embora algumas melhorias decorrente de medidas e ações encetadas pelos governos cessantes, sendo esta matéria transversal a toda a sociedade, concordamos genericamente com os plasmado no documento, achando contudo, **que é necessário uma nova política neste domínio,** sobretudo criando **incentivos ao trabalho** (por exemplo com um complemento salarial nalguns casos, em vez do RSI puro e duro)**, escolarização** e **formação profissional**, proporcionando ao público alvo, a sua inclusão na sociedade com iguais direitos e deveres de cidadania, livrando-o do estigma e censura que por vezes injustamente sobre ele recai.

- **Habitação**

Existindo ainda um vasto público com dificuldades em aceder a uma habitação condigna e condições higiénico-sanitárias, apela-se para a prioridade que tem de ser dada aos mais pobres e desfavorecidos, incluindo na **compra,** ou**, a melhoria das suas atuais habitações, integrados paisagisticamente e em consonância com as necessidades da atividade económica predominante nas localidades onde residem, (**não faz sentido nenhum construir-se prédios urbanos em altura, do tipo apartamentos em zonas rurais**), evitando-se desta forma a criação de guetos como se verifica hoje em dia nalgumas localidades da Região**.

Para o efeito, achamos também que se deveria dar mais oportunidades a quem quer construir casa própria, disponibilizando ao mesmo tempo terrenos loteados nas respetivas localidades, reforçando **orçamentalmente** se necessário o **Programa de Auto-construção,** evitando-se assim o fenómeno acima mencionado provocado pela construção em massa, e em altura, descaracterizando o perfil urbano e paisagístico das nossas freguesias.

Além disso, continuamos a achar prioritário adquirir e concluir alguns empreendimentos habitacionais inacabados e dispersos um pouco por toda a Região, desde a crise financeira, de má memória para nós, que eclodiu em 2008, e obrigou ao pedido de apoio por Portugal à União Europeia no que foi acompanhada pelo FMI e BCE, dando origem ao celebre PAEF, Programa de Apoio Económico e Financeiro, e dar-lhes o destino para que foram criados, a Habitação cedendo-as após, em regime de arrendamento ou venda a um publico adequado.

- **Educação**

Registamos com agrado o esforço de requalificação do parque escolar regional, degradado, fora do atual contexto educacional, sobretudo, no que toca às escolas com coberturas de amianto, material nocivo, face à elevada toxicidade e potencialmente cancerígeno a ponto de ser de uso proibido em toda a União Europeia, e de resto em todo o mundo já há alguns anos.

Ainda neste âmbito, apelamos à tutela o aproveitamento do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, para dotar as escolas dos meios e equipamentos necessários para a tão propalada transição digital, designadamente equipando-as com computadores e meios técnicos e humanos, incluindo no Plano Curricular, a introdução com caráter obrigatório duma disciplina de Informática ou das TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação.

Neste domínio, regozijamo-nos com o esforço encetado pela tutela quanto à **regularização dos vínculos precários de todos os trabalhadores nesta área,** desde os professores, até aos técnico administrativos e auxiliares de educação que se encontram nesta situação, quer através de contratos a termos, quer mesmo através dos programas ocupacionais.

- **Saúde**

A situação pandémica que vivemos recentemente e que ultrapassamos, esperamos nós, com relativo êxito, temos de reconhecer que se deveu a uma boa organização da "task force" criada na Região para o efeito, mas não é demais relevar o desempenho, brio profissional e competências do pessoal que trabalhou, e trabalha nesta área, desde médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico, auxiliares de ação médica, tripulantes de ambulância, polícia etc. **Para eles o nosso aplauso e reconhecimento pelo esforço, por vezes em condições precárias**.

Porém, a pandemia, também teve a virtude de descobrir, melhor dizendo pôr a nu, as inúmeras deficiências que este setor enfrentava e ainda enfrenta em termos humanos e materiais, não obstante a dívida astronómica que acumulou de alguns anos a esta parte, mercê de políticas completamente erradas e desajustadas da realidade e porventura administrações incompetentes.

É por isso legitimo e da mais elementar justiça, construir e requalificar os equipamentos neste setor, dotando os hospitais e centros de saúde com os meios materiais e humanos necessários para o cabal cumprimento das suas funções, e **acima de tudo atribuir aos seus trabalhadores um vencimento justo e condizente com a sua condição profissional, evitando-se assim a enorme sangria de recursos humanos que se verifica neste setor**.

Aproveitamos o ensejo, para mais uma vez alertar a **Secretaria Regional da Saúde, para compelir os serviços sobre a sua tutela, para o cabal cumprimento das regras e legislação no que toca à classificação e avaliação dos seus funcionários, que estão a ser altamente prejudicados nas suas progressões por falta de avaliação, designadamente, nos centros de saúde e hospitais**.
A UGTA recorda que se encontram por executar os Acordos de Carreiras de Regime Geral e de Carreiras Especiais não revistas dos trabalhadores com contratos individuais de trabalho (CITs) dos Hospitais EPEs da Região que urge implementar rapidamente.

- **Juventude**

Registamos a importância das iniciativas proporcionadas aos jovens através de ações e programas de educação não formal, direcionadas para formação pessoal e cívica para uma cidadania ativa, preparando-os para uma atitude sadia e de tolerância para uma sociedade futura que se prevê cada vez mais heterogénea nos seus modos de vida.

Além disso, encerra o desejo de atrair os jovens para as boas causas e feitos nobres dos seres humanos na sociedade, desviando-os ao mesmo tempo dos caminhos ínvios, da toxicodependência, ociosidade e práticas reprováveis e mesmo proibidas num Estado de Direito democrático.

Todavia e porque a infância e adolescência são fases muito efémeras, ocupando no ser humano um espaço de tempo muito curto da sua vida, preocupamo-nos também muito com o seu futuro.

A estagnação, e mesmo recessão económica que Portugal, e, a Região por arrastamento vêm experimentando há alguns anos a esta parte, de divergência com os nossos concorrentes diretos na União Europeia (países do Leste Europeu que aderiram depois de nós ao projeto europeu), provocado por políticas económicas totalmente erradas tomadas pelos diversos Governos, sobretudo a partir do início do séc. XXI, **conduziram ao gradual empobrecimento geral do**

País, situação que julgávamos ter ficado definitivamente para trás com o advento da **democracia e sobretudo com a adesão à União Europeia**.

Temos assistido persistente e reiteradamente ano após ano ao esmagamento da classe média, com uma tripla penalização de aumentos de; **impostos, diminuição do poder de compra** face à não atualização salarial**, política de baixos salários (**nos últimos anos só houve aumentos no salário mínimo**)** a que se associa **o aumento constante da precariedade**.

Perante esta situação, a juventude, os nossos filhos, enfrentam hoje um dos maiores desafios da sua vida, que é decidiram se continuam cá na sua terra, contribuindo assim para a melhoria da sua situação económica, ou, tal como os seus avós e antepassados vão procurar outras paragens para constituírem família e viverem com a **dignidade e a merecida felicidade que qualquer ser humano ambiciona**, que é **terem um trabalho/emprego que lhes proporcione um salário justo condizente com a condição do ser humano**.

Irrefutavelmente, temos de refletir e pelo menos, tentar perceber, porque é, que a nossa geração, que está no poder e toma decisões teve e tem à sua disposição tantos recursos financeiros, a maior parte ofertados na forma de Fundos Comunitários, que até se orgulha de viver em democracia, liberdade e pertencer à União Europeia**, não consegue deixar aos seus filhos uma perspetiva de vida futura melhor do que a que receberam dos seus pais.**

Não bastam os programas de formação para uma cidadania ativa, bem como a construção de escolas e equipamentos sociais que lhes proporcionarão a educação, e formação profissional.

É também necessário proporcionar-lhes o emprego, que, só existirá se houver pessoas dispostas a investirem **na criação de empresas**, situação que só acontecerá com o forte empenho do governo introduzindo o tão propalado novo paradigma de desenvolvimento económico e social.

Para além da criação das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento, são também necessários outros incentivos, **no domínio fiscal e financeiro** tendo em vista a criação de condições para os empresários investirem, bem como a atração de investimento estrangeiro, **preferencialmente de valor acrescentado e em "joint-ventures**", a que não será alheio um **combate feroz à burocracia**, que passa inexoravelmente por maior rapidez e confiança no sistema judicial, e pelo eficaz funcionamento das instituições licenciadoras e inspetivas.

É, pois, por isso, que a UGT Açores se insurge contra o compadrio e amadorismo reinante na sociedade atual, e exige maior rigor, **maior controlo e mais competência na gestão do dinheiro e erário públicos, para o que apela mais uma vez para uma vigilância apertada a quem lhe compete, e a atuação severa e exemplar da justiça para quem prevarica**.

- **Qualificação Profissional e Emprego**

Embora sem resultados ainda muito visíveis, congratulamo-nos com a mudança da política alusiva ao tema, desde logo pela iniciativa **de reabertura da Escola de Formação das Capelas, e a introdução sistema de formação DUAL**, desde há muito implementado na maioria dos países da U.E. e incompreensivelmente sempre recusado pelos governos anteriores.

Ademais, esperamos que novo diploma relativo ao Plano Regional de Emprego e Qualificação Profissional na forja, que concentra toda legislação dispersa nesta área, venha a sortir melhores resultados do que o que ainda vigora, pois, não obstante os fortes apoios oficiais alocados, não se verificou idêntica correspondência nos resultados obtidos, já que nem sempre se traduziram na criação de emprego duradoiro e sustentável, frustrando assim as legitimas expetativas de quem os frequentava.

Era notório e facilmente constatável o desfasamento entre a oferta e procura no mercado de trabalho, que na nossa ótica nunca era levado muito a sério, pois o que interessava mais, era manter uma taxa de desemprego artificialmente baixa, para fins estatísticos, camufladas por mais de duas dezenas de programas ocupacionais, levando a que grande parte dos formandos ou requalificados raramente conseguiam colocação ou efetivar-se na sua área de formação, sobretudo os jovens e desempregados de longa duração.

Por isso, **a UGTA continua a entender ser necessária uma maior articulação entre empresários/entidades empregadoras, e o Governo Regional dos Açores através do respetivo departamento, na aprovação dos cursos ou da formação a ministrar de forma a satisfazer necessidades do mercado, especialmente nos setores que inequivocamente demonstram uma forte carência de mão de obra especializada, como o do turismo que dá já sinais evidentes e concludentes de retoma.**

Outro setor que julgamos necessitar duma atenção especial nesta matéria, é o da construção civil, que está a ser pressionado pela forte aposta de recuperação de edifícios a afetar à atividade turística, bem como pelo fato de alguns concursos de empreitadas ficarem desertos. **Há uma necessidade efetiva de mão-de-obra neste setor que passa sem dúvida pela formação profissional, mas também como é óbvio pelo pagamento de melhores salários.**

Esta exigência é tanto mais necessária, porquanto sabemos que algumas necessidades dessa mão-de-obra no passado recente foram colmatadas através dos programas ocupacionais, mormente nas autarquias e em IPSS.

Os ditos programas foram criados para suprirem a ineficiência da economia em gerar emprego, mas não para o substituir à semelhança do que se verificava ao serem usados abusivamente pelas

empresas e entidades públicas como mão-de-obra barata, satisfazendo necessidades permanentes, sem qualquer vínculo ou direito laboral e com o pretexto de estarem a resolver um problema social ao proporcionarem algum rendimento a muitas famílias atingidas pelo flagelo do desemprego.

Com a melhoria, da situação pandémica, **a nossa expetativa é que os programas ocupacionais, vão desaparecendo à medida que aquela enfermidade também desapareça dando lugar a emprego efetivo, nem que para isso tenha de existir subsidiação às famílias através de um complemento salarial para quem demonstrar rendimentos insuficientes face ao seu agregado familiar.**

Ademais, a utilização abusiva destes trabalhadores gera concorrência desleal e injustiça entre as empresas, provocando desequilíbrios no mercado que podem levar à falência de empresas a priori saudáveis e promissoras.

Uma economia de mercado respeitadora da propriedade privada, da livre iniciativa, propicia à criação de emprego duradoiro e sustentável e com direitos, não se coaduna com esta prática que beneficia uns agentes económicos em detrimento doutros, pelo que se espera que venha a ser corrigida.

II - UM FUTURO MAIS DIGITAL E ECOLÓGICO NO SEIO DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

- **Competitividade Empresarial e Empreendedorismo**

Suscitando o assunto deste objetivo, estamos esperançados que se concretize a **mudança de paradigma de desenvolvimento económico,** que este Governo se propôs implementar, **assente em mais e melhor investimento vocacionado para a produção de bens e serviços transacionáveis, essencialmente os virados para a substituição de importações e para a exportação, geradores de emprego duradoiro, sustentável, bem remunerados e com direitos,** proporcionando a realização pessoal e profissional dos trabalhadores açorianos, contribuindo assim para a fixação na Região dos mais capazes e qualificados**.**

Por isso, a UGT Açores, em parceria com a CCCI - Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e a FAA - Federação Agrícola dos Açores, desde há muito se bateram empenhadamente pela redução de 30% nas taxas de imposto do IVA, IRS e IRC para o limite máximo permitido pela Lei das Finanças Regionais, em boa hora já concretizada por este Governo e da qual nos regozijamos, porque estamos cientes que o efeito psicológico positivo nos agentes económicos, trabalhadores e público em geral, induzirá um maior crescimento económico e consequentemente uma maior receita fiscal.

A par da medida anterior conjugada com o potencial endógeno da Região, achamos que, deve ser implementada uma política de incentivos económicos e financeiros ao investimento, fazendo dos Açores, uma região mais atrativa para os investidores internos e externos, aliás, a exemplo do que já fazem há muito tempo alguns países e regiões que pertencem à União Europeia.

Nesta conformidade, a UGTA reivindica uma política rigorosa, criteriosa e transparente na concessão de apoios aos investimentos a realizar, que se traduzam na criação duma economia robusta, sustentável e geradora empregos duradoiros e bem remunerados.

Não obstante os esforços que estão a ser feitos e dos benefícios decorrentes do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, para salvar o maior número de empresas e com isto milhares de empregos, alerta-se para a **necessidade de diversificação do investimento** face aos riscos e vulnerabilidades associados a fatores exógenos como o que ocorreu recentemente provocada pelo COVID 19, especialmente no setor do turismo.

Uma atenção especial se pede também para com os pequenos e médios investidores, que estão a passar dificuldades para cumprirem com os seus compromissos, após o encerramento dos balcões bancários nas suas localidades, pois também perderam os seus clientes.

As condições ímpares proporcionadas pelo exotismo das paisagens das nossas ilhas, conjugado com a atividade ligada ao setor primário, designadamente as relacionadas com a agropecuária e ao mar, leva-nos a concordar com os apoios públicos que têm vindo a ser injetados no emergente e pujante setor do turismo, atividade com característica de exportação, contribuindo assim para a melhoria da nossa balança comercial.

Concitando o ponto anterior, o Plano de Viabilidade Económica da SATA ainda em análise pela Comissão Europeia., merece da nossa parte, bem como dos restantes membros da parceria, CCIA, FAA e mais recentemente AECOPA, total e amplo apoio, privilegiando o apoio a operadores locais na publicitação e venda do destino no exterior, em vez de se contratar estes serviços a outros estrangeiros ou mesmo de fora.

- **Pescas e Mar**

A vastidão do oceano que nos rodeia e a colossal quantidade de recursos que ele acolhe, constituem um enorme potencial, cuja exploração merece a maior atenção por parte do Governo Regional, aliás, conforme as suas propostas plasmadas no documento; desde o investimento nas pescas, e aquacultura, no apoio à modernização da frota pesqueira, na manutenção e recuperação de infraestruturas portuárias, na aquisição duma nova embarcação de investigação cientifica para

substituir a atual, a criação do Tecnopolo Martec, que se junta a outras estruturas de apoio que já existem, vão no sentido de tirarmos o maior proveito deste recurso imenso que está à nossa disposição.

Todavia achamos que deve continuar a insistir na captação de investimentos para a indústria de transformação de pescado e para o setor da aquacultura, que sendo um tipo de atividade de mão-de-obra intensiva pode absorver parte apreciável do desemprego feminino, ainda elevado na Região, chamando a especial atenção para a não desistência de **construção de uma nova fábrica de conservas na ilha do Pico, achamos que faz todo o sentido uma abordagem junto dos investidores neste tipo de atividade, usando todos os meios ao seu alcance, desde incentivos fiscais, apoios financeiros etc.** .

- **Ciência, Tecnologia, Inovação e Transição Digital**

Hoje, mais do que nunca, a condição chave para o desenvolvimento e progresso de qualquer sociedade tem por base a conjugação destes conceitos, através da ligação das universidades e centros de conhecimento com o mundo real, sobretudo ao nível empresarial e institucional.

Para se conseguir este desiderato, preconizamos a adoção de políticas de cooperação com a Universidade dos Açores, estabelecendo protocolos e encomendando estudos e trabalhos que a Região necessite para que esta instituição em conjunto com o mundo empresarial e outras instituições públicas e da sociedade civil, consiga aproveitar todos os fundos comunitários que estão à sua disposição, proporcionando-lhe ao mesmo tempo a visibilidade e projeção que necessita para se afirmar no panorama universitário nacional e até internacional.

Atento ao objetivo de desenvolvimento harmonioso das ilhas dos Açores consagrado no Estatuto Político Administrativo, **a inscrição de uma verba, para garantir o modelo tripolar da Universidade dos Açores**, é também para nós motivo de satisfação, que julgamos também poder funcionar como forma de pressão junto do **Governo central, no que diz respeito ao cumprimento dos seus compromissos e obrigações financeiras com a Universidade dos Açores.**

- **Ambiente e Alterações Climáticas**

Não existindo nos Açores uma diversidade de atividades com grande impacto ambiental, e graves efeitos na pegada ecológica, concordamos que se deve continuar a apostar na proteção do ambiente, contribuindo assim para a não degradação da qualidade de vida que nós açorianos e quem nos vista podem desfrutar, pelo que apelamos para uma afetação eficiente dos recursos disponíveis para ações e medidas na proteção do ambiental e belezas naturais.

- **Ordenamento do Território e Recursos Hídricos**

A condição de Região geograficamente localizada a meio do Atlântico Norte, entre os Estados Unidos e a União Europeia, aliada a uma eficiente utilização dos recursos energéticos com origem na natureza, poderá ser sem dúvida a chave de sucesso para o nosso futuro, porquanto podemo-nos apresentar ao mundo como região livre da pegada de carbono e sem a poluição agressiva dos grandes centros urbanos e industriais.

Neste contexto apoiamos as medidas que vão ao encontro deste desígnio, mas que seja sustentável e não castradora do nosso desenvolvimento económico, sob pena de termos a energia mais limpa e inofensiva do mundo, mas a um custo tão alto que a torne inútil por inacessibilidade aos nossos bolsos.

- **Comércio e Indústria**

Pelo elevado peso que têm na nossa economia, preconizamos uma mudança de políticas, aliás como largamente enunciado nos programas eleitorais dos partidos que sustentam este governo, por forma a atrair investimentos capazes de gerarem riqueza, e consequentemente uma eficiente distribuição de rendimentos via ordenados remunerados condignamente.

Nunca é demais alertar para o fato de atualmente cada vez mais trabalhadores auferirem o salário mínimo, marca dum progressivo empobrecimento e indicador duma sociedade pouco desenvolvida, para o que é necessário efetivamente uma mudança no paradigma de desenvolvimento económico, que esperamos ser implementado, conforme assumido no programa do Governo.

Assistimos hoje a uma rápida aproximação do salário mínimo ao salário médio, o que tem gerado grande indignação e fortes sentimentos de injustiça, e alguma marginalização social nos trabalhadores, levando sobretudo, os mais qualificados a procurarem outros países ou regiões para terem uma vida condigna, de acordo com as suas aspirações e competências, como está sobejamente demonstrado por toda a parte onde há emigrantes portugueses, açorianos neste caso.

É de todo **incompreensível, que após tantos milhões de euros oferecidos pela União Europeia para o nosso desenvolvimento económico e melhoria das nossas condições de vida, nos encontremos nesta situação**.

Assim, preconizamos e reiteramos as reivindicações dos últimos anos:

1 - Maior racionalidade na Utilização **dos Fundos Comunitários** alocados ao desenvolvimento económico e social dos Açores, direcionando-os prioritariamente para a recuperação, aumento da capacidade da nossa estrutura produtiva especialmente a vocacionada para a produção de bens e serviços transacionáveis, que nos permitam obter patamares mais elevados e ambiciosos de crescimento económico do que àqueles que se registaram nos últimos anos;

2 -Uma escolha criteriosa nos investimentos que terão de ser vocacionados para o **Desenvolvimento Económico**, assente na diversidade e dinâmicas empresas produtivas de bens e serviços transacionáveis, que apostem nas nossas capacidades endógenas, nomeadamente nas áreas agrícola, piscatória, transformadora e turística, geradoras de riqueza e emprego sustentáveis, promovendo-se desta forma o aumento da nossa produção virada para a exportação ou substituição de importação;

3 - Mais e melhor **Acompanhamento no Controlo e Fiscalização na Aplicação Dos Fundos Comunitários**, através da criação de entidades independentes permitindo o escrutínio e mecanismos quanto à sua atribuição e aplicação, permitindo ao mesmo tempo o acompanhamento do processo aos parceiros sociais, enquadrando-se aqui a criação dum Gabinete de Combate à Corrupção;

4 - Mais e melhor **Formação e Qualificação Profissional**, como forma de se combater eficazmente o desemprego, a precariedade laboral, a perpetuação dos programas ocupacionais e os atuais índices de pobreza e iliteracia que caracterizam negativamente os Açores;

III - UMA GOVERNAÇÃO AO SERVIÇO DAS PESSOAS, PRÓXIMA E TRANSPARENTE

- **Informação e Comunicação Social**

Face à pequena dimensão das empresas de comunicação social aliado à dispersão territorial do mercado regional, faz com que o apoio financeiro público ao também designado 4º poder, embora não desejado, é por nós, considerado como uma medida imprescindível para a sua sobrevivência, e assim manter os açorianos mais cultos e informados.

Neste particular assume especial destaque para o papel relevante que a RTP Açores, de divulgação externa e ligação com a nossa diáspora, para o que deve ser objeto de atenção especial por parte do Governo Regional, incluindo o exercício de magistratura de influência que o Governo Regional deve ter junto da Administração da RTP nacional, para que sejam reforçados os meios humanos, e materiais, para que a RTP Açores possa de ter um lugar destaque que já teve outrora no meio televisivo cumprindo com a sua missão, de dar a conhecer os Açores e Açorianos ao mundo e os açorianos entre si, incluindo através da produção de séries

de grande sucesso nacional e internacional, como, Xailes Negros, o Barco e o Sonho, Mau tempo no Canal, etc

- **Modernização, Eficiência e Transparência da Administração Pública**

Recomendamos a maior atenção e ação do Governo Regional para a necessidade imperiosa do cumprimento dos procedimentos e prazos do sistema de avaliação no âmbito do SIADAPRA, porquanto a sua reiterada falta de cumprimento tem provocado atrasos incompreensíveis e inaceitáveis nas progressões nas carreiras dos funcionários públicos, constituindo um grave motivo de descrença, desânimo e desmotivação profissional destes trabalhadores.

Reivindicamos também, a adoção de medidas administrativas tendo em vista a redução da burocracia e das moras na atuação da administração pública, removendo entraves e delongas na resposta aos cidadãos que têm assuntos pendentes na Administração Regional.

A UGTA preconiza ainda a adoção de uma política de defesa do serviço público, designadamente através da promoção ou reforço da política da prestação de serviços públicos em áreas que não suscitem interesse à iniciativa privada, nomeadamente nos **sectores da saúde e da educação,** assegurando a sua qualidade e acesso universal, como instrumentos indispensáveis de aproximação ao modelo de desenvolvimento económico e social europeu.

Não obstante o processo regional de regularização dos vínculos precários, lançado pelo anterior Governo, constatamos não estar ainda concluído mostrando-se mesmo insuficiente para satisfazer as necessidades regulares e permanentes dos serviços públicos da educação e da saúde na Região, pelo que se alerta para a regularização de vínculos precários na administração pública regional.

Reforço do pessoal assistente operacional das escolas e da saúde mostra-se necessário e urgente ser aqui equacionado.

Preconizamos ainda a aplicação da figura da mobilidade intercarreiras à Região, processo que tem vindo a ser incompreensivelmente adiado, preterido mesmo pelo Governo Regional há já alguns anos, como forma de facilitar e satisfazer os desejos de tantos cidadãos, que além disso cumpriram com um dos objetivos oficiais, ao melhorar seu o nível de qualificação e formação académica e assim contribuir para a ascensão da Região no ranking da educação a nível nacional e europeu.

Ainda no âmbito da eficiência administrativa, reiteramos a par de formação profissional, a valorização salarial para os trabalhadores das lojas do cidadão - RIAC, uma vez que a atividade

destes trabalhadores é multidisciplinar, abrangendo um grande leque de funções e tarefas por vezes com elevado grau de complexidade.

Reiteramos o apelo de um esforço para a criação de uma política de planeamento e acompanhamento eficaz no combate à ilegalidade e evasão fiscal, através do reforço dos meios e ações inspetivas, designadamente no domínio do Trabalho e Segurança Social, a que se junta o combate ao desperdício e ineficiente gestão dos serviços públicos regionais e autárquicos, bem como, do escrutínio sobre a aplicação dos fundos comunitários.

Todavia, é justo da nossa parte reconhecer a e congratular-nos com a disponibilidade e postura de diálogo manifestada pelos membros do Governo Regional, ao reconhecer a justeza das nossas aspirações e reivindicações dos nossos sindicatos há longos anos, ao assumir e afirmar o propósito de cumprir com o rol de promessas apresentados nos programas eleitorais dos partidos que suportam o elenco governativo.

Referimo-nos por exemplo, ao propósito de igualar os vencimentos dos trabalhadores das IPSS e Misericórdias aos da Administração Pública, estendendo-se também a esta decisão a regularização das progressões negadas pelo Governo anterior a todos os trabalhadores no período do PAEF 2011-2014 em Portugal, aliás, algumas já decididas e confirmadas pelos tribunais a favor dos trabalhadores.

Trata-se efetivamente de medidas de enorme justiça social e efetivo alcance motivacional para com os trabalhadores das instituições, que prestam um serviço de inestimável valor na nossa sociedade ao substituírem as famílias, no cuidado aos nossos idosos, crianças, órfãos e desafortunados por várias circunstâncias na sua passagem por esta vida terrena. Portanto, mais uma vez o nosso bem-haja por isso.

Contudo, alerta-se, que não basta a manifestação de intenções, são necessárias ações e tomar medidas tendo em vista a sua satisfação dos propósitos o mais rápido possível, por forma a evitar protestos, greves e outras manifestações que venham a perturbar o normal funcionamento das instituições e com evidentes prejuízos para a sociedade em geral.

- **Obras Públicas e Transportes Terrestres e Comunicações**

Face à nova orgânica do Governo Regional, que criou um departamento que agrega a totalidade das obras públicas na Região, esperamos que se traduza em maior eficácia e poupança de recursos, neste domínio, que como sabemos é muito vasto. Vai desde a construção e conservação de Escolas, Estradas, Portos, Aeroportos, Hospitais, Centros de Saúde etc.

Para além disso, se existir um planeamento adequado e à medida das empresas regionais, poderá ter um papel relevante na recuperação do setor da construção civil, que como sabemos sofreu um forte abalo com a crise financeira de 2008.

- **Transportes Aéreos e Marítimos**

A nossa condição arquipelágica confere a maior importância a este setor, por isso o departamento governamental onde se insere, a SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA, que tem a seu cargo a construção do porto das flores e recuperação e conservação doutros, bem como o plano de reestruturação da SATA, bem como as indemnizações compensatórias ao transporte entre ilhas agrega a maior dotação do plano, mais de 303 milhões de euros.

Quanto ao transporte aéreo queremos destacar e mesmo aplaudir a aplicação da tarifa única entre ilhas de 60,00 euros por passageiro, elimina burocracias, e impulsiona os açorianos a conhecerem as suas ilhas, e ao mesmo tempo dinamiza as economias de cada uma

- **Turismo**

Os sinais de forte e rápida retoma deste setor desde o 2º trimestre de 2021, faz-nos prever e pressentir que voltará no curto prazo aos patamares de 2019, devendo merecer a maior atenção do Governo Regional e demais entidades a ele ligadas, por todos os efeitos que terá a nível económico e social, a começar pelo contributo no equilíbrio da balança comercial, bem como ao nível do emprego.

A este setor tem de estar associado uma política de transportes aéreos oportuna e bem organizada, até como oportunidade e forma de garantir a viabilidade económica da Azores Airlines (Sata Internacional).

Por outro lado, é importante que se equacione também medidas para proteger os principais pontos turísticos, o meio ambiente e as paisagens em geral da sobrecarga humana que têm sido sujeitos nos últimos tempos.

Alerta-se mais uma vez para importância da formação profissional nas áreas como a restauração, mesa e bar, cozinha, atividades ligadas à natureza e ao ambiente, línguas e património, pelo que se exige aqui um reforço substancial das ações de formação profissional.

- **Assuntos Europeus e Cooperação Externa**

Não obstante a condição dos Açores de região autónoma com governo próprio, mas com um papel limitado no âmbito das relações externas, é-lhe permitido alguma intervenção sobretudo no domínio das especificidades próprias, pelo que é muito importante a sua presença nos mais diversos fóruns internacionais, designadamente a nível europeu e dos países com forte presença da diáspora emigração açoriana por forma a obter vantagens num mundo cada vez mais globalizado.

IV- INVESTIMENTO PÚBLICO

Este objetivo, que não é mais do que o resultado do Plano com o Orçamento Regionais para 2022, atinge o maior valor de sempre na história da autonomia, ascende a **962 milhões de euros,** correspondendo a **789 milhões de euros de Plano** e **173 milhões de euros de outros fundos, maioritariamente da União Europeia**, como bem explanado em documento distribuído recentemente em sede do Conselho Económico e Social pelo Senhor Secretário Regional das Finanças Planeamento e Administração Pública.

Conta com receitas próprias da Região, maioritariamente proveniente de Impostos, de Transferências do Orçamento do Estado Português por força da Lei de Finanças Regionais, de Transferências da U.E. e ainda de um empréstimo de 295 milhões de euros, que concordamos ser ainda indispensável face ao esforço de saneamento financeiro decorrente da reestruturação do SPER – Setor Público Empresarial Regional, em especial a recapitalização da SATA.

Face à sua natureza previsional, e, ainda porque se trata duma anteproposta é natural que possam ocorrer alterações até à sua aprovação final, a que se junta as alterações na sua programação face às contingências e vicissitudes, decorrentes de imprevistos e fatores exógenos, como por exemplo a pandemia que nos atingiu, ou as catástrofes naturais que não raramente ocorrem na nossa região, para nós mais relevante que o seu planeamento ou programação, é a sua execução, que espera-se ser o mais próximo possível do ótimo, que é os 100%.

Não é demais recordar, que na última legislatura a execução dos Planos rondaram sempre valores etre os 70% e 75% do programado.

Além disso, sabe-se que grande parte das verbas que o compõem destinam-se ao cumprimento de compromissos financeiros plurianuais outrora assumidos, concretizados por puras transferências ou saídas de dinheiro sem qualquer ou muito pouco efeito multiplicador na economia atualmente, como são os casos das SCUT, PPP do Hospital de Angra do Heroísmo, e contratos diversos com Autarquias e Outras Entidades Públicas e Privadas.

Face à mudança do Panorama Político, e do tão propalado novo paradigma de desenvolvimento económico e social que o atual Governo prometeu implementar, aguardamos com expetativa que se

concretize, não repetindo os erros do passado endividando as gerações futuras com investimentos que não se traduzam num real e verdadeiro retorno económico.

Quanto aos **V** e **VI capítulos**, designadamente da programação, e execução dos fundos comunitários sem domínio do mérito, ou, eventualmente demérito, dos diversos projetos contemplados no período de programação 2014-2020, no final de 2020, constatamos que o volume de fundos comunitários pagos a beneficiários finais com candidaturas aprovadas nos diversos programas operacionais atingia o montante de 1.107 milhões de euros, a maior execução a nível nacional, pelo que que nos congratulamos com o fato.

Contudo, esperamos que tenham sido feitas opções de apoio a projetos efetivamente úteis e necessários, para o nosso desenvolvimento económico e social, de forma criteriosa e objetiva, e consequente quanto à melhoria das condições de vida dos açorianos, prática que exigimos que se prossiga, ou então altere caso sejam mesmo detetados erros ou desvio nos resultados esperados.

ABORDAGEM ENGLOBANDO O ORÇAMENTO PARA 2022

Da leitura dos documentos disponibilizados, constata-se que a proposta de orçamento para o ano de 2022 atinge um valor de cerca de 2.000 milhões de euros, dos quais, 789 milhões de euros estão afetos ao plano de investimentos, o que quer dizer que cerca de 1 211 milhões de euros se destinam a despesas de funcionamento, serviço da dívida, despesas com pessoal, ativos e passivos financeiros.

Estamos conscientes que a parcela do orçamento não destinada a investimento público é demasiado elevada, que urge de alguma forma corrigir, invertendo a tendência de aumento do stock da dívida, por forma a não colocar em perigo o equilíbrio das finanças públicas, e o comprometimento do futuro das novas gerações.

Contudo, esperamos que se consiga o desiderato acima por via do crescimento económico, sem prejudicar o justo direito dos funcionários públicos e demais agentes dependentes do Orçamento da Região, de auferirem um vencimento prestações condignas, em linha com as expetativas geradas pelo o Governo, designadamente com promessas de devolução de rendimentos aos Açorianos por outras vias, como consta no seu programa para a legislatura, tal como as progressões gestionárias na Administração Pública, o aumento do complemento regional do abono de família e do complemento social a idosos, bem como com a atualização da remuneração complementar dos funcionários públicos.

Açores, 21 de outubro de 2022

UGT/AÇORES

PARECER

Em resultado da reunião extraordinária deste Conselho de Ilha, de 16 de Novembro de 2021, e após debate e votação dos Conselheiros presentes com esse direito, foi favorável o **Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII - Plano Regional Anual para 2022** , com 7 votos a favor 4 abstenções e 3 votos contra.

No entanto , houve reservas por parte dos conselheiros intervenientes sobre assuntos considerados urgentes para serem atendidos , os quais de um modo geral já tinham sido abordados na reunião deste Concelho com o Governo Regional dos Açores no passado dia 26 de Outubro, como o estado da rede viária ; transportes marítimos; desinvestimento no sector agrícola , de entre outros , e no global , verbas que notoriamente estejam focadas na retoma económica . Foi também referida a espectativa dessas verbas estarem em rubricas gerais atribuídas por habitante.

Também foi focada a preocupação com a execução e financiamento do plano.

Santa Cruz da Graciosa 16 de Novembro de 2021

O Presidente do Conselho de Ilha, da Ilha Graciosa

(Vítor Manuel Melo Fonseca Mendes)